

JESSICA KALINE OLIVEIRA SANTOS
RAYSSA EUTÁLIA GURJÃO COUTINHO BORGES
(ORGANIZADORAS)

A HISTÓRIA E SUAS INTERFACES

CONEXÕES ENTRE NARRATIVAS, PRÁTICAS E SABERES HISTÓRICOS





Universidade Estadual da Paraíba

Prof.^a Célia Regina Diniz | *Reitora*

Prof.^a Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Alberto Soares de Melo | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (*UEPB*)

Antonio Roberto Faustino da Costa (*UEPB*)

Cidoval Moraes de Sousa (*UEPB*)

José Etham de Lucena Barbosa (*UEPB*)

José Luciano Albino Barbosa (*UEPB*)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (*UEPB*)

Patrícia Cristina de Aragão (*UEPB*)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Complexo Adm. Redentorista - Av. Dr. Francisco Pinto, nº 317, Bairro Universitário.
CEP: 58429-350. Campina Grande – PB.

Jessica Kaline Oliveira Santos
Rayssa Eutália Gurjão Coutinho Borges
(Organizadoras)

A HISTÓRIA E SUAS INTERFACES: CONEXÕES ENTRE NARRATIVAS, PRÁTICAS E SABERES HISTÓRICOS



Campina Grande - PB
2025



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Alberto Soares de Melo | *Diretor*

Expediente EDUEPB

Design Gráfico e Editoração

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima A. Nunes

Leonardo Ramos Araujo

Assessoria Técnica

Thaise Cabral Arruda

Assessorias

Antonio de Brito Freire

Carlos Alberto de Araujo Nacre

Danielle Correia Gomes

Elizete Amaral de Medeiros

Eli Brandão da Silva

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

H673 A história e suas interfaces [recurso eletrônico] : conexões entre narrativas, práticas e saberes históricos / organização e apresentação de Jessica Kaline Oliveira Santos e Rayssa Eutália Gurjão Coutinho Borges. – Campina Grande : EDUEPB, 2025.

203 p. : il. color. ; 15 x 21 cm.

ISBN: 978-65-268-0067-6 (Impresso)

ISBN: 978-65-268-0068-3 (6.335 KB - PDF)

ISBN: 978-65-268-0066-9 (9.250 KB - Epub)

1. Historiografia. 2. Memória e Patrimônio. 3. História Social. 4. História Urbana. 5. História Contemporânea. I. Santos, Jessica Kaline Oliveira. II. Borges, Rayssa Eutália Gurjão Coutinho. III. Título.

21. ed. CDD 907.2

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Mirelle de Almeida Silva – CRB-15/483

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 8

DIÁLOGOS, ARQUÉTIPOS E DIDÁTICA DA HISTÓRIA COMO RECURSO PEDAGÓGICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ARTICULAÇÃO MANGÁ E ENSINO, 10

Amanda Borges Pereira (UFCG), 10

O OLHAR DO HISTORIADOR: AS CONTRADIÇÕES COMO EIXO METODOLÓGICO DA HISTÓRIA ORAL, 32

Jaciara Azevedo Rodrigues, 32

OPULÊNCIA E CONTRADIÇÕES NA FREGUESIA DE SANTANA DO CATU, SÉCULO XIX: SOCIEDADE, ECONOMIA E ESCRAVIDÃO NA BAHIA, 44

Sandi Ísis Santana dos Santos, 44

MULHERES NEGRAS E RESISTÊNCIA ESCRAVA NO CARIRI PARAIBANO: A HISTÓRIA DE UMA INSUBMISSÃO NO SÉCULO XIX., 67

Fernanda Borges de Brito, 67

TRABALHO DOMÉSTICO, VIOLÊNCIA E PATERNALISMO: UM ESTUDO DE CASO EM PICUÍ -PB (SÉCULOS XX-XXI)., 90

Maria Artenisia da Costa Lima, 90

**BURLANDO “LEIS” E RELACIONANDO DIREITOS:
HOMICÍDIO E FURTOS NA CAMPINA GRANDE DE MEADOS
DO SÉCULO XX, 111**

Rayssa Eutália Gurjão Coutinho Borges, 111

**ENTRE TRILHOS, MEMÓRIAS E DISPUTAS URBANAS:
O PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO DE CAMPINA GRANDE
NA PERSPECTIVA DA PRESERVAÇÃO, REUTILIZAÇÃO E
MERCANTILIZAÇÃO, 125**

Jessica Kaline Oliveira Santos, 125

**O EXPRESSO ASA BRANCA E O TRANSPORTE
FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS ENTRE CAPITALS
NORDESTINAS NO SÉCULO XX, 138**

André Luiz Rocha Cardoso, 138

ESPAÇO, LUGAR E CIDADE: O BROTO DO JOAZEIRO, 155

Alex Júnio Marques de Araújo, 155

**ENTRE O TRÁFICO E O BATISMO: DEMOGRAFIA,
IDENTIDADE ÉTNICA E RESISTÊNCIA DOS POVOS
AFRICANOS NA FREGUESIA DE SANTANA DO CATU, 1800 A
1850, 174**

Sandi Ísis Santana dos Santos, 174

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES, 197

A história é feita de vozes que se cruzam, de memórias que se encontram e de tempos que se entrelaçam. Não se encerra no passado, mas se reinventa a cada olhar, a cada narrativa que ousa perscrutar o vivido e o imaginado.

Organizadoras da coletânea

APRESENTAÇÃO

A *HISTÓRIA E SUAS INTERFACES: CONEXÕES ENTRE NARRATIVAS, práticas e saberes históricos* reúne pesquisas que, a partir de perspectivas diversas, refletem a riqueza e a complexidade do campo historiográfico contemporâneo. O livro promove diálogos entre diferentes abordagens teóricas, metodológicas e temáticas, evidenciando a pluralidade do fazer histórico e a diversidade de objetos e fontes estudados.

O título da obra aponta para uma concepção ampliada de história, entendida como campo de produção de conhecimento e espaço de articulação entre diferentes formas de narrar, ensinar, representar e vivenciar o passado. Ao enfocar as “interfaces”, o livro evidencia a interconexão da historiografia com outras áreas do saber e com experiências sociais, culturais e políticas.

Os trabalhos reunidos exploram diversos eixos temáticos: a memória e o patrimônio, destacando disputas simbólicas, usos sociais e econômicos, e processos de preservação; a história social e do cotidiano, abordando relações de poder, violência, gênero, trabalho e experiências de sujeitos historicamente marginalizados; e a história urbana e criminalidade, analisando como as dinâmicas sociais se manifestam em contextos urbanos e legais.

A coletânea também contempla reflexões sobre espaço, lugar e cultura urbana, assim como educação e didática da história, explorando métodos de ensino inovadores e experiências pedagógicas que contribuem para a formação crítica de estudantes. Além disso, inclui trabalhos que destacam a história oral e metodologias interpretativas, evidenciando o papel das narrativas individuais e das contradições históricas na construção do conhecimento.

A organização dos textos permite uma leitura transversal e dialógica. Embora cada capítulo possua autonomia, é possível perceber pontos de convergência e tensão que enriquecem a compreensão do conjunto. Um elemento recorrente é o esforço por analisar a história a partir de problemas concretos, contextualizados em seus tempos e lugares, sem perder de vista debates mais amplos do campo historiográfico.

A obra reforça a importância da história como instrumento de compreensão crítica do presente, oferecendo ao leitor perspectivas variadas sobre os modos de construir e interpretar o passado. Ao articular narrativas, práticas e saberes históricos, a coletânea se apresenta como referência para estudantes, docentes, pesquisadores(as) e profissionais da educação comprometidos com uma historiografia plural, reflexiva e socialmente engajada.

Espera-se que esta publicação contribua para o fortalecimento de uma historiografia atenta à diversidade de sujeitos, às múltiplas temporalidades e às diferentes formas de se relacionar com o passado, reafirmando o potencial crítico e formativo da história no mundo contemporâneo.

Jessica Kaline Oliveira Santos

Rayssa Eutália Gurjão Coutinho Borges

DIÁLOGOS, ARQUÉTIPOS E DIDÁTICA DA HISTÓRIA COMO RECURSO PEDAGÓGICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ARTICULAÇÃO MANGÁ E ENSINO

Amanda Borges Pereira (UFCG)¹

INTRODUÇÃO

Por muito tempo as Histórias em Quadrinhos ou HQs não foram consideradas como fontes históricas, muito menos como material para ensino em sala de aula, isso devido sua ludicidade e a sua linguagem acessível, ficaram as margens do universo acadêmico. No entanto com a virada do século XXI, e as mudanças nas perspectivas gerais da sociedade, e a diversificação do uso de fontes na historiografia, os quadrinhos passam a ter um caráter de fonte histórica, mesmo com seu teor ficcional.

Com a crescente modificação na dinâmica historiográfica passou-se a ter um aumento de pesquisas correlacionadas as HQs, que reivindicavam novas abordagens, principalmente na área de ensino, que visava a inclusão de novas linguagens nas salas de aula, uma vez que “[...] é fundamental para aprendizagem histórica fazer

1 Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Graduada no curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em 2022, Especialista em Ensino de História do Brasil e do Mundo Contemporâneo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) em 2024. Fez parte do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) “História e Literatura de Cordel: nos tempos em os animais falavam?” em 2019 e 2020. Email: amanda29pereira98@gmail.com.

com que os sujeitos estejam envolvidos com a história desde o começo. Aprendizagem histórica precisa ser acessível e significativa para todas as pessoas” (SCHMIDT, 2016, p.26), passando a utilizar a “9ª Arte” como é chamado o universo dos quadrinhos, assim as HQs passam a ter espaço e serem temas de pesquisas no campo da historiográfico Didática da História e manifestações da cultura histórica das sociedades, assim se insere a minha pesquisa *Diálogos, Arquétipos e Didática da História como recurso pedagógico: uma análise a partir da articulação mangá e ensino*, que visa uma contribuição ao campo da História Cultural.

Através do gênero multimodal² onde

Os estudos da área do ensino têm explorado a importância da inserção de variadas linguagens nas salas de aula, e as HQs constituem linguagem singular através da qual fatos, épocas e ideias são vividos por personagens, dando escala textual e imagética a tais elementos. Além disso, os quadrinhos promovem a leitura, a interpretação e a imaginação, aspectos diretamente relacionados às aulas de Linguagens, mas também fundamentais para as Humanidades e, especificamente, para a História (LIMA, 2017, p. 168).

Levando essas questões em consideração, as pesquisas são direcionadas para o ensino de história ser mais atrativo, usando a grande adesão dos adolescentes a leitura dinâmica dos quadrinhos, principalmente por ser através de leituras muito complexas que se faz a compreensão de conteúdos da história, assim seria uma alternativa ao ensino tradicional, dinamizar e cativar os alunos, uma vez que, é pelos “movimentos da mente humana, a partir de uma experiência: percepção, interpretação, orientação e motivação”, (SCHMIDT, 2017, p.27) que se adquire competência no processo de produção do sentido histórico para Rüsen.

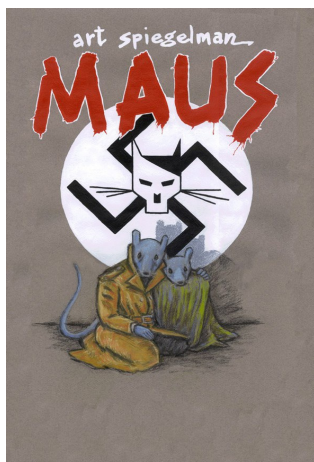
- 2 O gênero multimodal é advindo da construção pelos signos verbais e visuais, fazendo com que exista um equilíbrio dos elementos existentes, é o que afirma Dionísio (2003).

Considerando que os quadrinhos são fontes históricas produtos de seu tempo, seguirei explorando as relações da Didática da História, aprendizagem histórica, cultura histórica e memória.

Diálogos

A legitimidade dos quadrinhos como objeto de estudo histórico parte da expansão historiográfica do século XXI, e da sua influência e crescimento ao longo dos anos do consumo dos jovens dessas histórias, bem como da consolidação de obras como *Maus* (SPIEGELMAN, 1986), uma biografia com metalinguagem (Figura 1), uma vez que, a linguagem gráfica possui recursos únicos para representar o passado, como sua iconicidade que permite a “simplificação” de temáticas proporcionando uma melhor identificação emocional; na temporalidade, em que o ritmo narrativo pode ajudar a percepção do tempo histórico; e na subjetividade onde a mão do artista explicita o caráter interpretativo da narrativa, se fazendo necessário um estudo historiográfico sobre os autores das obras, para entender as suas intenções, bem como a interpretação simbólica e dos seus signos.

Figura 1: Capa da História em quadrinho.



No entanto, como adverte Huyssen (2007), essa mesma potência narrativa exige cautela, dado que pode ocorrer a banalização de traumas históricos ao estetizá-los. E foi por isso que Spiegelman foi muito criticado ao publicar seu quadrinho com memórias do seu pai, falando sobre o Sr. Vladek e Sr. Anja Spiegelman durante o período do holocausto, sendo Vladek um sobrevivente dos campos de concentração nazistas, os especialistas em memórias do holocausto o acusaram de estar comparando os judeus aos ratos, o que não é correto afirmar, uma vez que a sua analogia é a de perseguição dos gatos aos ratos, como também havia na propaganda nazista.

Isso devido a característica de representar diferentes etnias com raças de animais, sendo assim a antropomorfização, em que os judeus passam a ser transformar na ótica nazista, em uma massa com objetivo de ser dizimada. A obra ganhou não só o prêmio Pulitzer (1992), como revolucionou a literatura a partir da arte nos quadrinhos, que era um lugar cativo da literatura tradicional, por meio de uma história pesada e sensível, como forma de aviso de que não deve ser repetida.

Em *Maus*, fica evidente temas importantes e complexos para o debate historiográfico por meio da cultura histórica, como aponta Schmidt, em que

A cultura histórica contempla as diferentes estratégias da investigação científico acadêmica, a criação artística, a luta política pelo poder, a educação escolar e extra escolar, o ócio e outros procedimentos da memória histórica pública, como concretizações e expressões de uma única potência mental. Deste modo, a cultura histórica sintetiza a universidade, o museu, a escola, a administração, a mídia, e outras instituições culturais como conjunto de lugares da memória coletiva, e integra as funções de ensino, de entretenimento, da legitimação, da crítica, da distração, da ilustração e de outras maneiras de rememorar, na unidade global da memória histórica. (SCHMIDT, 2016, p. 56)

Fazendo com que os espaços de memória, se torne espaços de aprendizado, tratando de traumas históricos, evidenciando as diferentes formas de se interpretar o passado e os seus usos, e sua memória histórica.

Levando em consideração essa forma de representar o passado pela “9ª arte”, outro quadrinho que ganhou o Prêmio Jabuti (2023), como o melhor quadrinho do ano foi *Mukanda Tiodora* (2022) que é um romance gráfico brasileiro, lançado em 2022 pela editora Veneta que conta a história real de Tiodora Dias da Cunha (Figura 2), uma mulher negra nascida no Congo e trazida para o Brasil como escravizada no século XIX.

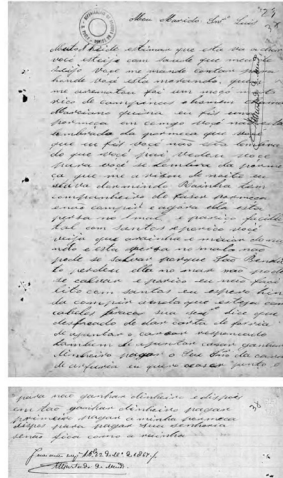
Figura 2: Capa do capítulo 1.



A obra de Marcelo D'Saete, é uma inovação na forma de representar o passado, na literatura brasileira, a partir do momento que se utiliza de documentos históricos como as sete cartas de Tiodora (Figura 3), fotos e mapas da cidade, que resultaram em personagens, imagens e todo o enredo, na história, Tiodora tentava entrar em contato com seu marido e filho em busca de sua alforria, já que ela foi vendida separada deles, mesclando assim elementos da realidade com a ficção. Sendo esta história possível de ter ocorrido no período da Capitania de São Paulo em 1866.

Figura 3: Primeira carta.

Reprodução das cartas de Tiodora



Carta 1 – Ao marido Luiz. As cartas originais estão contidas no processo criminal 1492 “A Justiça Pública versus Claro e Pedro, escravos do cônego Fidelis Alves Sigmaringa de Moraes, de 1868/1877”. As cartas 1 e 7 não foram escritas por Claro. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

185

D’Salete a partir da colaboração de outros historiadores como a Cristina Wissenbach³ e a leitura do livro *Sonhos africanos, vivências ladinas*, em 1998 e seus artigos sobre o tema, deixam evidente as diferenças nas formas de escravidão, uma representada pela cidade com Tiodora sendo escrava de ganho, e no interior com, Luiz seu marido escravo na plantação de café, e seu filho Inocêncio como capitão do mato. Para o autor as cartas revelam uma nova forma de falar da história do período, uma vez que, a escrita já tinha sido utilizada pelos escravizados como forma de subversão e cita exemplos como em:

“[...]Esperança Garcia (Piauí, 1770), a reivindicação dos escravizados do Engenho de Santana (Ilhéus,

3 Professora de história da África na Universidade de São Paulo.

1789), os documentos em árabe dos muçulmanos da Revolta dos Malés (Salvador, 1835), a reivindicação dos mocambeiros de Viana (Maranhão, 1867), a carta dos ex-escravizados da Comissão de Libertos de Paty de Alferes (Rio de Janeiro, 1889)” (D’SALETE, 2022. p.183).

E como coloca o autor, o personagem, Luiz Gama um “ex-escravizado que se tornou autor de livros, advogado, jornalista, republicano e abolicionista radical” (D’SALETE, 2022. p.183). Utilizou a escrita como forma de resistência, assim as cartas de Tiodora, que foi vítima da sociedade escravista, patriarcal e racial, sobrevivem sendo cartas de escravizados e não de pessoas livres. O período era de transformação, nas entrelinhas é perceptível o crescimento da cidade pelo trabalho dos escravos nas fazendas de café, os espaços de sociabilidade, de punição, o trabalho dos tropeiros, dos mocambos, onde esse crescimento passa a ter o trem como forma de escoar a produção do interior aos portos.

Dessa forma fica evidente a relação do Brasil com a África, na forma como Tiodora foi trazida, nos seus sofrimentos e caminhos que percorreu sendo vendida, pensando no seu marido e filho, no seu desejo de retorno para a África e cumprir sua promessa, onde fica perceptível na carta o reforço da sua religiosidade, que já possui sincretismo quando relata sobre São Benedito, pois ela precisa comprar sua alforria, e mesmo com idade avançada desejava sua liberdade.

A protagonista é uma mulher negra real e escravizada, onde o autor busca uma forma de reparação histórica simbólica, de resistência negra e enfrentamento ao poder escravista, com rigor histórico, linguagem escrita e visual voltada para suprir silêncios dos documentos, humanizando os sujeitos subalternizados, os escravizados, vítimas desse sistema cruel. D’Saleta também ressalta a importância de que a história mostra novas formas de resistência e negociação com os donos de escravos, mostra que nessas negociações havia tentativas de mudar suas vidas, as vezes as conseguindo de fato, ou de aumentar tempo de trabalho para juntar dinheiro para comprar suas

alforrias, e para seus festejos. São esses elementos que apresentam uma nova forma de abordar documentos históricos.

A história foi maturada após as leituras, pesquisas realizadas pelo autor, a historiadora Cristina Wissenbach colaborou com a pesquisa sobre escravidão, onde diz que agora é “inspiração dos enredos literários dos quadrinhos” (D’SALETE, 2022. p. 182), as cartas que usou nas suas produções acadêmicas, e valoriza a forma como Marcelo trata as fontes, pois dá uma nova voz e dimensão das memórias traumáticas, de um escravizado. Aborda os temas como violência, contextualiza as cartas, ligando os fatos com muita base documental, sendo valorizado os aspectos simbólicos, onde existe um equilíbrio do rigor histórico com a licença criativa da iconografia.

Ao deslocar os silêncios da história oficial, o autor coloca como luta inacabada que se coloca no espaço paulista, colocando em xeque a narrativa dos bandeirantes que é hegemônica em São Paulo, e que ainda marginaliza a presença negra na memória urbana e na atualidade, e ao tratar de um tema bastante traumático, assim trabalhar com a escravidão da forma como D’Salete traz em *Mukanda Tiodora*, abre o leque de dispositivos críticos de reconstrução histórica das narrativas e suas divulgações.

Fazendo um paralelo da relação do termo “peça” no filme *Filho de Saul* (2015) dirigido por László Nemes na *HQ de Mukanda Tiodora*, se referindo aos humanos, que naqueles períodos históricos não possuem para os seus opressores/algozes humanidade. (D’SALETE, 2022. p. 145.), fica evidente a desumanização sistemática. O filme é um drama produzido na Hungria, que mostra a perspectiva de um prisioneiro no cotidiano dos “Sonderkommandos” - ou seja, faz parte do grudo de judeus obrigados pelos alemães sendo separados dos outros, a limpar as câmaras de gás, carregar e cremar os corpos -, a história se passa no campo de concentração de Auschwitz, e o diretor faz com que o espectador acompanhe o personagem principal em todas as cenas ou sua visão sobre as cenas, e diante da matança, um menino que sobrevive a câmara de gás chama sua atenção, mas logo após é morto pelo soldado nazista, Saul o reconhece como filho e toda a história se desenvolve nessa vontade de enterrar esse menino judeu.

Há também a desconfiança dos colegas de que o menino não era filho de Saul, e na busca por um rabino para realizar a cerimônia mortuária, ele acaba fugindo com os outros prisioneiros, mas acabam todos fuzilados. Em algumas partes o filme perde o ritmo, mas esse efeito se dá pelo foco no protagonista. Assim, o filme mostra uma nova forma de se produzir arte ao tratar em novas perspectivas o passado traumático, de um jeito que a Segunda Guerra Mundial, não tinha sido retratada até então.

Nessa perspectiva o que fica evidente é que através da cultura histórica das sociedades são as formas de se rememorar, ilustrar, e abordar o passado, passam por crivos de seus autores e produtores, que são influenciados pelo seu meio, pela cultura da época, como também pela intencionalidade de “marcar” de alguma forma com novas interpretações. Entender isso, nos mostra que “[...] a uma maneira particular de abordar interpretativamente o tempo, precisamente aquela que resulta em algo como “história” enquanto conteúdo da experiência, produto da interpretação, medida de orientação e determinação da finalidade” (SCHMIDT, 2016, p. 59).

Nesses casos os quadrinhos enquanto produtos da cultura, a partir do momento que são utilizados com rigor metodológico, passam a ser poderosos aliados no desenvolvimento da consciência histórica⁴ (SCHMIDT, 2016), e mais do que diversificar as aulas, eles permitem ensinar aos alunos que a história é antes de tudo, um processo contínuo de questionamentos, inclusive sobre como é representada em nossas mídias e imaginários.

ANÁLISES

Como coloca Barros (2019), “Os historiadores, ao longo de dois séculos de desenvolvimento de sua ciência, aprimoraram continuamente a habilidade de enxergar como “discursos” o que muitos enxergavam como fatos” (pg. 35). Já no Brasil contemporâneo algumas modificações ficam evidentes o jornalismo como moldante da mente dos seus leitores, fazendo com que seus discursos passem a ser entendidos como fatos concretos e não como discursos construídos para defender determinados interesses, assim as análises

4 Borries tratando dos conceitos de Rüsen.

realizadas pelos mesmos “[...]são retorcidas na direção que se quer e em seguida são transmitidas em tom consensual, como se não expressassem pontos de vista, mas sim realidades que não precisam ser apreendidas criticamente” (BARROS, 2019, p. 35).

No caso da história como continua Barros, desenvolver a capacidade crítica na população não colabora com os interesses de uma elite, tornando-se indesejado seu ensino, bem como de disciplinas das ciências humanas. Assim o estímulo a *consciência histórica* e a *capacidade crítica*⁵ são banalizados por esses interesses de fazer com que os conteúdos trabalhados nas escolas passem a adotar a Escola sem Partido, que nada mais é uma regressão na forma de ensinar, ao colocar os assuntos sem a criticidade necessária do campo historiográfico – este que foi desenvolvido ao longo de dois séculos – e até mesmo a proposição da exclusão dos currículos, até mesmo da diluição da história para “Estudos Sociais” como no período da Ditadura Militar.

Dessa forma Barros propõe que é,

[...]Através da ‘transferência de criticidade’ para os diversos setores da população – seja através do ensino escolar e superior, seja através da divulgação de obras que estimulem nos seus leitores o desenvolvimento da capacidade crítica, seja através da utilização da própria mídia contra os interesses conservadores que já dominam o universo midiático – a História nestas décadas iniciais do novo milênio deve ser combativa, como foi em diversos outros momentos. Para tal, precisa atuar com Responsabilidade Social, produzir textos com ‘Criatividade’, enriquecer-se com ‘Novas Interdisciplinaridades’, explorar a ‘Variedade’ de pontos de vista, de linguagens e de suportes, mostrar ‘Abrangência’ em relação à totalidade do universo social, e transferir a este, nos seus múltiplos setores e grupos identitários e sociais, a sua capacidade de ‘Criticidade’. Eis

5 Conceitos de Rüsen.

aqui um conjunto de proposições para a historiografia do novo milênio (BARROS, 2016, p. 36).

Com isso a utilização de diferentes linguagens e fontes no estudo da disciplina de história, uma vez que, esse debate faz parte “[...] do avanço tecnológico da indústria cultural brasileira e, sobretudo, do movimento historiográfico que se caracterizou pela ampliação documental e temática das pesquisas” (FONSECA; 2009, p. 163), proporcionando um entendimento através da criticidade e do pertencimento da história enquanto ciência consolidada.

Assim, Borries fala que a

[...] “Percepção histórica”, da experiência do passado e do presente fundamentada em uma plausibilidade empírica; operação mental da “interpretação histórica” das continuidades do fluxo temporal por meio de valores e significados sustentados em uma possibilidade normativa; e da operação mental da “orientação histórica” ligada à formação da identidade dos sujeitos, estruturada por uma plausibilidade narrativa em relação ao outro (SCHMIDT, 2016, p. 6).

Nesse sentido, pensar historicamente parte da ideia de Rüsen, que afirma que “a Didática da História proporciona uma relação direta com a história ciência, na medida em que consolida o aprendizado histórico não como uma mera transmissão de conhecimento produzido pela história, mas como um processo que forma a orientação histórica por meio das operações da consciência histórica” (RÜSEN, 2012, p.16).

Por isso para Tosh, a história ao receber a tarefa de julgar o passado, a função do historiador “[...] tornou-se descobrir por que as pessoas atuavam na forma como atuavam e para isso tinham que colocar-se em seus lugares calçando seus sapatos, ver o mundo através de seus olhos e, se possível, julgá-lo de acordo com seus padrões” (TOSH, 2011, p. 22). Permitindo uma noção de que

Se a consciência histórica reside na noção de *continuum*, ela vale para ambos os sentidos: assim como nada permanece o mesmo no passado, também o nosso mundo é produto da história. Todo aspecto de nossa cultura, comportamento e crenças é resultado de processos que ocorrem ao longo do tempo (TOSH, 2011, p. 27).

Remetendo assim a compreensão de que o passado não é estático, mas um processo em constante reinterpretação, dialogando diretamente com a ideia de Tosh, ao enfatizar que a história não é apenas um registro de fatos, mas uma construção narrativa moldada pelas perguntas que são realizadas do presente ao passado.

Com isso, nada permanece o mesmo no passado, uma vez que a historiografia está sempre em transformação, pois, novas evidências, metodologias e perspectivas revelam facetas antes ignoradas, e um dos exemplos é a reavaliação do colonialismo no século XXI que alterou nossa compreensão sobre o passado. Também destaca que a historicidade é importante na construção do pensamento, como frisa que até mesmo nossas instituições aparentemente “naturais” (como família e Estado), são construções históricas, resultados de processos de longa duração e de contingências.

Para Tosh, a materialidade da história fica evidente ao discutir a importância da contextualização, uma vez que não podemos entender nenhum aspecto da vida humana fora de seu tempo, no campo das crenças, ele mostra que ideias religiosas ou políticas – como o liberalismo – são moldadas por contextos específicos (Reforma Protestante, Iluminismo). Já no campo do comportamento as normas de gênero e classe, são produtos de estruturas econômicas e disputas de poder - como a construção da masculinidade no século XIX.

Desse modo, a consciência histórica nos permite desnaturalizar o presente, reconhecendo que nossa realidade é contingente, mas Tosh também alerta o risco de projetar valores atuais no passado caindo assim em anacronismo, mas ainda, somos inevitavelmente herdeiros desses processos. Onde as práticas humanas demandam

uma perspectiva histórica que mostre a dinâmica que estas sofreram ao longo do tempo, em que as tendências também se alteram.

Essa tensão entre evitar o anacronismo e reconhecer nossa herança histórica como coloca Tosh, é particularmente visível no caso da arte sequencial. Se, por um lado, seria um erro ler as primeiras tiras cômicas do século XX com as lentes atuais da “Graphic novel” literária – projetando sobre elas expectativas contemporâneas de profundidade temática -, por outro lado, é inegável que a legitimidade conquistada pelos quadrinhos hoje resulta de um processo histórico específico: a gradual aceitação da cultura visual como linguagem válida, a profissionalização dos criadores e, sobretudo, a conscientização de que sua marginalização inicial refletia menos um “defeito” da forma artística e mais os preconceitos de uma época. Como Tosh lembra, práticas humanas – incluindo as artísticas – só revelam sua dinâmica quando analisadas em sua longa duração.

Os quadrinhos, portanto, oferecem um exemplo tangível de como a consciência histórica opera: ao desvelar as contingências que os relegaram ao status de “subarte”, podemos não apenas entender seu passado de forma mais nuanceada, mas também contestar as hierarquias culturais que ainda persistem no presente.

Assim para Eisner, a arte sequencial é definida pela sua singularidade como “um veículo de expressão criativa, uma disciplina distinta, uma forma artística e literária que lida com a disposição de figuras ou imagens e palavras para narrar uma história ou dramatizar uma ideia” (EISNER, 1989, p. 5), que são imagens em sequência que geralmente ilustram uma ideia. Onde a narração possui as expressões corporais e faciais dos personagens, com uma dicotomia verbal/não verbal, e seu conjunto são imprescindíveis para sua compreensão.

A arte sequencial potencializa a imaginação por meio de sua linguagem visual dinâmica. A construção das imagens e a disposição sequencial das páginas não apenas cria movimento e narrativa, mas também estimulam a reflexão, combinando entretenimento com uma assimilação mais intuitiva das informações. Essa combinação única de elementos faz dos quadrinhos um meio singular eficaz para comunicar ideias complexas de forma acessível.

O MANGÁ NA PERSPECTIVA DA DIDÁTICA DA HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DO MANGÁ *LAMPIÃO* (2021)

Como historiadora e ilustradora, minha análise sobre o mangá *Lampião* (2021) (Figura 4) parte de um duplo olhar: o rigor acadêmico na análise das fontes e a sensibilidade artística para compreender as escolhas narrativas e visuais que constituem a obra. Este estudo se insere no campo da Didática da História, propondo uma reflexão crítica sobre como linguagens gráficas podem mediar a relação entre o conhecimento histórico e o público contemporâneo.

Figura 4: Segunda página do mangá *Lampião*



O mangá *Lampião* (2021) ganhou minha atenção ao tratar de uma temática até então inovadora o personagem histórico, Virgulino Ferreira da Silva, com alcunha de Lampião que “...de tanto atirar, mais parecia um candeeiro aceso nas escuras noites da caatinga.”⁶ dando nome ao mangá, foi líder de um grupo de cangaceiros

6 FERREIRA NETO, Cicinato. Disponível em: <https://memoriadotransporte>.

no século XX, um movimento chamado de banditismo, considerado um personagem dicotômico, muito utilizado no universo das artes.

Usando esse viés os autores Heitor Amatsu⁷ como ilustrador, e Carlo Eduardo⁸ que dirigiu o roteiro, criaram uma história ou melhor, um mangá *shonen*⁹, utilizando o personagem principal Lampião que é possuído logo após a sua morte por uma entidade demoníaca, no site de divulgação é possível encontrar a seguinte sinopse:

“Um homem que nasceu nas terras semiáridas de Pernambuco, temido por muitos, adorado por um tanto, Lampião é uma lenda. Através dos anos a banditagem e o cangaço fizeram seu nome se espalhar pelo Brasil afora. Poucos conheceram a verdade sobre o homem; menos ainda acompanharam as histórias da real bravura de seus atos. / Pois quando uma traição termina por ceifar a maior lenda que todo o cangaço já viu, é aí que a história de Lampião se alumia ainda mais. / Ajudado por uma entidade para lá de esfomeada e debochada, Lampião tem um novo motivo pra viver. Dessa vez ele não vai ser mais traído: ele vai atrás daqueles que tiraram tudo dele. É justiça e chumbo agora!”

org.br/galeria/lampiao/. Acesso em: 20 jul. 2025.

- 7 Ilustrador e mangaká! Premiado três vezes no Silent Manga Audition, e publica atualmente na França o quadrinho Magnus Opus. Junto com Carlo criou Lampião para por a prova que dá para fazer mangá e apresentar o Nordeste pro mundo.
- 8 Ilustrador e roteirista, atualmente estudando cursando Design, Carlo é um leitor ávido de mangás e estreia agora com seu primeiro projeto publicado. Sua parceria com Heitor trouxe uma ideia que poderia estar num cordel para as páginas de Lampião.
- 9 **Shonen** é uma categoria editorial de quadrinhos japoneses destinado ao público de adolescente masculino. É, juntamente com o *shōjo*, *seinen*, e *josei*, uma das principais categorias editoriais de mangá. Dessas quatro principais categorias de mangá, *shonen* é considerado o mais popular. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Sh%C5%8Dnen>. Acesso em: 20 jul. 2025.

Ao contar essa história no mangá fica evidente que eles buscam de forma fictícia mostrar a “verdadeira história” do Rei do Cangaço, utilizando as diversas lendas do imaginário popular e a rica cultura do sobrenatural do interior nordestino, sendo este considerado o horror sobrenatural pelos autores. Antes de prosseguir com a exposição, para um melhor entendimento correlacionado a idealização desse quadrinho¹¹, vale ressaltar que os dois autores são de origem pernambucana, ou seja, são nordestinos abordando a temática do cangaço de forma lúdica e ilustrada.

Dessarte, evidenciasse uma outra forma de analisar o que se entende por cultura, que para Chartier (1990), não é fixa, e esse mangá *Lampião* pode ser interpretado como um campo de lutas simbólicas, onde representações históricas e apropriações transculturais se entrelaçam, assim se exemplifica os processos dinâmicos da cultura, nos quais as representações são constantemente negociadas através de práticas de consumo e ressignificação, onde Chartier define as representações como construção discursiva e imagéticas que refletem relações de poder. Que são perceptíveis no mangá, uma tensão de uma representação histórica brasileira do que é o cangaço que muitas vezes oscila entre o “banditismo” - visão da elite - e o “mito heroico”, que é influenciado por outras produções como: literatura de cordel, cinema e historiografia.

O MANGÁ COMO DISPOSITIVO DE NARRATIVA HISTÓRICA

A primeira premissa desta análise é reconhecer que o mangá não é um veículo neutro, mas uma construção cultural em que “a cultura histórica se refere, portanto, a uma maneira particular de abordar

10 **Lampião**. Disponível em: <https://www.catarse.me/RAMPIAO>. Acesso em: 18 jul. 2025.

11 A autora resolveu utilizar a dinâmica dos termos: mangá, quadrinhos, HQ e Histórias em quadrinho para não ocorrer tantas repetições. Levando em consideração que se remetem a histórias que se utilizam da *arte sequencial* (EISNER, 2001).

interpretativamente o tempo, precisamente aquela que resulta em algo como “história” enquanto conteúdo da experiência, produto da interpretação, medida de orientação e determinação da finalidade. (SCHMIDT, 2016, p. 59) e carrega em si escolhas estéticas e ideológicas. Como ilustradora, observo que a estilização *shonen* aplicada a Lampião – com seus traços marcantes, olhos expressivos e postura heroica – não é mero recurso de mercado, mas uma estratégia discursiva. Ao afastar-se das fotografias históricas do herói trágico, a obra ressignifica o cangaceiro, tornando-o um personagem com quem o leitor jovem pode se identificar. Essa escolha não é ingênua revela como o passado é constantemente remodelado para dialogar com os valores do presente (Figura 5).

Figura 5: Capa do mangá Lampião (2021), Vol. 1.



Do ponto de vista da Didática da História, esse processo de ressignificação pode ser produtivo, desde que mediado criticamente, quando Rüsen (2017) fala em consciência histórica, enfatiza a

capacidade de relacionar passado, presente e futuro de forma significativa. O mangá, ao humanizar Lampião e inserir seu drama em uma estrutura narrativa familiar – a jornada do herói –, facilita essa conexão emocional. No entanto, existem os riscos de uma empatia acrítica: se o aluno não for conduzido a contrastar a versão romantizada do mangá com os documentos da época – como relatórios policiais que descrevem atrocidades do bando –, reforça-se uma visão simplista do cangaço como uma dicotomia na “luta do bem contra o mal”.

ARQUÉTIPOS E SILÊNCIOS: O QUE A NARRATIVA ESCOLHE (NÃO) MOSTRAR

Como ilustradora, compreendo que toda narrativa visual envolve seleção, e é nos silêncios que muitas das escolhas se manifestam. O mangá *Lampião* é meticuloso na reconstrução de elementos materiais – armas, roupas e cenários –, mas omite e atenua aspectos cruciais como a violência sexual atribuída ao bando, documentada em processos criminais; as complexas alianças entre os bandos de cangaceiros e coronéis, que desafiavam a dicotomia de herói/vilão; o papel secundário de Maria Bonita, aqui elevada a coprotagonista, mas que nas fontes históricas aparece como figura menos central.

Essas escolhas não são “erros”, mas estratégias narrativas inerentes à linguagem dos quadrinhos. Cabe a quem ministrar a aula, não rejeitar essas imprecisões, e utilizá-las como ponto de partida para discutir algumas questões: 1) *como se constrói uma narrativa histórica?* (quem incluir, quem exclui, e por que); 2) *qual a diferença entre história e memória?* (o mangá trabalha mais com a memória); 3) *como equilibrar empatia e crítica?* (é possível usar o equilíbrio).

Ao utilizar o mangá como elemento que transita entre academia e criação artística, coloco o mangá *Lampião* mais do que um recurso lúdico, mas como ferramenta para a desnaturalização de mitos ao comparar a versão idealizada do mangá com charges da época –que mostravam Lampião como monstro – ajuda a esclarecer como o mesmo personagem pode ser representado e instrumentalizado para diferentes tipos de discursos, como pensar na linguagem como conteúdo, analisando as escolhas de cor – tons terrosos versus

sangue vibrante -, enquadramento – Lampião frequentemente em posição centrais – e ritmo narrativo revela como se constrói uma determinada visão do passado, bem como conectar a história local e global, uma vez que o formato mangá, associado à cultura japonesa, em diálogo com o sertão nordestino, permite discutir como as identidades são híbridas e em constante transformação, fazendo-se necessária a consciência histórica, pois por meio dela se forma o entendimento das distâncias temporais.

CONCLUINDO, MAS NÃO TERMINANDO

A análise do mangá *Lampião* (2021) à luz da Didática da História e das reflexões de Tosh sobre consciência histórica demonstra como os quadrinhos, enquanto produtos culturais, são simultaneamente produtos e agentes de processos históricos. Onde a obra exemplifica a tensão entre rigor historiográfico e licença criativa, evidenciando que representações do passado são construções mediadas por contextos de produção, linguagens artísticas e demandas do presente.

A legitimação da arte sequencial utilizando as Histórias em Quadrinho – HQs - como fonte histórica válida, como discutido a partir de *Maus* de Art Spiegelman e *Mukanda Tiodora* de Marcelo D'Saete, refletem a própria transformação da historiografia contemporânea, ao ampliar seu escopo para incluir narrativas antes marginalizadas. No entanto como alerta Tosh, esse movimento exige cautela metodológica, se por um lado, os quadrinhos facilitam a identificação emocional com o passado – crucial para a aprendizagem histórica, segundo Borries -, por outro lado, sua natureza estilizada pode reforçar simplificações ou silenciar contradições. O mangá *Lampião* (2021), ao resignificar o cangaço através de arquétipos *shonen*, ilustra essa dualidade humanizando seu protagonista, mas omitindo violências estruturais documentadas nas fontes.

Essa ambiguidade, longe de invalidar o uso pedagógico dos quadrinhos, reforça seu potencial crítico. Ao contrastar a representação ficcional com documentos da época – como processos criminais ou charges -, o professor pode problematizar noções como heroificação, memória coletiva e instrumentalização política do passado.

Aqui, a consciência histórica – entendida como capacidade de articular temporalidades sem anacronismo – mostra-se essencial, por permitir reconhecer os quadrinhos como expressões de uma cultura histórica dinâmica, onde passado e presente dialogam de forma produtiva, mas não inocente nem neutra.

Por fim, este estudo reafirma que a arte sequencial, quando analisada com o rigor proposto por Tosh, sendo a contextualização das suas condições de produção, intencionalidades e recepção, se tornam uma ferramenta poderosa para desnaturalizar narrativas hegemônicas e estimular a criticidade. Seja no cangaço romantizado de *Lampião*, no trauma do Holocausto em *Maus* ou na resistência negra em *Mukanda Tiodora*, os quadrinhos comprovam que a história não é um monumento estático, mas um campo de disputa cujo ensino demanda criatividade, interdisciplinaridade e sobretudo consciência de sua própria historicidade.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. *Seis desafios para a Historiografia do Novo Milênio*. Petrópolis: Vozes, 2019.

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DIONÍSIO, A. P. & MACHADO, A. R. & BEZERRA, M. A. (orgs.) *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. (p.194-207).

D'Salete, Marcelo. *Mukanda Tiodora*. São Paulo: Veneta, 2022. 224 p.; II.; P&B.

EISNER, Will. *Quadrinhos e arte sequencial*. Trad.: Luíz Carlos Borges. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

Filho de Saul, de László Nemes, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ao1lID1NTwY>. Acesso em: 17 jun. 2025.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009. (Magistério: formação e trabalho pedagógico).

HUYSEN, Andreas. *El holocausto como historieta*. Una lectura de Maus de Spiegelman. In: HUYSEN, Andreas. En busca del futuro perdido. Cultura y memoria en tiempos de globalización. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A., 2007.

Lampião. Disponível em: <https://www.catarse.me/RAMPIAO>. Acesso em: 18 jul. 2025.

LampiãoPreview.pdf. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1lkDuvcQLryzHzfgupv-qq9l-cYjowiSn/view>. Acesso em: 20 jul. 2025.

LIMA JR, Carlos; SCHWARCZ, Lilia M; STUMPF, Lúcia K. O sequestro da independência. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 4. O “*imperador defunto*”: os 150 anos da Independência durante os anos de chumbo da ditadura militar. e 5. Ecos do Grito: as muitas (re)leituras de um quadro.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. *História em quadrinhos e ensino de História*. Revista História Hoje, v. 6, n. 11. 2017, p. 147-171.

RÜSEN, Jörn. *Narração Histórica: Fundações, Tipo, Razão*. In: MALLERBA, Jurandir (org.). *História & Narrativa – a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016, p.45-57.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. “Jörn Rüsen e sua contribuição para a Didática da História”. *Intelligere*, Revista de História Intelectual, vol. 3, nº2, p. 60-76. 2017. Disponível em: <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em: 21 jul. 2025.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; MARTINS, Estevão de Resende. (orgs.). *Jörn Rüsen: contribuições para uma teoria da didática da*

história. Curitiba: W.A. Editores Ltda., 2016.

SPIEGELMAN, Art. *Maus*: a história de um sobrevivente. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TOSH, John. *A busca da história*: objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna. 5a ed, Petrópolis, Editora Vozes, 2011.

O OLHAR DO HISTORIADOR: AS CONTRADIÇÕES COMO EIXO METODOLÓGICO DA HISTÓRIA ORAL

Jaciara Azevedo Rodrigues¹²

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma discussão teórico-metodológica sobre o ofício do historiador durante a prática em História Oral. O texto está estruturado em três tópicos visando organizar o pensamento de alguns autores selecionados para a análise. Para tanto, o texto foi construído com base nas obras que fizeram parte das discussões da disciplina Teoria de História ministrada pelas professoras Adriana Barreto e Fabiane Popinigis durante o semestre 2025.1 da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Através de reflexões acerca da prática em História Oral, o texto relaciona e incorpora ao ofício do historiador.

É uma ilusão considerar que não se deve trabalhar com fontes orais por serem subjetivas, toda fonte, em alguma medida, é. Para não permanecer apenas no plano abstrato, é necessário atentar para certos elementos que se repetem de forma sistemática nas fontes: versões que se multiplicam, aspectos dissimulados, silenciamentos, mentiras ou até mesmo as contradições.

12 Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestra em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); Especialista em Estudos de História Local pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: jaciaraazevedorodrigues951@gmail.com

É nesse terreno que as contradições se configuram como pontos privilegiados de análise. Com frequência, diante de uma incoerência, o pesquisador tende a desanimar; contudo, é precisamente nesse lugar de fricção que se revela a potência interpretativa do trabalho historiográfico. A incoerência não deve ser vista como falha ou obstáculo, mas como a instância em que se condensam disputas de memória, tensões sociais e diferentes modos de significar a experiência histórica.

Alguns dos autores selecionados para esse texto como Sidney Chalhoub também reitera ideias que vão ao encontro do pensamento de Clifford Geertz, e acredito que essas inspirações partem de Geertz, influenciando Thompson e, posteriormente, inspirando Chalhoub, formando, assim, uma cadeia de inspirações teórico-metodológicas. Chalhoub reflete que as diferentes versões produzidas são vistas neste contexto como símbolos ou interpretações cujos significados cabe desvendar.

O HISTORIADOR E A PESQUISA

A busca pelo saber histórico, como nos lembra Marc Bloch logo na introdução de *Apologia da História*, está enraizada em uma necessidade humana fundamental tanto no plano fisiológico quanto no intelectual. Bloch (2002) afirma que é a curiosidade e o prazer intelectual como razões legítimas para estudar história. O autor então destaca que isso não deve ser visto como futilidade. A pergunta para que serve a história diz muito sobre a legitimidade da história. Para alguém que valoriza o conhecimento, todas as ciências têm seu valor. Contudo, na prática, cada cientista escolhe uma só, aquela que realmente “o diverte”, o cativa.

A motivação pela temática pode ajudar no momento que encontramos os primeiros obstáculos da pesquisa, ou seja, nos oferece força para não desistir. Primeiro vem o encantamento, depois vem o saber mais rigoroso. O gosto pela história (o fascínio, a curiosidade) é a semente. Por exemplo, a física surgiu dos gabinetes de curiosidades. A arqueologia começou com escavações motivadas por fascínio por “reliquias”, e o folclore com interesse por “histórias do povo”. Sendo assim, o rigor científico não mata a paixão, ele a aprofunda.

Claro que somente ter o gosto pela temática não basta para torná-la analítica. É necessário mostrar como a história contribui para o entendimento racional do mundo. Apenas saber muita coisa não basta, uma vez que Ciência não é acumulação, mas interpretação estruturada e significativa. Bloch (2002) até cita o exemplo do polímata que muito sabe, mas pouco aprofunda.

Nesse sentido, Marc Bloch afirma que a natureza do nosso entendimento nos leva menos a querer saber e mais a querer compreender. Guertez, embora atue no campo da Antropologia, também está realizando pesquisa e pensa de forma semelhante. Considerarei o “compreender” que Bloch (2002) propõe como a investigação da natureza do fenômeno que Guertez também nos convida a realizar em relação aos nossos objetos de estudo. Há uma diferença entre saber e compreender. Buscamos sempre a compreensão.

Clifford Geertz (2008) atribui à cultura um caráter mais interpretativo e menos universalista propondo uma descrição densa do que está sendo pesquisado. Sendo assim, não se trata de dizer porque as pessoas fazem o que fazem, mas analisar o que isso significa para elas em sua realidade. Inspirada na obra *A Interpretação das culturas*, proponho essa mesma reflexão metodológica, importando saber não o porquê de haver ou não haver o (re)conhecimento do patrimônio ferroviário, mas o significado disso para as pessoas. O que essa percepção significa para esses sujeitos? É através do comportamento (ação social) que as formas culturais encontram articulação.

Considerando um pouco da proposta de pesquisa do doutorado¹³, o que está em jogo não é apenas a preservação de um bem ferroviário, mas a própria visibilidade dos sujeitos que o vivenciaram. Com isso, a história Oral aparece em cena. Em uma entrevista realizada para uma exposição acerca da memória ferroviária, Dona Margarida participou e suscitou o quanto as memórias dos viajantes do trem podem suscitar disputas de poder passíveis de serem problematizadas.

13 O título da proposta até o momento: A História não perdeu o trem: a memória social no (re) significado do patrimônio ferroviário em Sobral, Ceará (1988-2022).

O trem de passageiros tinha duas classes, a primeira e a segunda classe. A primeira classe era para aquelas pessoas que podia mais, a passagem era mais cara, né?! e na segunda classe a passagem era mais barato. Então eu ia na segunda classe mesmo, porque se da primeira classe chega com ele, eu chego igual. A diferença maior são as poltronas era acolchoada, né? aí na segunda classe era nos banquinhos duros mesmo (Dona Margarida, 2022).

O relato de dona Margarida não fala apenas do trem como meio de transporte, mas como um espaço social carregado de significados, onde as relações de classe eram vivenciadas, ao mesmo tempo em que expõe uma resistência simbólica dessas diferenças. Esse modo de narrar combina a crueza do real com a força simbólica da dignidade, constituindo uma forma de resistência narrativa diante das hierarquias sociais.

Desse modo, estudar História exige a disposição de suspender os preconceitos do presente para mergulhar nas lógicas próprias de outros tempos. Bloch (2002) e Thompson (1998) nos ensinam que o verdadeiro ofício do historiador está justamente em buscar o entendimento profundo dos acontecimentos humanos em sua densidade histórica. Para os que desconhecem as Ciências Humanas, a História costuma ser vista de forma equivocada, como uma narrativa ficcional ou uma simples sucessão de fatos. No entanto, como nos lembra Marc Bloch, a História é uma ciência em constante construção, que exige rigor metodológico, reflexão crítica e formulação de perguntas significativas. O autor ainda argumenta que o historiador não deve se contentar com a repetição de fatos, mas precisa compreendê-los em sua complexidade e inseri-los em um contexto mais amplo.

Outro aspecto a se notar é quanto após coletas nossos dados, seja documentais ou orais, um novo desafio se coloca posto: escrever de forma que atinja nosso leitor. Bloch critica a rotina erudita e dados do senso comum e o excesso de rebuscar que pode tornar a história estéril. Devemos frequentemente pensar nossas pesquisas

para além dos muros acadêmicos buscando atingir uma demanda social. “Pois não imagino, para um escritor, elogio mais belo do que saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares.” (Bloch, p. 41, 2002).

O HISTORIADOR E A BUSCA INCESSANTE PELA “VERDADE”

Um fator importante em nossa trajetória como pesquisadores, está apontado na introdução da obra clássica de Sidney Chalhoub, fruto de seu mestrado: “Reconhecer que o ponto de partida neste trabalho são as contradições, as incoerências, as construções ou “ficções” que constituem efetivamente as fontes analisadas” (Chalhoub, 1986, p.19).

Chalhoub procura partir sua obra das contradições e até incoerências em como os depoimentos acerca da morte de Zé Galego¹⁴ são apresentadas. Importa saber que não somente as fontes orais irão trazer versões diferentes, mas também até o que o documento escrito mostra, como no caso de Chalhoub, são analisadas fontes criminais. Ele ainda afirma que é nesse “emaranhado de versões conflitantes que procuraremos partir” (Chalhoub, 1986, p. 19). Pois bem, como bons pesquisadores, é daí que devemos partir também.

E continua:

Os fatos de que partimos, portanto, não são como morangos, maçãs ou pêras que se recolhem ao cesto num passeio ameno e ecológico pelo campo. Se os fatos dessa história podem ser comparados construtivamente a alguma coisa, é melhor escolher algo como a neblina e a fumaça que escondem a trilha que precisamos seguir. (Chalhoub, 1986, p. 21)

14 O assassinato de Zé Galego é o ponto de partida da obra *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque* e serve para analisar os conflitos de classe, rituais de honra masculina, cultura operária e formas de controle social no Rio de Janeiro. Zé Galego representa o tipo social do trabalhador pobre, frequentemente envolvido em pequenos delitos, confusões de botequim e conflitos com a polícia.

Essa leitura de Chalhoub é alinhada a de Marc Bloch, que também alertava para a ilusão de “fatos puros” não são registros neutros, mas construções narrativas carregadas de afetos, silêncios. Diante dessa perspectiva, é possível problematizar a noção de que os “fatos” históricos são dados brutos, transparentes, objetivos e imediatamente acessíveis. Isso se interliga às fontes orais, uma vez que é importante não as tratar como verdade absolutas, até mesmo um testemunho de um evento traumático.¹⁵

Não podemos iniciar nossas pesquisas partindo da ideia de descobrir “o que realmente aconteceu”, pois essa seria uma postura ingênua. Embora Chalhoub se refira às fontes criminais, a mesma discussão se aplica às fontes orais. Algo que Chalhoub afirma também é “ficam aqui indicadas, portanto, algumas das soluções teóricas e metodológicas encontradas para os problemas relacionados com a utilização de processos criminais como fonte para estudos históricos” (Chalhoub, 1986, p. 24). Porém, arrisco confrontar o autor, afirmando que as contradições estão presentes na maioria se não, todas fontes históricas, sobretudo as orais. Nesse sentido, reconhecer que o ponto de partida é problemático não é um defeito da pesquisa, mas uma condição inevitável e produtiva.

Tanto Marc Bloch quanto Guertez apresentam reflexões convergentes em diversos aspectos no que diz respeito à especificidade do conhecimento histórico. Bloch (2002) propõe uma comparação com as Ciências da Natureza para destacar que a História deve abandonar o medo de errar. Guertez também critica as abordagens que buscam leis universais para explicar o comportamento humano. Para Bloch (1997), é fundamental que o historiador esteja disposto a formular perguntas e a buscar respostas, ainda que provisórias. Essa postura investigativa deve orientar a relação com o objeto de análise.

Com base nessa perspectiva, Guertez propõe uma distinção entre a ciência experimental, voltada à formulação de leis gerais, e

15 Beatriz Sarlo pensa acerca dessa problematização de pensar a crítica dos testemunhos mesmo que seja em eventos traumáticos. SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

a ciência interpretativa, orientada à compreensão dos significados atribuídos pelas experiências humanas. Essa diferenciação é particularmente relevante para o campo da História, cuja especificidade foi alvo de intensas discussões teóricas desde o século XIX. Na tradição inaugurada por Leopold von Ranke, por exemplo, o historiador é convocado a uma postura de passividade diante das fontes, como se o papel da ciência histórica fosse apenas “acessar” os fatos tal como teriam ocorrido.

Sobre isso, Chalhoub nos lança o seguinte questionamento: “Se esses fatos não podem ser encontrados assim, então a história como conhecimento não é viável. Ou seja, se não é possível descobrir a dita “verdade” no desenrolar dos fatos, como podemos escrever história se não é possível descobrir o que realmente se passou?” (Chalhoub, 1986, p. 22).

Marc Bloch, assim como Sidney Chalhoub, retoma Ranke para problematizar esse “conselho de passividade” frequentemente imposto ao historiador. Em contrapartida, Bloch (2002) propõe uma postura ativa diante do processo de investigação histórica, provocando: história como tentativa de reprodução ou como tentativa de análise? Nesse sentido, o historiador não apenas acessa fontes, mas as constrói e interpreta a partir das perguntas que formula.

A partir da uma virada linguística cultural que passou a considerar novos personagens como também novas fontes para a história, temos uma nova resposta para esse questionamento. Ao tratar de novas fontes, “esse fantasma” ainda vem à tona com questionamento sobre a possível veracidade de fontes. A fonte oral, assim como a fonte escrita, foi produzida com determinadas intencionalidades. O mesmo rigor analítico aplicado a documentos escritos deve ser direcionado às fontes orais. A diferença é que esta última se apresenta como documento oral — exceto quando transcrita integralmente em forma escrita. A verdade é que, mesmo nos documentos oficiais ou nos produzidos por sujeitos comuns, não é possível acessar exatamente o que de fato ocorreu. No máximo, o que temos é uma representação, uma versão elaborada por alguém ou por um pequeno grupo.

METODOLOGIA DE ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

A questão da imparcialidade parece já ter sido resolvida embora em alguns momentos ecoa a necessidade de repensá-la. Marc Bloch ao escrever o tópico *julgar ou compreender* de sua obra *Apologia da História*, promove a comparação do cientista e juiz na história. Para adensar essa distinção, permita eu adentrar no campo da história oral.

O juiz, ao final, precisa tomar um partido para que sua sentença seja proferida. Já o historiador não deve se preocupar em julgar, mas sim em compreender a natureza dos fenômenos. Isso me remete ao que já mencionei sobre Geertz nesta produção, quando ele afirma que não importa explicar por que as pessoas fazem isso ou aquilo, mas sim entender através de suas narrativas suas percepções diante disso. Trata-se, portanto, de compreender, e não de julgar. Ademais, o ato de julgar por parte do historiador pode conduzir a possíveis anacronismos. A história não deve ser um tribunal, mas uma janela para o outro, o diferente.

Bloch (2002) também afirma que por infelicidade, a força de julgar, acaba-se totalmente, por perder até o gosto de explicar. Esse pensamento do autor nos alerta acerca do fetichismo das fontes. Muitas vezes, podemos ficar vislumbrados ao encontrar uma informação tão importante para nosso estudo, que acabamos por não dessecá-la em busca de traçar críticas e acabamos caindo no risco de deixar a falando por si só. Infelizmente, isso ocorre muito até mesmo em nossos primeiros trabalhos como graduandos, acredito que é algo que faz parte do amadurecimento. É um processo que aos poucos vai se construindo.

Muitas vezes podemos ser seduzidos a não enxergar o outro lado da história, justamente porque tende a ter mais paixão pela vítima. Como construir a compreensão? É importante frisar que não existe vilão e vítima, existe um cinzento entre essas duas dimensões e que são importantes de serem analisadas.

Tomemos como exemplo a prática da venda de esposas, analisada por Thompson (1998). À primeira vista, apenas pelo título, o leitor desavisado pode imaginar que se trata exclusivamente da opressão da mulher — o que, de fato, ocorria em muitos casos. No

entanto, a questão é mais complexa. “A venda de esposas certamente nos fala de dominação masculina, mas isso é algo que já conhecemos. O que não podíamos saber, sem a pesquisa, é o pequeno espaço para afirmação pessoal que a prática pediu proporcionar a esposa” (Thompson, 1998, p. 345). Por exemplo, em alguns casos havia consentimento. Em outros, era o próprio familiar que comprava a liberdade da mulher com o dinheiro que ela mesma havia acumulado. Às vezes, a esposa já havia combinado com seu amante para que ele a buscasse em praça pública e oferecesse o maior lance.

Sendo assim, Thompson (1998), ao analisar a prática da venda de esposas na Inglaterra do século XVIII, alerta para os riscos de julgamentos apressados. Thompson mostra, no ensaio, que esse ato não pode ser tratado apenas como aberração moral ou patologia social. Ele adentra por meio de registros fragmentados, cartas, crônicas e testemunhos, o sentido que os próprios sujeitos davam à prática. O que está em destaque é que assim como Marc Bloch, Thompson recusa explicações simplistas ou moralizantes. Do mesmo modo, a História Oral se propõe a escutar os sentidos que sujeitos populares constroem sobre suas vidas. Isso se evidencia não a partir do olhar oficial, mas a partir de suas próprias lógicas, afetos e estratégias.

É importante compreendermos o que está para além do óbvio — o que podemos perceber nas entrelinhas? Nesse sentido, retomo o exemplo de Geertz (2008) ao analisar a natureza do fato, usando a piscadela como metáfora. Relacionei imediatamente essa ideia à História Oral para além da fala. Ou seja, na História Oral, não se trata apenas do conteúdo falado: há toda uma performance que influencia a interpretação das informações. Um piscar de olhos, um olhar cabisbaixo — tudo isso adquire significados distintos conforme o contexto. Não se trata apenas de decodificar símbolos, mas de compreender os sentidos dentro do contexto em que se manifestam. A observação nos direciona para uma objetividade e a interpretação nos guia a dimensão subjetiva dos fatos.

Assim, pensando com Geertz, a cultura não é apenas um fenômeno psicológico. Por exemplo, ao chegar a determinado grupo social e não compreender alguns costumes, o problema não está em

minha mente, mas entre universos simbólicos distintos. Trata-se de interpretar aquela prática a partir dos significados locais. Nesse sentido, compreender a cultura de um grupo é revelar sua normalidade sem reduzir sua particularidade: interpretamos, em última instância, as interpretações dos nossos interlocutores.

A cultura, portanto, não atua como causa, mas oferece contexto e sentido. No capítulo sobre a briga de galos, Geertz (2008) relata a sensação de estranheza ao chegar a um grupo social desconhecido. Essa experiência remete diretamente ao trabalho do historiador, que, ao realizar entrevistas, não pode simplesmente chegar e começar a coletar dados. É preciso, antes, estabelecer confiança, apresentar-se, explicar os objetivos da pesquisa para que, em um segundo momento, a entrevista seja iniciada de modo mais natural.

Logo, ao adentrar na pesquisa de campo com as entrevistas de História Oral, independentemente de qual grupo social seja o objeto de estudo, é necessário envolver-se, evitando traçar pré-conceitos. Foi exatamente o que ocorreu no universo da minha pesquisa de mestrado: ao me dedicar a compreender o cotidiano ferroviário, precisei conhecer previamente os nomes das ferramentas, as expressões específicas utilizadas apenas por esse grupo de trabalho e o vocabulário técnico, de modo que, no momento das entrevistas, eu tivesse mais propriedade para conduzir os assuntos.

Nesse percurso, emerge também a questão terminológica. Clifford Geertz refere-se aos participantes de sua pesquisa como meros informantes. Já na metodologia da História Oral, utilizamos outra nomenclatura. O termo “informante” foi empregado na primeira obra de História Oral no Brasil e, mesmo em Paul Thompson, ainda aparece como herança de um tempo em que o pesquisador detinha maior centralidade. Hoje, entretanto, prefere-se falar em colaboradores, narradores ou sujeitos da pesquisa, reconhecendo sua agência no processo de construção da memória.

Durante a coleta de dados, também precisamos estar atentos ao que podemos ou não encontrar. Muitas vezes, chegamos ao local de pesquisa com a expectativa de encontrar exatamente o que procuramos, acreditando que aquilo irá completar nosso trabalho. Marc Bloch comenta que, em suas investigações, também

esperava encontrar determinados dados, mas, ao se deparar com os documentos, descobria outra realidade. Isso se relaciona diretamente com a história oral: às vezes, o entrevistado não responde diretamente às perguntas, escolhe tangenciar certos temas. Contudo, ainda assim, é fundamental termos uma escuta sensível para perceber que, mesmo nesses desvios, há elementos valiosos para a construção da pesquisa.

Finalizo com a principal reflexão feita até aqui: a importância de analisar as contradições em nossas fontes. Na cultura radical da classe trabalhadora analisada por Hall (2013) sobre a batalha de Peterloo¹⁶ na Inglaterra do século XIX podemos perceber algo: Embora lute por igualdade e reforma política, frequentemente marginaliza as mulheres, atribuindo a elas um lugar diferente do ocupado pelos homens. Essa contradição também atravessa minha pesquisa. As memórias dos sujeitos variam conforme a classe social e o tipo de experiência vivida. Um acidente ferroviário, por exemplo, pode ser lembrado por um maquinista com sentimento de culpa ou heroísmo, enquanto para uma viúva, a lembrança pode ser marcada pela dor e pela revolta. Ambas as memórias são legítimas.

Assim como Samuel se afirmou como agente político após o massacre de Peterloo, Jemima enfrentou as limitações impostas pelo gênero. O mesmo se observa no universo ferroviário: embora homens e mulheres compartilhassem a mesma cultura ferroviária, suas vivências e lembranças são diferentes. A memória vivenciada na primeira classe é diferente da segunda classe, embora ambas constituam o mesmo trem e o mesmo percurso da viagem. Portanto, é atravessada por marcadores sociais que a tornam múltipla e contraditória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a História vai além do simples registro de eventos, é uma (re)construção de sentidos. Thompson nos convida a compreender a “natureza do fenômeno”, assim como Guertez, que rejeita

16 A Batalha de Peterloo foi um massacre ocorrido em 16 de agosto de 1819, na cidade de Manchester, Inglaterra, quando uma grande manifestação pacífica por reformas políticas foi brutalmente reprimida pelas forças militares.

a ideia de um laboratório natural. Para ele, o verdadeiro laboratório do historiador é o chão social. A História é feita de contexto e processo. Nossas pesquisas não mudam o contexto, mas podem transformar a forma como o percebemos, e é essa mudança de percepção que fortalece nosso ofício.

Portanto, analisar as contradições é também reconhecer a historicidade das lembranças, suas disputas e os marcadores sociais que as moldam. A memória e a história não são homogêneas nem linear; ao contrário, contém fragmentos, atravessada por desigualdades, por dores e também por resistências e por outros elementos importantes de serem analisados.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CHALHOUB, Sidney.; *Trabalho lar e botequim*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1986.

GEERTZ, Clifford, *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, Catherine; “*La historia de Samuel y Jemima: género y cultura de la case trabajadora en la Inglaterra del siglo XIX*. *Revista Mora, Buenos Aires*, vol. 19, n.2., jul./dez. 2013. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/mora/article/view/458>

Entrevista concedida no dia 02 de Agosto de 2022, à pesquisadora Jaciara Azevedo Rodrigues, pela senhora Margarida Maria Pereira, 65 anos de Idade, aposentada, moradora do Centro de Reriutaba-CE.

THOMPSON, Edward Palmer. A venda de esposas. In: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 305-353.

OPULÊNCIA E CONTRADIÇÕES NA FREGUESIA DE SANTANA DO CATU, SÉCULO XIX: SOCIEDADE, ECONOMIA E ESCRAVIDÃO NA BAHIA

Sandi Ísis Santana dos Santos¹⁷

INTRODUÇÃO

O presente artigo constitui-se a partir do primeiro capítulo da dissertação de mestrado intitulada *Composições matrimoniais, familiares, afetivas e de compadrio dos africanos e afrodescendentes escravizados na Freguesia de Santana do Catu, 1800 a 1850: um olhar interseccional*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) em 2024. Este artigo analisa a formação socioeconômica da Freguesia de Santana do Catu, na Bahia, entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX.

A partir de registros eclesiásticos e relatos de época, em especial o requerimento de 1811 elaborado pelo vigário José Pinto Ferreira, discute-se a suposta opulência da freguesia, sustentada pela produção de açúcar, tabaco, algodão e aguardente. Argumenta-se que, embora a freguesia fosse descrita como próspera, sua economia estava marcada por contradições: a dependência da mão de obra escravizada, a instabilidade produtiva dos engenhos e a vulnerabilidade social de grande parte da população. A análise mostra como

17 Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Mestra em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Doutoranda em História Social no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

discursos de prosperidade serviam também como estratégias políticas para legitimar a elevação administrativa da freguesia e atrair prestígio regional.

DESENVOLVIMENTO

Conforme registros de Cândido da Costa e Silva (Silva, 2000) a Freguesia de Santana do Catu foi instituída em 1787, por iniciativa do então 12º Arcebispo da Bahia, Dom Antônio Correia (1779–1802). No entanto, estudos mais recentes, realizados por Marcelo Oliveira (Oliveira, 2015), apontam que a criação oficial da freguesia teria ocorrido apenas em 1796, mediante seu desmembramento do território de Inhambupe. A propriedade mais antiga da região seria o Engenho Pojuca — também conhecido como Engenho Caboclo —, situado nas margens do rio homônimo, o qual servia de limite natural entre os municípios de Mata de São João e São Sebastião do Passé.

Em 1802, conforme consta no primeiro livro de batismos da Freguesia de Santana do Catu — disponível atualmente na plataforma digital FamilySearch —, o pároco responsável era o Padre José Pinto Ferreira, tendo como provisor Manoel Marques Brandão. Todavia, embora esse registro represente um marco documental relevante, não se pode afirmar com segurança que tal data corresponda à efetiva criação da paróquia ou da freguesia.

Entre os anos de 1809 e 1811, os moradores locais redigiram um requerimento às autoridades competentes solicitando a elevação da freguesia à categoria de vila. Segundo o referido documento, assinado pelos denominados “homens de bem” e contando com a participação do pároco José Pinto Ferreira, a Freguesia de Santana do Catu, no início do século XIX, abrigava aproximadamente oito mil habitantes (“almas”) e destacava-se pela produção de açúcar, tabaco, algodão e aguardente. O sacerdote ressaltava, ainda, que a notável fertilidade das terras da região devia-se à presença do rio Catu, elemento natural de fundamental importância para a economia local.¹⁸

18 Para verificar a documentação original, acesse: Requerimentos e ofícios referentes ao pedido dos habitantes de Sant’Anna do Catu, 32 f-v. Disponível

O Padre José Pinto Ferreira destaca, em seus relatos, as qualidades climáticas da região de Santana do Catu, referindo-se aos “bons ares” e ao clima ameno como fatores atrativos para a migração de populações provenientes de áreas assoladas pela seca. Tal observação sugere um movimento demográfico ascendente, provocado por fluxos migratórios internos, o que possivelmente contribuiu para o crescimento da população local. Este aumento populacional, por sua vez, pode ter gerado a necessidade de uma maior autonomia administrativa, motivando a solicitação pela criação de uma câmara local, elemento essencial para a gestão de uma vila em formação.

Segundo o referido pároco, a freguesia contava com cerca de dez moendas e engenhos de açúcar, operados por diversos lavradores. No entanto, ele observa que alguns desses engenhos encontravam-se, naquele ano, “sem moer”, o que levanta uma série de indagações pertinentes à dinâmica econômica da região: estariam tais engenhos ainda em construção? Ou a paralisação das atividades se deveria a dificuldades técnicas, safras ruins ou ausência de mão de obra? É plausível supor que o padre, ao mencionar essa condição, estivesse também sinalizando o potencial produtivo e o possível avanço econômico da freguesia — cenário igualmente aplicável às culturas do algodão, tabaco e mandioca.

Embora o padre Ferreira mencione a existência de “muitos lavradores”, ele não especifica o número de engenhos voltados à produção de algodão. A ausência dessa informação, contudo, não permite inferir a inexistência dessa atividade, mas antes indica a limitação dos dados disponíveis. Por outro lado, sua descrição da lavoura de tabaco é mais precisa: o vigário relata a atuação de mais de duzentos lavradores dedicados ao cultivo fumageiro, entre os quais três eram descritos como “bem opulentos”. Além disso, a existência de doze alambiques destinados à destilação de aguardente reforça a importância econômica dessas atividades. Considerando-se os padrões da época, é possível que tanto o tabaco quanto a aguardente tivessem papel estratégico na economia local — inclusive como

em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0000753/mssp0000753.pdf,

moedas de troca no tráfico de pessoas escravizadas, conforme ocorreu em outras regiões da Bahia.

A análise do termo “lavrador” também merece atenção. Conforme estudos de Stuart Schwartz e Bert Barickman (Schwartz, 2011; Barickman, 2003) baseados em documentação oitocentista, a designação “lavrador” era amplamente empregada para referir-se a qualquer indivíduo dedicado à prática agrícola — desde pequenos produtores até grandes senhores de terras. Essa denominação variava conforme o tipo de cultura cultivada e o contexto socioeconômico. Na Bahia, por exemplo, ser lavrador de cana-de-açúcar era indicativo de prestígio social, posicionando tais indivíduos em um estrato intermediário: acima dos lavradores de subsistência, mas abaixo dos grandes senhores de engenho. Havia também lavradores de fumo, cuja produção tinha elevado valor comercial, e os chamados lavradores de roça, responsáveis pela produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, como a mandioca.

O eclesiástico José Pinto Ferreira também menciona a existência de 76 casas habitadas por famílias na freguesia, bem como o fato de tratar-se de um “lugar de muito negócio, onde se ocupam nele alguns negociantes de fazendas secas e molhadas”. Essa observação parece ter como propósito ressaltar a relevância comercial da localidade, possivelmente com o intuito de justificar sua elevação à condição de vila e enfatizar os benefícios econômicos que tal centralidade poderia proporcionar a uma jurisdição mais ampla.

As chamadas “lojas de fazendas secas” comercializavam predominantemente artigos como tecidos, utensílios domésticos, ferramentas e outros produtos manufaturados, enquanto as “fazendas molhadas” ou vendas abasteciam a população com gêneros alimentícios e bebidas — como aguardente, vinhos, carnes salgadas, entre outros. Essa estrutura comercial revela um mercado relativamente dinâmico e articulado às demandas cotidianas da população local e de seus arredores.

Nesse sentido, é plausível supor que o arraial de Santana do Catu atuasse também como um entreposto de circulação e redistribuição dos excedentes agrícolas e manufaturados produzidos nos engenhos locais. A hipótese da presença de comerciantes e compradores

oriundos de outras freguesias ou regiões vizinhas é igualmente razoável, especialmente se considerarmos a relevância estratégica do comércio no interior baiano naquele período.

A título de comparação, a historiadora Maria Pires destaca que, na vila de Caetité, os mercadores locais negociavam uma diversidade de produtos, como algodão, rapadura, farinha de mandioca, gado, minérios, sal e óleos vegetais — o que demonstra a amplitude e a variedade das trocas comerciais existentes nas vilas interiores baianas no século XIX. Assim, é possível que uma lógica semelhante estivesse em operação em Santana do Catu, com a freguesia servindo como ponto de escoamento e transação de bens agrícolas e industriais, especialmente durante os dias de feira ou em períodos de colheita.

Para ilustrar a dimensão geográfica e demográfica da região abordada nesta pesquisa, apresenta-se abaixo um registro fotográfico da rua do comércio do povoado de Catu, datado de 1860, realizado pelo fotógrafo britânico Benjamin Mulock¹⁹. A imagem, além de fornecer uma visão material da organização espacial da freguesia, contribui para compreendermos o ambiente urbano e comercial da localidade no século XIX.

A fotografia realizada por Benjamin Mulock em 1860, que retrata a rua do comércio do povoado de Santana do Catu, constitui uma fonte iconográfica de grande valor para a compreensão das transformações espaciais, sociais e econômicas pelas quais passava a freguesia ao longo do século XIX. Ainda que enquadrada dentro da perspectiva documental do viajante europeu oitocentista, a imagem oferece uma visualidade concreta que complementa os registros escritos do período, especialmente os relatos do padre José Pinto Ferreira, ao permitir observar, ainda que de forma silenciosa, as dinâmicas urbanas e comerciais que se desenvolviam no arraial.

19 A atividade principal de Mulock era de registrar os progressos da construção da ferrovia que ligava a cidade de Salvador com a cidade de Alagoinhas e a linha férrea passou por Santana do Catu. Sobre a construção da linha férrea, buscar por: SOUZA, Robério S. Tudo pelo trabalho livre! Trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909). Salvador: Ed. UFBA; São Paulo: Fapesp, 2011.

Figura 1: Vila de Santana do Catu, Benjamin Robert Mulock em 1860.



Fontes: Ralph M. Giesbrecht, pesquisa local; Roosevelt Reis; Tiago Amorim; Cyro Deocleciano R. Pessoa Jr.: Estradas de Ferro do Brasil, 1886, Euclides da Cunha: Diário de uma expedição, Alagoinhas, 31 de agosto (de 1897), O Estado de S. Paulo, 1897; IBGE: Enciclopédia dos Municípios Brasileiro, vol. XX, 1958; Guia Geral das Estradas de Ferro do Brasil, 1960; Guias Levi, 1932- 84; Mapa – acervo R. M. Giesbrecht).²⁰

No plano urbanístico, é possível notar uma rua relativamente ampla, margeada por edificações térreas de construção simples, com fachadas em alvenaria e telhados em duas águas²¹ — caracte-

²⁰ Disponível em <https://www.blogs.unicamp.br/hypercubic/2018/10/memoria-fotografica-ben-mulock/> e no Museu Virtual Catu em Retrato: <https://catuemretrato.com.br/2020/11/11/vila-de-santana-do-catu/>. Acesso em 29 de setembro de 2023.

²¹ Termo técnico da arquitetura que se refere a um telhado com duas inclinações

risticas que remetem à arquitetura luso-brasileira de pequenas vilas coloniais. A repetição dessas estruturas revela certa uniformidade, indicando uma ocupação organizada, embora ainda em estágio inicial de urbanização. O chão batido, sem pavimentação, reforça essa percepção, sugerindo que a freguesia, apesar de sua importância econômica emergente, ainda carecia de investimentos em infraestrutura urbana mais complexa.

A própria existência de uma rua comercial organizada, com lojas dispostas em fileiras contínuas, reforça a fala do padre Ferreira ao descrever Santana do Catu como um “lugar de muito negócio”, onde operavam “negociantes de fazendas secas e molhadas”. As chamadas lojas de “fazendas secas” provavelmente comercializavam tecidos, utensílios e ferramentas, enquanto as “molhadas” ofereciam gêneros alimentícios e bebidas como aguardente, vinho e outros itens de consumo cotidiano (Jesus, 2019). Trata-se, portanto, de uma economia voltada ao abastecimento tanto da população local quanto, possivelmente, de compradores oriundos de freguesias vizinhas — hipótese reforçada pela presença de um centro comercial ativo, característico de regiões com excedentes agrícolas.

Nesse contexto, é plausível supor que o comércio de produtos excedentes oriundos dos engenhos — como açúcar, aguardente, fumo, algodão e mandioca — ocorresse em grande parte nesse espaço urbano representado pela imagem. Como observa a historiadora Maria Pires (Pires, 2003) em seus estudos sobre Caetité, vilas interioranas baianas atuavam como polos de redistribuição de bens produzidos localmente, incluindo rapadura, sal, gado, minérios e óleos vegetais. Tais atividades comerciais não apenas dinamizavam as economias locais, como também favoreciam a circulação de pessoas e mercadorias em escalas inter-regionais. Assim, é razoável pensar que o comércio em Santana do Catu não se restringisse à população residente, mas atraísse também a presença de forasteiros em busca de oportunidades comerciais.

Outro aspecto relevante da imagem é a presença, ainda que discreta, de figuras humanas posicionadas junto às fachadas das casas

opostas, formando um “V” invertido quando visto de frente. É o tipo de telhado mais comum em casas coloniais e rurais no Brasil.

e estabelecimentos. A indumentária dessas pessoas, quando visível, sugere variações sociais sutis — o que permite pensar em uma convivência cotidiana entre diferentes estratos sociais, como lavradores, comerciantes, trabalhadores livres e, possivelmente, pessoas escravizadas. A rua, nesse caso, não é apenas um espaço físico de circulação, mas também um lugar simbólico de encontros, trocas e disputas sociais.

Por fim, essa representação visual da rua do comércio contribui para reforçar a argumentação presente nas petições dos moradores entre os anos de 1809 e 1811, que pleiteavam a elevação da freguesia à condição de vila. A imagem de Mulock, capturada décadas mais tarde, funciona como testemunho da consolidação de uma centralidade urbana e econômica que já se desenhava nas primeiras décadas do século XIX. Seu valor como documento histórico reside justamente na sua capacidade de tornar visível a materialidade de um espaço em transformação — um espaço que, como demonstram os registros escritos e iconográficos, articulava produção agrícola, comércio, circulação populacional e hierarquias sociais.

Na imagem, evidencia-se de maneira clara a arquitetura vernacular do período. Observa-se a presença de aproximadamente oito edificações residenciais de taipa — quatro dispostas de cada lado da via principal — caracterizadas por pequenas e singelas varandas, sustentadas por apoios de madeira, um elemento comum nas construções populares do século XIX. A estrada de terra, ou “estrada de chão”, como frequentemente chamada nas fontes orais e documentais, corta a paisagem sobre uma cobertura rala de grama baixa, conduzindo o olhar ao conjunto de casas construídas em madeira e barro, posicionadas aparentemente em uma depressão geográfica. Ao fundo da imagem, nota-se a conformação do relevo com presença de planaltos suavemente ondulados e pequenas elevações montanhosas, além de uma vegetação que combina árvores de pequeno e médio porte, compondo uma paisagem rural típica do semiúmido baiano.

Um detalhe revelador é a presença de animais amarrados em frente a uma das casas, o que nos remete à importância desses animais no contexto produtivo da freguesia — utilizados nas roças, no

transporte de bens e mercadorias, e provavelmente fundamentais no deslocamento da produção agrícola até o núcleo comercial do arraial, onde, segundo os relatos do padre José Pinto Ferreira, concentrava-se parte significativa das trocas comerciais. Outro aspecto notável da imagem é a proximidade entre as construções, sugerindo que esse trecho da vila reunia uma porção densamente habitada, possivelmente por famílias vinculadas às atividades agrícolas, ao pequeno comércio ou aos serviços manuais. Esse adensamento construtivo, por sua vez, levanta uma série de perguntas ainda não respondidas pela historiografia local: *quem eram essas pessoas que habitavam tais moradias? Qual sua condição jurídica? Eram livres, libertos ou escravizados? Quais seus nomes, origens e trajetórias? Como se organizavam cotidianamente? Que tipos de relações sociais estabeleciam entre si?*

Esses questionamentos revelam lacunas fundamentais para a escrita de uma história social da freguesia de Santana do Catu — ainda em fase de construção — e apontam para a necessidade de investigações futuras baseadas em fontes nominativas, cartoriais e eclesiásticas que permitam reconstruir, com mais precisão, os perfis sociais e as estruturas familiares dos habitantes do local. Nesse sentido, o estudo do historiador Bert Jude Barickman sobre a freguesia de Santiago do Iguape, situada no Recôncavo baiano, oferece um modelo metodológico relevante. Utilizando um censo nominativo de 1835, Barickman foi capaz de analisar a organização das unidades domésticas numa freguesia açucareira tradicional. Constatou que a maioria dos fogos era composta por famílias nucleares ou chefiadas por indivíduos solitários, com ou sem a presença de pessoas escravizadas, agregados ou dependentes livres. Identificou, ainda, a predominância de pequenos agricultores, lavradores de mandioca, roceiros e artesãos — muitos deles classificados como pardos e pretos livres — que viviam em terras pertencentes a senhores de engenho, reproduzindo assim uma estrutura social profundamente hierarquizada, embora marcada pela diversidade de formas de ocupação da terra e da força de trabalho (BARICKMAN, 2003).

Dessa maneira, surge a indagação: *como estavam estruturadas as unidades domésticas na freguesia de Santana do Catu?* A imagem de

Mulock, apesar de silenciosa em termos de dados nominais, é expressiva ao capturar visualmente parte dessa estrutura. As casas modestas, o entorno rural, a ausência de ornamentos e a presença dos animais de carga sugerem um modo de vida rural simples, porém funcional e vinculado à economia local, baseada em lavouras de subsistência e culturas de exportação como a cana-de-açúcar e o tabaco.

Retomando o autor da fotografia, Benjamin Robert Mulock, é importante contextualizá-lo não apenas como fotógrafo, mas como sujeito ativo no processo de documentação do avanço da modernidade no interior da Bahia. Engenheiro ferroviário de formação, Mulock havia atuado anteriormente como caçador de ouro na Austrália antes de aceitar, em meados do século XIX, o convite de John Watson para registrar fotograficamente o progresso da construção da ferrovia Bahia and São Francisco Railway (BSFR). Partindo da estação ferroviária da Calçada, ainda em construção na cidade de Salvador, Mulock percorreu diversas localidades do interior baiano à medida que os trilhos avançavam, produzindo registros visuais raros e hoje essenciais para a história urbana, econômica e social do estado.

Sua presença em Santana do Catu, portanto, não é casual: trata-se de uma localidade atravessada pelas transformações que a implantação da ferrovia traria à região, conectando povoados e freguesias anteriormente isolados e promovendo a circulação de pessoas, mercadorias e ideias. A fotografia da rua do comércio do povoado de Catu, assim, deve ser interpretada não apenas como um retrato estático do passado, mas como testemunho de um momento de transição — em que tradições rurais convivem com os sinais iniciais da modernização técnica e econômica impulsionada pela ferrovia e pelo comércio.²²

Observemos abaixo, a Rua do Comércio retratada por Mulock.

Nela, observa-se com clareza a construção das casas e estabelecimentos comerciais, a presença de pessoas e animais, compondo

22 Artigo digital disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/hypercubic/2018/10/memoria-fotografica-ben-mulock/>. Acesso em 29 de agosto de 2023.

a paisagem cotidiana da rua do comércio do povoado de Santana do Catu. A fotografia sugere que esse espaço central pode ter sido o mesmo mencionado pelo padre José Pinto Ferreira no início do século XIX, ao se referir ao arraial onde ocorriam as negociações dos produtos oriundos dos engenhos da região. A densidade construtiva e a circulação de pessoas captadas na imagem de 1860 apontam para um crescimento significativo desse núcleo populacional ao longo das décadas, possivelmente evoluindo de um pequeno povoado comercial para um aglomerado urbano mais consolidado.

Figura 2: Rua do Comércio do povoado do Catu em 1860.



Fonte: MULOCK, Benjamin. Collection Vignoles of Institution of Civil Engineers, London, ICE Acc 1335.²³

No entanto, é importante ressaltar que essa associação entre o arraial mencionado nos documentos oitocentistas e o espaço retratado por Mulock trata-se, por ora, de uma inferência historiográfica, já que não dispomos, até o presente momento, de fontes documentais ou cartográficas suficientes que permitam afirmar com segurança essa correspondência. Registramos, assim, mais

23 Imagem carregada do Museu Virtual de Catu. Disponível em: <https://catuemretrato.com.br/2020/11/11/rua-do-comercio-povoado-do-catu/>. Acesso em 29 de setembro de 2023.

uma pista investigativa a ser explorada em trabalhos futuros sobre a história urbana e social de Santana do Catu.

Para contextualizar o espaço produtivo que alimentava essa rede de trocas, é necessário compreender o que se designava por engenho no período colonial e imperial brasileiro. O termo não se refere apenas à máquina de moer cana-de-açúcar, mas designava toda a propriedade envolvida na produção do açúcar, incluindo o canavial (ou “roças” e “lavras”), as instalações de beneficiamento (a casa de engenho), e as estruturas secundárias, como os alambiques para produção de aguardente e os tachos para rapadura, produtos derivados do mesmo processo de transformação da cana. Segundo Gaspar Barlaeus (BARLÉU, 1974), o engenho deveria ser compreendido como uma forma de indústria, dada sua organização complexa e a articulação entre trabalho, técnica e produção. Já o erudito português Raphael Bluteau (BLUTEAU 1712), utilizava o termo em sentido figurado, ligando-o à capacidade inventiva e produtiva do entendimento humano, o que nos permite compreender o engenho tanto como lugar físico quanto como expressão de saber técnico e social.

A nomenclatura, no entanto, nem sempre é precisa ou restrita à produção açucareira. Conforme argumenta a historiadora Mariza de Carvalho Soares (Soares, 2009), era comum no vocabulário da época referir-se como “engenhos” também às unidades de produção de farinha de mandioca, cujos proprietários, no entanto, não detinham o mesmo status social dos senhores de engenho do açúcar. Essa ambiguidade terminológica gera, por vezes, certa confusão nos registros históricos, sobretudo porque muitas propriedades que se dedicavam à produção de açúcar também mantinham engenhos de farinha, coexistindo no mesmo espaço físico e produtivo. Ademais, outras culturas — como o algodão e o fumo — também eram processadas em engenhos ou manufaturas, embora com estruturas e escala distintas.

No que diz respeito à produção de fumo, sua importância econômica é amplamente atestada, sobretudo pela sua função no comércio atlântico de escravizados, como indica o historiador Stuart B. Schwartz. Embora Schwartz tenha apresentado dados sobre três

lavouras fumageiras do Recôncavo baiano, ele não forneceu informações detalhadas sobre a estrutura produtiva dos arredores, como Santana do Catu (SCHWARTZ, 1988). Sabe-se, contudo, que a circulação do fumo destinava-se, quase exclusivamente, à Costa da Mina, região da África Ocidental de onde provinha a maior parte dos africanos escravizados desembarcados em Salvador desde meados do século XVII. Esse comércio transatlântico foi amplamente dominado por comerciantes soteropolitanos, que utilizavam o fumo como principal moeda de troca na aquisição de cativos africanos (Alencastro, 2000).

A partir dessas informações, torna-se necessário distinguir os diferentes tipos de engenho existentes na Bahia oitocentista. O engenho de açúcar manteve posição central na economia da colônia e do Império, sendo associado a uma elite senhorial que articulava produção agrícola com o uso massivo de trabalho escravizado. Já o engenho de farinha de mandioca, embora economicamente relevante para o abastecimento interno, era operado, em sua maioria, por lavradores pobres ou pequenos proprietários, sem acesso aos privilégios da elite açucareira. Essa diferença hierárquica entre os tipos de engenho e seus operadores sociais lança luz sobre a complexidade das formações rurais na Bahia, especialmente em freguesias como Santana do Catu, onde coexistiam distintos modos de produção e variados perfis de trabalhadores — do senhor de engenho ao lavrador de roça, do escravizado ao pardo livre.

Nos tópicos a seguir, trataremos com maior brevidade os dois produtos que tiveram maior evidência na economia baiana e impacto direto na organização social das freguesias: o açúcar e a mandioca.

Figura 3: Engenho de Itamaracá, de Frans Post, mapa de Gaspar Barlaeus, 1647.



Fonte: LAGO, Pedro Corrêa e LAGO, Bia Corrêa. (orgs.) Catálogo raisonné. In: Frans Post (1612-1680). Obra completa. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.²⁴

A tela do pintor holandês Frans Post (Figura 3) oferece uma representação detalhada e simbólica dos diversos elementos que compunham um engenho açucareiro no Brasil colonial, especificamente o Engenho Itamaracá, em Sergipe. No centro da imagem, destaca-se a casa de beneficiamento, que abriga a moeda, as fornalhas e a casa de purgar — espaços fundamentais para o processamento da cana-de-açúcar em açúcar bruto. À esquerda, a casa-grande aparece em evidência, com a figura de um homem branco no primeiro andar em diálogo com outro cavaleiro, ilustrando a presença e a autoridade dos senhores sobre o engenho.

Ao fundo, a senzala é retratada como um espaço onde um grupo de escravizados se encontra socializando, sugerindo uma dimensão de sociabilidade e resistência cultural dentro de um ambiente marcado pela opressão. A imagem dos trabalhadores carregando o bagaço da cana moída na cabeça e em carroças puxadas por cavalos,

²⁴ Acesso em 29 de setembro de 2023. Disponível em: <https://editoracapivara.com.br/produto/frans-post-obra-completa-3aed/>.

bem como o esforço dos escravizados na colocação de lenha nos fornos, evidencia as funções laborais diversas e extenuantes desempenhadas por esses homens e mulheres. As canas recém-cortadas indicam a continuidade do ciclo produtivo, no qual o trabalho escravo era imprescindível para a manutenção da produção açucareira.

A presença do capataz montado a cavalo, liderando um grupo de escravizados pela estrada, reforça a vigilância e o controle rigoroso exercidos sobre a força de trabalho. Paralelamente, a imagem mostra uma mulher carregando um cesto e dois homens transportando alguém numa cadeira de aruá, sugerindo que essas pessoas poderiam ter se deslocado para a feira ou para um comércio, possivelmente para vender excedentes da produção do engenho ou adquirir bens. Tal cena aponta para a existência de uma economia interna no engenho, na qual os escravizados, mesmo sob condições severas, desenvolviam relações comerciais próprias.

A condição material dos escravizados — todos descalços e com vestes simples — evidencia a rigorosa hierarquia social vigente, na qual o uso de sapatos funcionava como um marcador simbólico de status, reservado apenas aos indivíduos livres ou libertos. Esse detalhe ressalta a dimensão simbólica e prática da opressão, uma vez que a ausência de calçados não apenas refletia a pobreza e o trabalho extenuante, mas também atuava como instrumento de distinção social (AMARAL, 2012.).

O quadro delimita com clareza as funções desempenhadas pelos escravizados, desde o cultivo e corte da cana no canavial até o transporte e beneficiamento na casa de engenho, estendendo-se para atividades comerciais e de mobilidade dentro da economia do engenho. Essa rotina de trabalho árduo, exaustiva e por vezes perigosa, era transmitida desde a infância, quando meninos e meninas aprendiam o “eito” — ou seja, a prática das atividades produtivas necessárias à manutenção do engenho. As causas documentadas de mortalidade, que incluem cansaço extremo e acidentes nas operações, atestam a precariedade das condições laborais e a alta vulnerabilidade dos trabalhadores escravizados.

Dessa forma, a representação pictórica de Frans Post não apenas oferece um retrato visual dos componentes físicos e humanos

do engenho, mas também evidencia as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que estruturavam a vida cotidiana no Brasil colonial e imperial. Este retrato auxilia na compreensão da complexidade e da crueldade do sistema escravista, contextualizando a freguesia de Santana do Catu dentro de um universo produtivo e social mais amplo, marcado pela exploração e resistência dos povos escravizados.

Os registros documentais ilustram a extrema dureza das condições de trabalho nos engenhos da freguesia de Santana do Catu durante o século XIX, refletida nos falecimentos por cansaço dos trabalhadores escravizados. Em 11 de dezembro de 1841, Luciano, um jovem escravizado de apenas 22 anos, faleceu por exaustão enquanto laborava no Engenho Remédio, propriedade do finado José Gabriel da Silva Mendes. Oito meses depois, em 15 de agosto de 1842, Antônio, um africano de 44 anos, também sucumbiu à extenuação física na propriedade de Joana Francisca. Tais relatos demonstram que o trabalho nos engenhos podia ser tão árduo a ponto de resultar em morte por esgotamento, evidenciando a brutalidade do sistema escravista.²⁵

Cinco anos após esses episódios, em 30 de novembro de 1846, Cecília perdeu seu único filho, Praxedes, vítima de um acidente no Engenho do Coronel Simão Gomes Ferreira Veloso. Com apenas oito anos de idade, Praxedes teve seu braço amputado próximo ao ombro e não resistiu aos ferimentos. Este trágico evento revela uma realidade dura: a concepção de infância, tão valorizada nas famílias burguesas, era praticamente inexistente para as crianças escravizadas, que desde cedo eram submetidas às exigências do trabalho, muitas vezes nas mesmas condições precárias dos adultos²⁶.

No contexto legislativo do período colonial, a regulamentação da construção dos engenhos açucareiros buscava ordenar a expansão territorial e produtiva. Em 1681, foi promulgada uma lei que

25 Registros nos Livros de Óbitos da Freguesia de Santana do Catu, 1841-1847, fl. 5 e 44, respectivamente. Disponível em www.familysearch.org.br. Consultado em 21 de junho de 2023.

26 Registros nos Livros de Óbitos da Freguesia de Santana do Catu, 1841-1847, fl. 128. Disponível em www.familysearch.org.br. Consultado em 21 de junho de 2023.

impedia a edificação de novos engenhos próximos aos já existentes, estabelecendo uma distância mínima de 1.500 braças entre eles. Embora essa norma tenha sido modificada em 1684, ela permaneceu em vigor e, segundo o historiador Stuart Schwartz, contribuiu para a abertura de novas áreas açucareiras nas regiões de Inhambupe, Rio Fundo e Catu. A legislação foi novamente alterada em 1802, exigindo licença governamental para a instalação de novos engenhos. Contudo, a partir da documentação disponível, não é possível afirmar com segurança se os habitantes da freguesia de Santana do Catu cumpriam tais trâmites legais, apontando para uma lacuna que pode direcionar futuras pesquisas.

No final do século XVIII, Barickman observou que a especialização econômica no cultivo da cana-de-açúcar ainda era limitada, sobretudo nas regiões setentrionais do Recôncavo. Ainda que pertencente à vila canavieira de São Francisco do Conde, a freguesia de Santana do Catu desenvolvia também culturas complementares como o fumo e a mandioca, apontando para uma diversificação produtiva (Barickman, 2003).

A instalação de engenhos representava um investimento considerável, acessível somente a proprietários com capital e terras. Aqueles que não detinham recursos para sua construção tornavam-se lavradores — trabalhadores que cultivavam a cana e a vendiam aos senhores de engenho para beneficiamento. Schwartz, ao analisar testamentos baianos entre 1794 e 1827, identificou que o valor médio dos engenhos era de 43.567 contos de réis, e os senhores frequentemente contratavam lavradores mediante arrendamento das terras, estipulando percentuais de 7 a 10% sobre a produção (SCHWARTZ, pp. 260; 92; 86).

Os engenhos eram classificados conforme sua localização e tecnologia: os situados à margem do litoral ou rios eram chamados “à beira mar”, sendo caracteristicamente maiores e aristocráticos; os localizados no interior, distantes da costa, eram denominados “da mata” ou “terra à dentro”, geralmente menores e com maiores custos logísticos. Quanto à motorização, os engenhos maiores movidos a água recebiam a designação de “reais”, enquanto aqueles movidos por força animal — cavalos ou bois — eram chamados

“trapiches”, “engenhocas” ou “molinetes” (SCHWARTZ, pp. 92).

Além da monocultura canavieira, a Coroa portuguesa, por meio de legislação régia de 1688, impôs a obrigatoriedade do plantio de mandioca aos produtores do Recôncavo baiano. Essa medida visava mitigar a escassez de gêneros alimentícios e prevenir a fome entre os escravizados, demonstrando a interdependência entre a produção agrícola de subsistência e a exploração do trabalho no sistema açucareiro (SCHWARTZ, pp. 86, 353).

Na figura 4, obra do pintor holandês Frans Post, observa-se a representação de uma oficina ou engenho dedicado à produção de farinha de mandioca, alimento básico e fundamental para a população. Essa imagem confirma a importância dessa cultura no contexto econômico e social da região, corroborando as inferências de Bert Jude Barickman, que indicam que a situação não teria sido distinta na Freguesia de Santana do Catu.

Figura 4: Detalhe de oficina de farinha de Frans Post.



Imagem 2. Frans Post. Detalhe de oficina de farinha. (óleo 14)

Fonte: LAGO, Pedro Corrêa e LAGO, Bia Corrêa. (orgs.) Catálogo raisonné. In: Frans Post (1612-1680). Obra completa. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.
A produção da mandioca exigia técnicas agrícolas específicas.

Com o uso de enxadas, os trabalhadores acumulavam a terra em covas, nas quais eram plantadas duas ou três manivas de mandioca. A semeadura era complementada, conforme a época do ano, com milho, feijão ou ambos, que eram cultivados entre as covas. Em cerca de duas semanas, os brotos rompem o solo, e a primeira capina é realizada aproximadamente quatro semanas após o plantio, seguida de uma segunda capina entre quatro e cinco meses depois. Este processo agrícola demonstra o cuidado e o manejo sistemático necessários para garantir a produtividade da lavoura, essencial para a subsistência da população local (BARICKMAN, pp.271-278).

O cultivo da mandioca, como alimento básico e fundamental para a população baiana, não era tarefa simples, exigindo atenção constante principalmente devido à presença de formigas e outras pragas. A produção da farinha de mandioca, por sua vez, demandava um processo minucioso e trabalhoso. Inicialmente, as raízes eram raspadas e lavadas; depois, eram raladas numa “roda de ralar” — também chamada de moenda ou bolandeira —, geralmente movimentada manualmente. A massa resultante caía em um cocho e era prensada durante a noite para eliminar o líquido tóxico, o ácido cianídrico. Após secagem, a farinha era peneirada manualmente, adquirindo uma textura granulada, para logo em seguida ser levada à chapa de barro ou cobre, sobre um forno aberto, para ser torrada. Durante essa etapa, o escravizado precisava manter constante atenção para que a farinha não queimasse, mexendo incessantemente a massa sob o calor intenso, evidenciando a dureza e a exigência do trabalho.

A preferência dos proprietários por serem identificados como senhores de engenho de açúcar, em detrimento dos produtores de farinha, talvez explique o declínio do uso do termo “engenho de farinha” no Brasil. Essa distinção social reflete as hierarquias e o prestígio associados à produção açucareira, considerada mais nobre e economicamente relevante para a elite local.

Bert Barickman concluiu que, na Bahia, a produção agrícola voltada à subsistência — em especial a mandioca, o tabaco e o algodão — desenvolveu-se paralelamente à lavoura açucareira. Essa característica é corroborada pelo relato do Padre e Vigário José Pinto

Ferreira, que em sua declaração destacou a riqueza agrícola da região, ressaltando os cultivos de cana, mandioca, fumo e algodão. Pode-se inferir que o propósito do Padre Ferreira era persuadir o Príncipe Regente a elevar a freguesia à condição de vila, com uma administração política própria, salientando o potencial econômico da região para o benefício da Coroa.

Stuart Schwartz verificou que, enquanto pertencente à vila de São Francisco do Conde, a Freguesia de Santana do Catu possuía, entre 1816 e 1817, dez engenhos de cana-de-açúcar, cada um empregando cerca de 182 escravizados; além disso, havia 42 lavradores de cana e 338 escravizados dedicados à lavoura (SCHWARTZ, p. 367). Marcelo Oliveira (OLIVEIRA, p.30), afirmou que, no apogeu do século XIX, a região chegou a contar com 47 engenhos e 33 fazendas. Para o período objeto da nossa pesquisa, identificamos aproximadamente 40 engenhos e sítios, quase todos dotados de capelas ou oratórios próprios. Contudo, a dificuldade em diferenciar os tipos de engenho decorre da imprecisão e falta de rigor nos registros lavrados por escrivães e párocos, o que impede afirmar com segurança se todos esses engenhos eram destinados à produção de açúcar, farinha ou fumo.

Entre os engenhos mais expressivos, destacam-se aqueles cujo número de escravizados batizados se sobressaiu: Engenho Mucambo, propriedade do Alferes Manoel Garces dos Santos; Engenho Timbó, do Tenente-Coronel Manoel João de Meireles; Engenho Tererê, de Antônio dos Santos Araújo Góes; Engenho Miranga, de Manoel Lopes da Conceição; e Engenho do Araticum, do Tenente José Theodoro Sá Barreto. Em geral, os pequenos engenhos abrigavam entre cinco e nove escravizados, os médios de dez a vinte, e poucos chegavam a possuir entre cinquenta e oitenta trabalhadores escravizados. Esses dados corroboram as pesquisas de Stuart Schwartz e Bert J. Barickman, evidenciando que, em regiões de policultura como essa, prevaleceu a posse de terras e produção por pequenos e médios proprietários, contestando a ideia de uma generalização da cultura plantation e dos grandes latifundiários na Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia de Santana do Catu era diversificada. O açúcar, produto de maior prestígio, coexistia com o tabaco, o algodão e a mandioca. Segundo Barickman (2003), o fumo tinha papel central no comércio atlântico, funcionando como moeda de troca na aquisição de escravizados³. Já a mandioca, como ressalta Schwartz (1985), foi um alimento fundamental para a subsistência da população escravizada, sendo cultivada mesmo em engenhos de açúcar como imposição legal desde o século XVII. A chamada ‘opulência’ da freguesia, portanto, era construída a partir da exploração de múltiplos gêneros agrícolas e, sobretudo, da intensa utilização do trabalho escravizado.

O vigário José Pinto Ferreira destacava a presença de lavradores e negociantes, mas silenciava sobre o contingente de escravizados. De acordo com Schwartz (1985), cada engenho do Recôncavo podia concentrar em média 182 cativos, o que mostra que a base da riqueza local era efetivamente o trabalho compulsório⁴. Além disso, relatos de óbitos de cativos por ‘cansaço’ ou acidentes nos engenhos de Catu, entre 1841 e 1846, revelam as condições precárias e violentas a que estavam submetidos⁵.

O termo ‘opulência’, utilizado nas fontes e retomado neste artigo, não deve ser tomado como um diagnóstico objetivo. Trata-se de uma categoria de época, mobilizada por elites locais em contextos específicos de disputa política. A historiografia recente enfatiza esse aspecto: Isabel Reis (2015) observa que as narrativas de prosperidade funcionavam como dispositivos de legitimação, mascarando as contradições de uma sociedade profundamente desigual⁶. Assim, problematizar o vocabulário das fontes é fundamental para compreender a experiência histórica da freguesia.

A análise da Freguesia de Santana do Catu mostra que a ‘opulência’ descrita em 1811 deve ser ponderada. Mais do que um retrato fiel da realidade, o discurso de prosperidade serviu a interesses políticos locais, visando elevar a freguesia a vila e garantir maior prestígio regional. A economia, embora ativa, era marcada pela dependência da escravidão, pela concentração da riqueza em poucas mãos e pela vulnerabilidade da maioria da população. Este estudo

contribui para a compreensão de como a escravidão estruturava não apenas os grandes centros canavieiros, mas também freguesias periféricas do Recôncavo baiano.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Um pé calçado, outro no chão: liberdade e escravidão em Sergipe (Cotinguiuba, 1860-1900)*. Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

BARICKMAN, Bert Jude. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo baiano em 1835. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 29/30, p. 79-132, 2003.

BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

BLUTEAU, Raphael. Engenho. In: BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, etc.* Coimbra: [s.n.], 1712. Tomo I.

FREIRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: História da Guerra Brasileira*. São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001.

JESUS, Gabriel Silva de. “Tanto Negócio e Tanto Negociantes”: Salvador colonial uma cidade comercial (1750-1808). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LOPES, Gustavo Acioli. Caminhos e descaminhos do tabaco na economia colonial. *MNEME – Revista de Humanidades*, Natal, v. 5, n. 12, out./nov. 2004.

NOVAIS, Idelma A. Ferreira. *A mesa de inspeção do açúcar e tabaco da Bahia, 1751-1808*. 2016. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Francisco I. Dantas de. *O mundo criado pelas imagens: paisagens e espaços coloniais na obra do holandês Frans Post*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

OLIVEIRA, Marcelo S. *A Imperial Vila de Santana do Catu: histórias de uma comunidade escravista no Recôncavo baiano*. Salvador: Quartaeto Editora, 2015.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no Alto Sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. Brasil colonial: plantaciones y periferias, 1580-1750. In: BETHELL, Leslie (Ed.). *História da América Latina*. v. 3: América Latina colonial: economia. Barcelona: Crítica, 1990. p. 217-269.

SILVA, Cândido da Costa e. *Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2000.

SOARES, Mariza de Carvalho. Engenho sim, de açúcar não: o engenho de farinha de Frans Post. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 61-83, jan./jun. 2009.

SOUZA, Robério Santos de. *Tudo pelo trabalho livre! Trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909)*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: FAPESP, 2011.

MULHERES NEGRAS E RESISTÊNCIA ESCRAVA NO CARIRI PARAIBANO: A HISTÓRIA DE UMA INSUBMISSÃO NO SÉCULO XIX.

Fernanda Borges de Brito²⁷

INTRODUÇÃO

Esse artigo é parte de uma pesquisa acadêmica de anos e que se tornou uma dissertação de mestrado apresentada no programa de pós graduação em história da Universidade Federal de Campina Grande, em que diante do meu desejo de pesquisar a escravidão no Cariri Paraibano, mergulhei a procura de trabalhos historiográficos que haviam sido produzidos, encontrei uma vasta quantidade de trabalhos, mas, para além disso, enxerguei que havia possibilidade, ainda assim, de se realizar uma pesquisa nesse sentido.

A pesquisa em História da Paraíba é de grande importância para compreender os traços históricos que ainda permanecem de maneira modificada ou não, em nosso cotidiano. Ao pensar a história da escravidão em uma região como o Cariri Paraibano, na qual, em nossa atualidade, ainda é possível perceber, famílias que possuem em sua história um passado escravista atuando como elites municipais, ocupando cargos importantes em prefeituras ou em outros empreendimentos e famílias que permanecem em posição de desvantagem, mesmo possuindo qualificação para ocupar tais cargos, sem possuir oportunidades e passando por situações de exclusão social.

27 Mestra em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG);
Graduada em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).
Email: fernandaborgesgb@gmail.com

Há nessa escolha de temática, uma visão sobre a atualidade e os diversos discursos racistas que ainda estão presentes, marcada ainda por ações e visões tradicionais da sociedade e, nesse sentido, arraigadas de racismo e preconceitos, tendo em vista que o racismo, sendo pensado através de três dimensões, que são: a econômica, política e subjetiva, faz parte da nossa estrutura social, como nos coloca Silvio de Almeida (2019).

Nesse sentido, o recorte temático e o recorte temporal escolhido foi a situação da mulher, no nosso caso, a mulher escravizada, com isso, a perspectiva aqui é pensar a escravidão a partir da História Social, com base nas experiências daquelas que foram por muito tempo excluídas da história, que não tiveram suas vozes ouvidas, aquelas que não são conclamadas ou homenageadas, como são os chamados “grandes homens da história”, indo além da história oficial, buscando colocar em evidência a gente excluída da nossa sociedade.

Mas, com um intuito bem mais específico e necessário, falar da mulher escravizada, tendo em vista que por vezes, essas foram tratadas na historiografia brasileira como não possuidoras de um papel protagonista, e se tratando do Cariri paraibano do século XVIII, o seu papel na sociedade escravista foi por muito tempo renegado pelos estudiosos, em grande medida pela defesa da tese de que estas não conseguiriam construir sua família, sendo necessário a intervenção de seu senhor, como é colocado por Pequeno Filho e Oliveira (2018).

Diante disso, este artigo se baseará nas concepções postas pela História Social Inglesa pelo autor que se tornou um grande aporte na História Social da Escravidão, E. P. Thompson, o qual trouxe para a análise social, uma maneira de contar a história a partir de baixo, o que possibilitou que os homens e as mulheres negras fossem verdadeiramente visualizados, pensando as suas redes de relações, sua família, seu trabalho, seus comportamentos, as suas escolhas e principalmente, as suas atitudes diante de um sistema escravista que vinha se dilacerando ao longo do século XVIII, nos apoiaremos também nas ideias de Antonio Gramsci, ao que tange às classes subalternas, tendo em vista que estas por vezes não tinham sua história contada.

Permanecemos com o principal intuito de trazer à vida as experiências esquecidas de mulheres escravizadas, tendo em vista principalmente as suas resistências cotidianas em relação a estrutura social na qual estavam inseridas.

Os estudos sobre a escravidão foram desenvolvidos ao longo do tempo baseados em leituras e concepções que vinham chegando ao país, temos que, a partir das concepções metódicas e ditas positivistas da história muitas pesquisas basearam seus estudos dando ênfase ao documento sem realizar perguntas importantes a essa documentação, tratando-os como a verdade em si.

Foram produzidos nesse período textos, que por vezes eram produzidos por profissionais de outras áreas ou mesmo por figuras que possuíam renomes em suas localizações, como é o exemplo de Irineo Joffily e José Américo de Almeida que trataram da escravidão na região do cariri paraibano como sendo escassa e, portanto, mínima, baseados na ideia de que por ter sua atividade econômica focada na pecuária não era necessário que houvesse grande contingentes de escravos.

É a partir do final da década de 1970, que começaram a ser desenvolvidas pesquisas que aportadas em documentação, comprovaram a existência significativa da escravidão no sertão do cariri paraibano, um dos trabalhos mais importantes referentes a essa região é o de Diana Galliza (1979), que constatou a presença de 1.538 escravizados nessa localidade no período do século XIX. Outros estudos foram realizados nesse sentido, como os de Ana Paula Moraes (2009), Wlisses Estrela A. Abreu (2011) e José de Sousa Pequeno Filho (2014), constatando em suas pesquisas a existência da escravidão no sertão paraibano em diferentes períodos históricos.

Em âmbito estadual temos pesquisadores como Luciano Mendonça de Lima que produziu trabalhos em torno da resistência escrava na cidade de Campina Grande, Solange P. Rocha que produziu trabalhos voltados para a mulher e a família escrava, as suas resistências e contradições cotidianas, Maria Vitória Barbosa Lima, que trabalhou com a questão da liberdade interdita e reavida.

Nesse sentido, a História com enfoque em mulheres ganha ampla visibilidade a partir da instituição dos *Annales*, principalmente

após a sua terceira geração, entretanto, estudos sobre as mulheres aparecem bem antes desse período, por exemplo, no texto “A origem da família e da propriedade privada” do século XIX, Friedrich Engels já tratava sobre a temática, colocando as mulheres como elemento essencial de sua escrita, ainda nesse período é possível citar Clara Zetkin com textos como “*Social-Democracy & Woman Suffrage*” e já no início do século XX, temos Alexandra Kollontai com “*As bases sociais da questão da mulher*” e nos anos de 1950 nos Estados Unidos temos Selma James com “*Sex, Race and Class*” e Evelyn Reed com o texto “*The myth of womens inferioty*” entre outras.

Tendo em vista o contexto brasileiro, é essencial realizar estudos específicos sobre as mulheres negras que viveram o período da escravidão trabalhando-as como sujeito de sua história, atentando para a necessidade de refletir sobre esse período para entender a atual realidade de desigualdade brasileira e também não menos importante, paraibana, o que vem sendo feito por pesquisadores nas diferentes instituições de ensino superior, com teorias e métodos científicos de variados campos do pensamento.

Nos voltamos aqui para as questões relacionadas a mulher negra, tendo em vista a relação entre passado e presente, dessa forma buscamos partir das inquietações do presente, ir em busca de resquícios na história da escravidão brasileira, das reminiscências na nossa sociedade de características racistas.

Dessa maneira, pensando na luta feminista negra e em uma maneira de fazer com que elucidamos questões relacionadas as vivências das mulheres negras na Paraíba, principalmente no que se refere ao cariri paraibano, refletindo o seu apagamento de questões relacionadas a escravidão, mas não só nesse sentido, pois mesmo com estudos relacionados a temática, estas foram excluídas do protagonismo na historiografia paraibana.

Será utilizado os conceitos de experiência e cultura de Thompson, tendo em vista que a experiência aparece como dimensão cultural, delineada no plano das relações de produção, nas quais ações e posições são assumidas e praticadas. Para ele,

(...) a questão que temos imediatamente à nossa

frente não é dos limites da experiência, mas a maneira de alcançá-la, ou produzi-la. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. (Thompson, 1981, p. 16).

Questão que permite enxergar as escravizadas para além do objeto inanimado e econômico que eram consideradas à época, ampliando as possibilidades de suas ações, passando assim a pensá-las como os seres humanos que eram, que construíram e reconstruíram as suas formas de viver e seus direitos, que foram e são até hoje renegados pela sociedade.

Nesse mesmo sentido, esse trabalho tem como norte as pesquisas realizadas pelos historiadores brasileiros João José Reis e Sidney Chalhoub, que em seus estudos trabalharam com os escravizados enquanto sujeitos históricos, analisando as relações entre os diversos sujeitos no âmbito da negociação e do conflito.

Diante disso, a partir do aporte da História Social Inglesa será possível dar visibilidade as mulheres negras, observando as suas redes de convivências, relações familiares e de trabalho, compreendendo para além disso seus comportamentos, escolhas e atitudes, em meio a uma sociedade de extrema repressão.

Tendo o intuito de explorar o passado tendo como base o materialismo histórico, se apoiando em autores como E. P. Thompson e Carlo Ginzburg, explorando nesse sentido questões relativas a mulheres, classe e raça, em uma localidade em que ainda prevalece, práticas machistas e autoritárias, nas quais por vezes as mulheres são colocadas como causadoras de seus problemas, seja por terem suas práticas sexualizadas ou se postarem como protagonistas de sua vida.

Um ponto a ser destacado é que esse trabalho se propõe a enxergar a história a partir dos de baixo, dando ênfase à dialética existente entre mulheres escravizadas e a elite local escravista e para além disso, dando ênfase as estruturas de dominação que esmagam as

relações íntimas entre umas e outras, enxergando assim os processos históricos que constitui os indivíduos e é constituído por estes, como é colocado por Emília Viotti da Costa (1988).

Os trabalhos sobre a História das Mulheres têm raízes ainda no século XIX com escritos de autores marxistas, como Clara Zetkin e Alexandra Kollontai, entretanto, os círculos acadêmicos incorporaram de forma mais recorrente tal temática a partir da década de 1960, com os *Annales*, ocorrendo assim uma ampliação de estudos sobre a temática, em variadas linhas de pesquisa das quais destaco as que se desenvolveram a partir das novas discussões sobre gênero e sexualidade entre as décadas de 1960 e 1970, que produziram muitos trabalhos nesta linha, mas não partiam do materialismo histórico para elucidar suas questões, diferente do nosso intuito.

Seguiremos o marxismo para analisar a história das mulheres a partir dos conceitos de raça e gênero, entrelaçando as questões sociais de classe, ou seja, de grupos subalternos, analisando as tensões que existem entre estes e as classes dominantes.

Dessa forma, daremos o protagonismo à mulher negra e escravizada, empenhando-se em encontrar e apresentar as suas especificidades, suas formas de agir e resistir a um sistema que a oprimia, enxergando as maneiras utilizadas por estas para se desvencilhar da estrutura social na qual estavam inseridas. Pois, como nos diz Lélia González

[...] à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão. (González, 1982: 97)

Diante disso, refletiremos sobre a realidade brasileira, em que mulheres negras são as que mais sofrem com as estruturas racistas, patriarcais, sexistas e heteronormativas, sendo por isso colocadas em uma situação subalterna e passível de objetificação.

Sendo assim, enxergamos que para analisar as formas de exploração da mulher negra escravizada temos que partir da avaliação de seu papel enquanto trabalhadora, como é colocado por Angela Davis (2016).

ECONOMIA E ESCRAVIDÃO: O CONTEXTO PARAIBANO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

A Paraíba, possuía a sua economia baseada, principalmente, na produção açucareira e algodoeira. Segundo a autora Marly Viana (2013), perante todo o século XIX, as plantações de algodão foram aumentando na Província. Nesse sentido, os relatórios dos presidentes de província enfatizavam, constantemente, a produção agrária da região dando ênfase as boas safras e os problemas enfrentados. Neles é possível observar as oscilações que ocorriam na produção do açúcar e do algodão.

Quando partimos para a década de 1850, as principais discussões parlamentares da província da Parahyba que existiam, segundo Leandro Diniz (2020), giravam em torno da lavoura paraibana, sobre a falta de instrução, os precários instrumentos agrícolas e os prejuízos tarifários causados aos cofres públicos devido aos produtos exportados diretamente pela província de Pernambuco. Somado a tudo isso, a autora Diana Galliza (1979) enxerga a indústria açucareira na Paraíba como envolta em um “marasmo secular”. Diante de tal fato, os parlamentares apresentaram medidas que pudessem modernizar a lavoura, estas que foram colocadas em prática, mas não obtiveram grandes êxitos, gerando até alguns prejuízos, como é visto em alguns dos relatórios, de acordo com Diniz (2020).

É a partir da Lei Euzébio de Queirós e a Lei de Terras, ambas de 1850, que as discussões parlamentares acerca da agricultura passam a ter novas nuances. A mão de obra naquele período passa a ocupar um lugar de grande preocupação, principalmente para os fazendeiros da Zona da Mata paraibana. Nesse momento, entraram em ação as alternativas que foram colocadas em prática pelo Império, a entrada de imigrantes para o trabalho e a introdução de equipamentos modernos que faziam com que fosse necessário menos trabalhadores, entretanto, essa não era a realidade da Parahyba.

O cultivo do açúcar ainda era muito difundido na Paraíba, mesmo com os diversos problemas apontados pelos proprietários de terra, com a dificuldade de mão de obra, por não poderem mais importar pessoas escravizadas para a realização do trabalho. Os donos de terras adaptados ao modelo de exploração escravista, que vinha há muito lhe dando lucro, não conseguiam se adequar ao trabalho livre querendo que esses desenvolvessem as tarefas de mesmo modo que os escravizados eram forçados a fazer.

Um ponto a se destacar da economia paraibana foi o de que, nesse período, muitos proprietários de terras optaram pelo cultivo do algodão por esse oferecer a eles a possibilidade de outras culturas a serem desenvolvidas, pois, ao mesmo tempo, era possível plantar mandioca, milho, feijão, arroz e legumes variados que poderiam servir para consumo e o abastecimento das populações locais com excedentes.

Outro ponto a se destacar é o fato da pecuária está bastante presente naquele cenário, é o que conseguimos observar no texto de Irineu Joffily (1892) que, em seus escritos, conseguiu demonstrar que esta atividade estava presente na maior parte do território. Marly Vianna (2013), ao fazer a análise da distribuição de terras, economia e sociedade do município de Campina Grande, mostrou a importância que a criação de gado teve para economia do interior paraibano.

A Villa Real de São João do Cariri apresentava uma dinâmica muito parecida com o que havia em geral na Parahyba da época, tendo a sua economia baseada, em maior parte, pela criação de gado, plantações de algodão e outras culturas. Nesta região da Paraíba se concentravam grandes propriedades de terra que foram anteriormente cedidas por sesmarias a donatários algum dos quais possuíam terras na região do Brejo da Paraíba, como é colocado por Pequeno Filho (2014), o que ocorria era que os proprietários conseguiam, a partir disso, sustentar as fazendas com produtos de subsistência que não conseguiam explorar em uma ou em outra fazenda.

Sendo assim, a economia e a mão de obra no Cariri a essa época se concentravam em maior parte nas funções de vaqueiros,

cuidadores de gado na caatinga, trabalhando como cavouqueiros e nas cozinhas das casas grandes de acordo com os dados do censo demográfico de 1872. Mas, um ponto a se destacar é que o processo de trabalho livre que já era presente em outras localidades da Parahyba do Norte, não foi logo estabelecido na região dos Cariris Velhos.

A escravização continuou a ser a principal forma de mão de obra e exploração de trabalho na região, enquanto boa parte dos escravizados atuava em trabalhos nas fazendas de gado, outra parte que estava nos municípios permanecia em uma realidade muito parecida com a anterior, com extrema exploração e tendo aqueles que conseguiram a sua liberdade o risco de perdê-la de maneiras ilegais, como foi possível observar em uma denúncia do ano de 1843, acessada por Lima (2009), período anterior ao que tratamos nesse trabalho, mas que nos dá o indicio de que a prática proibida e mal vista, chegou a acontecer.

Diana Galiza (1979), em seu trabalho de dissertação “O domínio da escravidão na Paraíba” ao analisar o papel dos escravizados na economia sertaneja, se atenta também para o declínio da população de escravizados na Paraíba, estudando o tráfico interprovincial, o processo de manumissão²⁸ e os movimentos emancipacionistas e abolicionistas.

Nesse estudo, ela observa, ao realizar uma pesquisa intensa em fontes diversas de arquivos públicos cartoriais, que a mão de obra escravizada no Cariri era a principal fonte de riqueza, confirmando a presença marcante da escravização na região, tendo esse lugar, em determinado momento, uma escravaria tão numerosa quanto a de alguns municípios da zona canavieira.

É o que entra em choque com o que José Leal Ramos (1993) e outros autores tradicionais, ao falar da região, se focaram em genealogias e naquilo que os grandes senhores fizeram ou “conquistaram” em suas trajetórias, deixando sempre de lado os subalternos,

28 Este termo designava na Roma antiga o ato de libertar um escravo, a concessão de uma alforria. Deriva etimologicamente da junção das palavras latinas manu – mão e mitio – largar, soltar. Termo que continuou sendo usado no contexto do Brasil do século XIX.

mostrando, assim, uma dificuldade de enxergar o sistema escravista como uma instituição cheia de tensão, ficando a escravização sempre como um papel coadjuvante em uma história em que ela, na verdade, era a atriz principal da realidade social na qual estavam envolvidos. Com isso, essa historiografia tradicional tinha um grande fascínio pela glória, a abundância e ao suposto progresso que ocorria através desses grandes senhores e os personagens principais, aqueles que eram subalternos, foram terminantemente apagados de suas histórias.

Nesse sentido, o que temos na Villa Real de São João do Cariri, naquele momento, é um vilarejo em que o campo se misturava com a cidade e que algumas atividades rurais passam a existir também na cidade. É um dado tão específico que, ao avaliarmos os dados do primeiro censo realizado no Brasil pelo IBGE, no ano 1872, conseguimos compreender como a escravidão estava presente no Império brasileiro.

Ao analisarmos aqueles temos que o Brasil, naquelas circunstâncias, possuía uma população livre de 8.419.672 pessoas dividido em 4.818.699 homens e 4.100.973 mulheres. Já a Província da Parahyba possuía 354.700 de pessoas em seu território em que 179.433 eram homens e 181.267 eram mulheres. Que foram classificadas através de suas raças sendo estas classificações branca, parda, preta e cabocla.

Com os dados percebemos que a população, tanto brasileira como paraibana, já se mostrava bastante diversa e a quantidade de pessoas que era considerada “pardas”, classificação utilizada para designar a mistura de raças, já foi a categoria que abarcou a maior parte dessas mulheres. Quando partimos para a análise dos dados relacionados à população escravizada brasileira, o Censo aponta para uma quantidade de 1.510.806, na Parahyba consta uma quantidade de 21.526 escravizados.

Para enxergar a concentração de escravizados na região da Parahyba temos que a Freguesia²⁹ de Nossa Senhora das Neves, como

29 As freguesias são unidades administrativas menores de um território. No Brasil, as freguesias eram pequenos aglomerados urbanos ou rurais, sem autonomia administrativa. Geralmente, eram o centro da sede de um município.

era chamada a região que hoje abarca a capital João Pessoa, havia uma população escravizada de 2.456, divididos em 1189 homens e 1267 mulheres. Entre estas, nós tínhamos 420 pardas e 847 pretas. Na Villa Real de São João do Cariri, a população escravizada era de 642, sendo 289 homens e 358 mulheres, destas seriam 167 pardas e 186 pretas.

Ao comparar esses dados com a pesquisa realizada por Diana Galliza (1979), notamos que, embora os dados sejam esparsos a região apresentava um número acentuado de escravizados. Um ponto a se destacar nisso é que esta população se apresentava quase que em sua metade em idade de trabalho.

Tendo esse contexto como plano de fundo de toda uma história de lutas e resistências entre senhores e escravos partimos para a análise de um processo crime em torno de uma mulher escravizada negra e a forma como essa utilizou dos meios que possuía para demarcar a sua presença e a sua não concordância com a dominação que impunham contra ela.

MULATA IGNÁCIA³⁰: ASSASSINATO E VINGANÇA (1853)

No ano de 1853, mais especificamente no dia dezenove de abril há o registro de um assassinato, ocorrido na Fazenda Cachoeira, no termo que foi lavrado pelo escrivão, Thomas José da Silva Lisboa,

A organização do espaço provincial no Império era baseada na freguesia, que também era a base das novas municipalidades instituídas a partir de 1828.

- 30 Processo Crime Contra a Mulata Ignácia escravizada de Galdino Honório de Messias, hoje sobre a custódia da Comarca de Serra Branca - PB, sob a custódia do Tribunal de Justiça da Paraíba e digitalizado pelo Arquivo Digital disponibilizado pela British Library que realizou um projeto para a digitalização de arquivos históricos que possuem ameaças de perdas e que junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em João Pessoa, Paraíba, Brasil e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) realizaram toda a digitalização dos arquivos como também a sua organização realizando assim a criação de um arquivo digital de registros criminais e notariais dos séculos XVIII e XIX em Mamanguape, São João do Cariri e João Pessoa, Paraíba, Brasil (EAP853).

na Villa de Sam João, por meio do qual temos conhecimento que fora morta a Senhora Lima Maria de Jesus, esposa de Galdino Honório de Messias.

Para fins de localização, no relatório do Capitão-mor Clemente Amorim de Souza, de 1757, há o registro de três fazendas com o nome de Cachoeira: uma às margens do Rio Paraíba, no atual município de Camalaú, e duas às margens do Rio Travessia/Taperoá, uma no atual município de Cabaceiras e uma no atual município de São João do Cariri.

Nesse processo crime que analisamos há a menção ao lugar de São Gonçalo, no relatório de 1757, havia dois locais assim denominados: um no atual município de São José dos Cordeiros e um no atual município de Gurjão. Levando em consideração a menor distância entre os dois locais, levantamos a hipótese de se tratar da Fazenda Cachoeira, do atual município de São João do Cariri, e da fazenda São Gonçalo, do atual município de Gurjão.

Neste processo crime, conseguimos ter acesso ao auto de corpo de delito que fora feito no local em que ocorreu o assassinato, ou seja, na casa de Lima Maria de Jesus, na fazenda Cachoeira.

A seguir está a transcrição fiel de parte do documento

Depois de fazerem as precisas observações declaração que a dita assassinada se achava com um talho no alto da cabeça com o comprimento de duas polegadas partindo o casco da cabeça e no mesmo lugar estava afundada, tendo ainda outro talho com a mesma extensão logo acima do olho indo até os pés do cabelo e que estes ferimentos fora feitos com **cacete** ou outro instrumento. Mais que achava-se o ditos cadáver com ferimentos abaixo do queixo inferior de hum e outro lado do pescoço com intenção de hum polegada cada hum e com pouca profundidade parecendo haver sido feito com faca. Observarão mais haver sobre o peito muitas contusões negras que não podiam distinguir uma das outras e que lhes parecia serem feitos

com **borduadas** e que ditados estes ferimentos e contusões proferia na morte da infeliz. (grifos nossos)

Diante disso é possível observar a profunda violência que ocorreu nesta fazenda. Logo em seguida a este retrato de como foi encontrada a Senhora, há um total de nove testemunhas que ao longo de seus depoimentos revelam que o crime haveria de ter sido realizado por uma das escravizadas de Galdino Honorio de Messias.

O primeiro a trazer o seu depoimento é José Gomes Mimô que era branco, criador de gado e tinha seus 44 anos, em seu relato ele conta que soube do ocorrido na estrada e que tal atentado teria acontecido enquanto a Senhora estava dormindo, sem que pudesse haver defesa. Outro ponto mencionado pela testemunha, a se destacar aqui é que o Senhor Galdino não estava presente na fazenda. O que pode nos dar o senso de estratégia utilizada por Ignácia, que, ao que o texto dos autos indica, se rebelou em um momento em que parecia ser propício, no qual o sucesso parecia mais palpável.

Segundo aquilo que é colocado por José Gomes Mimô, ainda no dia seguinte se dirigiu a casa de Galdino Honorio de Messias e a senhora Lima estava viva e o que se falava entre os presentes era que a escravizada haveria batido na senhora com várias cacetadas com uma mão de pilão e duas facadas lhe foram dadas na goela, para além disso, havia ferimentos feitos por facas em seu rosto, tendo a senhora Lima falecido após cinco dias.

A segunda testemunha é José Alves de Abreo, homem branco, casado e vaqueiro, com 50 anos. Em seu depoimento ele diz que

(...) estando em sua casa no dia dezenove de Abril próximo passado, as oito horas do dia viu chegar hum menino filho de José de Messias e que a escrava deste havia assassinado a Senhora e forão até ao lugar que a dita escrava havia assassinado a senhora e chegando a casa do dito Galdino, ahi achou a infelis Lima Maria de Jesus **já sem fala e com um talho no rosto e humos cacetados na cabeça e**

outros pelo corpo mais huma facada na goela e a depois disso retirou-se elle testemunha indo depois ouviu dizer que a dita Senhora Lima ABORTARA ANTES DE ESPIRAR e que falecera a cabo de cinco dias. **Disse mais a testemunha que he publica que quem cometeo o assassinio foi a dita mulata Ignacia, Escrava da dita Senhora a infelis Lima Maria de Jesus.** (grifos nossos).

Vemos que a Mulata Ignácia, como aparece na documentação, agiu com uma das formas mais extremas de resistência a escravização, que era os assassinatos como é colocado por Mott (1988). Os meios para tais assassinatos eram diversos, o uso de instrumentos de trabalho, envenenamentos, faca, mão de pilão, golpes de machados, como os meios que foram descritos para o assassinato da senhora Lima Maria de Jesus, como a autora exemplifica em seu trabalho

Em 1856, naquela cidade mineira, as escravas Peregrina, Jesuína, Luzia e Tecla assassinaram, com golpes de machado e mão de pilão, sua senhora dona Maria do Carmo Pinto Teixeira, esposa de um brigadeiro, homem de prestígio da sociedade local. A vítima não era tida como das mais benevolentes no trato das escravas. (MOTT, 1988, p.34)

A partir da citação acima é possível perceber que se rebelar contra seu senhor foi algo que ocorreu em diferentes locais do Brasil e no interior no Cariri paraibano não parece ter sido diferente. Temos aqui um exemplo encontrado em meio a documentação da época.

Mais uma testemunha a depor é o tio de Lima Maria de Jesus, Manoel Gouvêa Souza, senhor de 77 anos, branco e casado. Ele relata que estava em sua casa e que chegaram com a notícia de que haviam assassinado a sua sobrinha, ele, nesse momento, montou ao seu cavalo e dirigiu-se a fazenda da sobrinha. Lá ainda a encontrou com vida, mas muito machucada e foi informado de que tal ato teria sido realizado por Ignácia Cabra.

Outra testemunha que traz ainda mais detalhes sobre o posicionamento da escravizada é Manoel Leonardo da Cunha, homem branco, vaqueiro de 39 anos, que disse:

(...) a Escrava Ignácia espancara rigorosamente com huma mão de pilão a sua senhora Lima Maria de Jesus não estando em casa o marido da infelis, e ao depois de ter feito o espancamento e **quebradolhe o crânio de maneira que entrara os cabelos pela mesma quebradeira** e tendo a dita escrava considerado como se morta e disse a cativa que desejava acabar de matar a sua senhora daí deulhes um talhos na garganta dois talhos que sangrando informarão a elle testemunha pareceu ter querido a dita escrava **degola-la** o que não conseguiu talvez pelo mau estado dos instrumentos em que se achava com que fez os dictos ferimentos. (grifos nossos)

Nesse testemunho é possível observar como a ação da escravizada parece ser de revolta e vingança contra sua senhora e que essa só pararia seu ato após a morte da senhora. Levando em considerado o que é colocado por Pinsky (2009), a ação de assassinar o senhor muitas das vezes não é planejada, mas fruto de revolta por alguma ação que lhe foi infligida naquele momento. Infelizmente, não há documentação conhecida que nos apresente os antecedentes destes acontecimentos.

Um dos pontos interessantes desse processo crime é que este ao ser concluído e certificado de que a autora do crime contra a Senhora Dona Lima Maria de Jesus foi a chamada Mulata Ignácia, que é designada, parda e cabra pelos autos, é decretada a sua prisão, de acordo com o art. 1º da lei de 1º de junho de 1835. Como é colocado por Mattoso

O escravo que assassina é sempre condenado a morte, e isto até 1876, quando a pena de morte

foi totalmente abolida no Brasil. A historiografia brasileira, como as complicações de leis, acentua o problema: os senhores jamais se sentem em segurança e, quando se julgam ao abrigo de violências individuais ou coletivas, mesmo assim tremem de medo do veneno que pode ser administrado em pequenas doses e alguns dos quais, bem conhecidos, provocam uma astenia fatal. (MATTOSO, 1990, p.156)

Entretanto, o processo foi reaberto em 1º de outubro de 1853, no qual novamente as testemunhas são intimadas e José Alves de Abreo, segunda testemunha a depor no primeiro momento, apresenta em seu depoimento novas circunstâncias. Nesse momento ele traz que Ignácia havia saído correndo após assassinar sua senhora, entretanto, relata que não saberia do paradeiro desta, que, após isso, não teria tido contato com ela.

Já a segunda testemunha Antonio Felipe de Oliveira, branco e vaqueiro diz que a Mulata Ignácia teria sido morta, ainda no mês de abril, mas que não saberia dizer como esta teria sido assassinada, mas que o principal suspeito seria João de Tal, um homem que não conhecia, mas que havia ouvido falar que teria fugido após cometer o ato.

É no relato de José (?) de Oliveira Lima, branco, casado, que vivia de negócios e que tinha 24 anos, que temos algo mais concreto acerca do acontecido. Ao ser perguntado sobre os dois assassinatos ele prontamente respondeu:

disse que sabe porque no dia 20 do mes de Abril ele testemunha se fora despedir o caboclo João de tal que se achava no lugar Sam Gonçalo e que elle testemunha perguntando qual o motivo de sua retirada o que lhe dissera a elle testemunha já bem poderia saber que **elle fora quem matara a Cabra Ignacia porque ele achara a dita Cabra Ignacia matando a sua senhora e que por isso**

se retirava, e sendo mais perguntado pelo juis se sabia do paradeiro do dito João de quem se tratava fizera dita morte, disse que não ouvira dizer se havia sido mandado por alguém e sem que o caboclo João de quem se trata residia em casa da infeliz ouvindo pela noite huns gritos acudira, e que nesta ocasião fora que matara dita Cabra por achar matando a senhora e mais não disse assignando o seu juramento. (grifos nossos)

Já José Garcia de Souza, homem pardo de 37 anos e vaqueiro, em seu depoimento confirma a história de que João de Tal haveria matado a Mulata Ignácia. Ele relata já ser público tal acontecimento e indica que

Disse que não ouvira dizer que fora mandado por pessoa alguma e sim supunha ter cido esta **deliberação nascida do dicto Caboclo João de Tal porque ainda não ouvira tratar que pessoa alguma mandasse fazer dita morte**, sim na pessoa do dito João que elle o conhecia de vista e não como amizade. (grifos nossos)

Ignácio Ferreira Baptista, pardo casado, com 22 anos e vaqueiro, disse

(...) que João de Tal, cabloco achando-se na casa da finada Lima, na noite que fora ella assassinada houvera huns gritos e que aproximando-se para o local dos gritos achara quase morta com umas facadas e que saindo no mesmo instante em seguimento da Cabra Ignacia, para quem attribuir a semelhante atentado a podera conseguir onde a matara.

Ao ser perguntado se saberia de mais detalhes acerca do atentado

à Mulata Ignacia e se teria informações de mais pessoas envolvida em sua morte ele respondeu que

Disse que não sabia com que fora morta porque logo depois de semelhante atentado dito Caboclo João se evadira, e elle testemunha não mais se avistara com elle, e que não tem houvido tratar que pessoa alguma mais tivesse parte em dita morte a exceção desta de quem elle testemunha depunha.

Esse relato é reafirmado por mais uma testemunha, Antonio Barreto de Melo, de 32 anos e que sobrevivia com o ofício de alfaia-te. Ele conta que João de Tal estaria na casa de Lima e ao encontrá-la ferida seguiu em perseguição a escravizada que fugia pelo cercado, e que não poderia dar mais detalhes, pois, não havia encontrado mais o caboclo João de Tal.

João de tal, ao que indica o processo, seria um homem livre cabloco que ao presenciar o ocorrido resolveu vingar a senhora Lima, entretanto, levantamos a hipótese de que esse poderia ser um capanga, pistoleira ou feitor, profissão que é comum aos fazendeiros dos sertões e que a morte da escravizada Ignácia tenha sido encomendada, pelo seu senhor, mas infelizmente, não há registros que possam confirmar esta hipótese.

Outro ponto a se destacar desse processo crime é que a maioria de seus depoentes eram brancos, tendo um total de dez homens brancos e apenas três homens de cor parda, o que pode nos indicar uma posição social destes, tendo em vista que os depoentes pardos só falaram sobre o cabloco João de tal e o assassinato que esse cometeu contra a Mulata Ignácia.

João de Tal, fora condenado, entretanto, não foi possível encontrar mais informações se a pena foi cumprida, pois ele termina o processo foragido. Dessa forma, é interessante observar que

É muito difícil saber se a criminalidade é mais difundida na população escrava ou na livre: os raros estudos que possuímos são pouco convincentes;

mas parece que a taxa de criminalidade é menos elevada entre os escravos do que no resto da população, certamente devido á estreita vigilância e ao enquadramento severo que caracterizam o sistema escravista. (MATTOSO, 1990, p.157)

A Mulata Ignácia, mesmo estando morta durante o processo que apurava o assassinato feito a sua senhora, foi duramente condenada e o homem que retirou a sua vida, até onde conhecemos não teve sua pena cumprida, mesmo que o código penal brasileiro da época trouxesse penas para aqueles que em seus castigos passasse do ponto com os escravizados.

Tivemos o interesse em buscar em meio aos registros de batismos e óbitos e também nos inventários mais informações sobre o casal de senhores da fazenda Cachoeira e da sua escravizada Ignácia, mas, infelizmente não obtivemos sucesso.

CONCLUSÕES FINAIS

Inicialmente, nesse artigo foi possível observar uma contextualização econômica da Paraíba, voltando nosso olhar para a realidade da região do Cariri paraibano, no qual centralizamos nossa pesquisa. Compreendendo e analisando as divergências e as congruências entre a realidade social que a Paraíba apresentava e, principalmente, a da Vila Real de São João do Cariri e visualizar como eram entranhadas.

A Província não possuía um grande contingente de escravizados, embora a historiografia por muito tempo negasse a presença deles no Cariri paraibano. Adentrando o processo criminal tivemos aqui um exemplo de mulher escravizada que lutou para resistir ao sistema escravista ao qual inserida no Cariri paraibano. Mostrando como diante das adversidades impostas a ela, seja como a Mulata Ignácia, se voltando contra a sua senhora, tirando-lhe a vida, lutando contra aquela que lhe explorava.

Dessa forma, acompanhamos o pensamento de Lélia Gonzalez

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta

de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto da perseguição, repressão e violência policiais (para o *cidadão* negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. (GONZALEZ, 1980, p.50)

Ainda é muito difícil ser mulher e negra no Brasil, muitas portas já foram abertas, entretanto, temos que pensar que não são todas as mulheres negras que possuíam essas possibilidades, o contexto de desigualdade e discriminação ainda é potente em todo o território brasileiro e, por isso, é importante que pesquisas consigam mostrar que a “democracia racial” que foi muito difundida não corresponde à realidade social do Brasil. E que, durante os anos de escravização dessas mulheres e homens havia resistências e embates entre senhores e escravizados.

Este é apenas uma parte de uma pesquisa que trás aprofundamento em outras questões políticas, econômicas e religiosas na região do Cariri paraibano o relacionando com a realidade mundial e brasileira, como também adentrando em uma análise de mais casos criminais que envolveram mulheres na região do cariri, trazendo assim um trabalho mais detalhado no que tange as resistências desenvolvidas por essas mulheres negras escravizadas que por muito tempo ficaram escondidas nos arquivos empoeirados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Solange Mouzinho. *Parentescos e sociabilidades: experiências familiares dos escravizados no sertão paraibano* (São João do Cariri), 1752-1816. Dissertação (Mestrado). UFPB/CCHLA. João

Pessoa, 2015.

ALVES, Solange Mouzinho. *Experiências familiares de escravizados no sertão de São João do Cariri (1752-1816)*. Experiências históricas da gente negra na diáspora africana: Paraíba colonial e imperial/ Solange P. Rocha, Matheus Silveira Guimarães (Organizadores); prefaciado por Petrônio Domingues. - João Pessoa: Editora UFPB, 2018. 372 p.: il.

CAVALCANTE, Eduardo de Queiroz. *TECENDO REDES, CONSTRUINDO LAÇOS DE SOLIDARIEDADE: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri paraibano (São João do Cariri/ 1850-1872)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4ª ed. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1998.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. S. Paulo: Boitempo, 2016 [1981].

DINIZ, Leandro Neves. *Vida Econômica Na Paraíba Imperial (1850-1880): As Famílias Livres E Pobres E A Produção Agropecuária*. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, vol. 38, Jan-Jun, 2020.

DOURADO, Larissa Bagano. *Mulheres cativas na província da Paraíba do Norte: Tráfico interno e conquista da liberdade (1850-1888)*. João Pessoa, 2017. 145f. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal da Paraíba.

GALLIZA, Diana Soares de. *O declínio da escravidão na Paraíba*

1850-1888. Editora Universitária/UFPB, 1979.

GONZÁLEZ, Lélia. “*Por um feminismo afro-latino americano*”, Ensaaios, intervenções e diálogos. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

GONZÁLEZ, Lélia. “*A mulher negra na sociedade brasileira*”, O lugar da mulher- Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual, Rio de Janeiro, Graal, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. volume 5: O risorgimento: Notas sobre a história da Itália. Tradução: Luiz Sérgio Henriques. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

JOFFILY, Irineu. *Notas sobre a Parahyba*. Fac-símile da primeira edição, 1892. Brasília: Thesaurus.

LEAL, José. *Vale de Travessia*. Campina Grande: Gráfica Santa Fé Ltda, 1993.

LIMA, Luciano Mendonça de. *Cativos da “Rainha da Borborema”*: uma história social da escravidão em Campina Grande – Século XIX. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. *Liberdade interdita, liberdade reavida*: escravos e libertos na Paraíba escravista (Século XIX). Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MATTOS, Hebe. *História e movimentos sociais*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013, p. 95-111.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Ser escravo no Brasil*. 3ª ed. Trad. James Amado. Editora Brasiliense, São Paulo, 1990.

PEQUENO FILHO, José de Sousa. *Experiências vividas: escravidão e formação histórica de São João do Cariri, 1783-1843*. Dissertação (Mestrado em História). UFCG, Centro de Humanidades, 2014.

PEQUENO FILHO, José de Sousa; OLIVEIRA, Ariosvalber de Souza. *Mulheres escravas no sertão do cariri paraibano (1783-1845)*. Experiências históricas da gente negra na diáspora africana: Paraíba colonial e imperial/ Solange P. Rocha, Matheus Silveira Guimarães (Organizadores); prefaciado por Petrônio Domingues. - João Pessoa: Editora UFPB, 2018. 372 p.: il.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês de 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 [1986].

ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *O Município de Campina Grande 1840-1905: estrutura de distribuição de terras, economia e sociedade*. 2013.

TRABALHO DOMÉSTICO, VIOLÊNCIA E PATERNALISMO: UM ESTUDO DE CASO EM PICUÍ –PB (SÉCULOS XX-XXI).

Maria Artenisia da Costa Lima³¹

INTRODUÇÃO

Varrer a poeira da casa, preparar os alimentos e lavar a louça que fica após as refeições, entre outras tarefas domésticas básicas e essenciais a vida humana, ocuparam o campo da subalternidade em uma sociedade que visa pelo lucro e o imediatismo. São essas experiências de trabalho marcadas pela obscuridade social que abordaremos nesse artigo.

A nossa pesquisa consiste em um estudo de caso, por meio da análise das memórias da trabalhadora que a retrataremos pelo pseudônimo de Luzia,³² que residia na pousada para idosos, Luzia Dantas, no ano de 2023 quando a sua entrevista foi concedida para a contribuição da nossa pesquisa sobre o trabalho doméstico na cidade de Picuí, que está localizada no interior da Paraíba.

No período em que obtivemos acesso as memórias de Luzia, a trabalhadora estava com setenta e um anos, logo os acontecimentos narrados aconteceram entre os séculos XX e XXI. A cidade que

31 Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: artenisialc@gmail.com

32 A escolha do pseudônimo Luzia consiste no significado do nome, aquela que irradia luz, pois ao narrar as suas memórias a trabalhadora irradia fechos luz sobre o silêncio e escuro imposto sobre as condições degradantes que foi submetida e das trabalhadoras domésticas em geral no Brasil.

é cenário das narrativas da trabalhadora, era marcada até então pelo conservadorismo de uma cidade do interior nordestino e pelos privilégios econômicos e culturais atribuídos às famílias mais abastadas.

Após inúmeras suspeitas, evidências coletadas de maus-tratos e a consequente denúncia dos vizinhos, Luzia foi retirada da casa onde trabalhou por quarenta anos, sem receber nenhum salário pelo serviço prestado ao longo desse tempo.

Após ser retirada da casa em que fora submetida a trabalho análogo a escravidão, Luzia foi enviada para uma casa de idosos na cidade de Campina Grande-PB, local onde não se adaptou bem e ansiava por voltar a morar em Picuí, sendo posteriormente transferida para a referida casa dos idosos localizada na cidade de Picuí.

O testemunho da trabalhadora é importante por ressaltar a ligação dessa modalidade de trabalho com o trabalho escravo executado pelas mulheres negras no Brasil colônia, que continuou a reverberar com mudanças e permanências no Brasil moderno.

O ENTRELAÇAR DA CIDADE E MEMÓRIAS DO TRABALHO DOMÉSTICO ANÁLOGO A ESCRAVIDÃO

A memória e a cidade estão intrinsecamente conectadas, pois a cidade é um espaço físico que guarda as marcas do tempo e das experiências humanas. A memória urbana é formada pelas lembranças coletivas e individuais dos habitantes, que se entrelaçam com os lugares e eventos que ocorreram no espaço urbano.

O espaço público como as ruas e praças, mas também o interior das residências carregam significados que vão além da sua função prática. Eles são testemunhos de acontecimentos passados e representam a identidade cultural de uma comunidade.

O interior de uma casa é o lugar de práticas cotidianas culturais, carregando em si as memórias dos fatos vivenciados corriqueiros, mas também imbuídos de grande significado para a vida humana, podendo também carregar as marcas de lutas sociais como a de uma trabalhadora doméstica, impedida de frequentar os espaços públicos da cidade.

A cidade é material, construção de pedras realizadas pelos

humanos, existe no interior dela um tecido social que pulsa vida, comporta diferentes personagens e formas de vivências variadas, conforme afirma a autora a seguir a respeito de uma das caracterizações da cidade para o campo de estudo da história: “são reconhecíveis para nós como cidades porque guardam as marcas, as pegadas, a alma – talvez possamos dizer – daqueles que um dia as habitaram.” (PENSAVENTO, 2007, p. 14).

A cidade é um palco onde as memórias são vividas e registradas, enquanto a memória, daqueles que a habitam, dão sentido e identidade aos espaços urbanos, onde a construção das memórias daquilo que foi vivido na cidade, seja no ambiente público, como as ruas, ou no ambiente privado, como no interior de uma residência, compõem o tecido da memória de um lugar. O poema *Minha cidade* da escritora Cora Coralina: “Eu sou a dureza desses morros, revestidos, enflorados, lascados a machado, lanhados, lacerados. Queimados pelo fogo. Pastados. Calcinados e renascidos. Minha vida, meus sentidos, minha estética, todas as vibrações de minhas sensibilidades de mulher”. (CORALINA, 2012, p. 21).³³

Diante disso, a memória das trabalhadoras domésticas é um campo rico e multifacetado, que abrange histórias de resiliência, desafios e conquistas em um contexto marcado por desigualdades sociais e econômicas. Essas memórias, tanto individuais quanto coletivas, são fundamentais para entender a trajetória e a contribuição dessas trabalhadoras para a sociedade.

As memórias das trabalhadoras revelam a dualidade de suas vidas, onde o ambiente de trabalho é também, muitas vezes, um espaço de sobrevivência emocional e econômica.

As narrativas pessoais das trabalhadoras domésticas destacam a importância de suas contribuições para o funcionamento das casas, para a vida cotidiana das famílias e para a sociedade em geral. No entanto, é possível observar em suas narrativas, como no caso da trabalhadora Luzia a invisibilidade social em que são submetidas,

33 Cora Coralina foi uma poetisa brasileira, no seu poema *Minha Cidade* retrata as memórias vivenciadas em Goiás, para a autora as vivências que se transformaram em memórias influenciaram a pessoa que se tornou, no referido poema relaciona os aspectos físicos da cidade com o seu eu.

refletindo as desigualdades estruturais presentes na sociedade, que acarretam em exploração e negação de direitos.

Essas memórias revelam as mudanças e permanências sociais ao longo dos anos, das condições de trabalho, das políticas de direitos trabalhistas e das dinâmicas familiares. Portanto, a memória das trabalhadoras domésticas é um testemunho poderoso de resistência.

Percorremos pelas linhas das memórias traumáticas e que vivem no silêncio, estas que são difíceis de serem narradas e que também não possuem um campo amplo de reconhecimento e legitimação, são elas respectivamente as memórias traumáticas e subterrâneas.

As memórias analisadas da trabalhadora Luzia são descontínuas, marcada por pausas e silêncios reformuladores e norteadores dos fatos e dos seus sentimentos, devido as suas experiências de vida e de trabalho traumáticas.

As memórias traumáticas, como designa PORTELLI (2006) em seu estudo sobre as memórias traumáticas do massacre de Civitella Val di Chiana na Itália, na maioria das situações se apresentam não apenas separadas por memória institucional da resistência e memória coletiva da comunidade, apontando a distinção entre memória coletiva e memória de indivíduos, mas a memória também é dividida e fragmentada no interior delas mesmas.

Em muitas situações, os portadores de memórias traumáticas preferem esquecer ou silenciar, diante da dor que elas causam ou pelo medo de prováveis consequências que venham sofrer caso ousem falar, ou mesmo por ausência de ouvintes. O fenômeno do silêncio sobre si, presente na memória traumática, se trata de uma gestão da memória com a finalidade de promover uma condição que possa ser necessária para manter uma comunicação com o meio ambiente.

DO LADO DE DENTRO DE UMA RESIDÊNCIA ABASTADA NA CIDADE DE PICUÍ: AS NARRATIVAS DA TRABALHADORA DOMÉSTICA LUZIA

O trabalho doméstico desenvolvido para outras famílias foi instaurado no Brasil ainda na modalidade de trabalho escravo no

período colonial. De forma, que o trabalho doméstico para as mulheres negras e pobres têm se configurado como uma herança cultural de suas ancestrais escravas, o que é perceptível no que aparenta ser uma relegação a um destino e a uma vida economicamente marginal, diante da dificuldade que as mulheres negras têm em acessar o mercado de trabalho formal desde o fim da abolição da escravatura do País até os tempos mais recentes da nossa história.

Segundo TEIXEIRA (2021) em seu estudo sobre o trabalho doméstico no Brasil, a autora aborda o contexto simbólico do trabalho doméstico como algo que foi caracterizado pela figura da mulher negra “construída historicamente de modo negativo pela branquitude, o imaginário social brasileiro sobre a figura da trabalhadora doméstica é sobretudo uma mulher negra.” (TEIXEIRA, 2021, p. 61).

Para AKOTIRENE (2019) em seu estudo sobre interseccionalidade no cenário brasileiro, a condição racial para as mulheres negras as expropriam e as relegam ao trabalho subalterno, como o trabalho doméstico que não gera lucro aos patrões, se tratando de uma modalidade de trabalho desvalorizado socialmente, em uma sociedade que preza pelo lucro.

Em relação a Luzia, quando buscamos retomar a temática da pesquisa, ela afirma em uma das passagens de sua msrrstiva: “Do trabalho? É porque, pobezinha deu, não sei nem do A, eu ainda sei conversar. Eu tinha desgosto na minha vida, nunca fiz o A, nunca fui em escola, nunca me botaro em escola. Mai ainda sei conversar, sei respeitar todo mundo.” (LUZIA, 2023). E quando questionamos sobre a idade em que trabalhou como doméstica, se seria menos de vinte anos a sua resposta foi: “É parece que era. Eu sofri muito na minha vida, que me esqueci das coisa que eu passava lá.” (LUZIA, 2023).

Luzia passou a trabalhar na casa onde foi explorada por quarenta anos após a sua família falecer, desamparada foi morar na casa da patroa, que por sua vez afirmava estar a “criando”, embora a trabalhadora não enxergasse dessa forma, pois já era “grande”.

As pessoas das camadas populares, principalmente as mulheres, tendiam até pouco a serem consideradas adultas, inda muito

jovens, conforme Girassol pontua que já se considerava adulta, pois já trabalhava. Em outras passagens da entrevista, percebemos que o verbo “criar” nessa relação é usado de forma paternalista pelos patrões diante do trabalho infantil e também pela presunção de uma suposta incapacidade intelectual da trabalhadora, já que o tratamento infantilizado e que a desvalidava como um ser humano capaz de tomar decisões e de interpretar os fatos atribuído à trabalhadora permaneceu mesmo após a atingir a vida adulta de fato.

Eu trabalhava no sitio. Trabalhava no sitio, plantava, limpava. Aí depois minha mãe morreu, meus pais, minhas irmãs aí morei com uma mulher quarenta anos. Lá eu barria casa, lavava loiça, lavava área, lavava casa e passava óleo em movei. Tinha duas empregada lá, tinha engomadeira, tinha lavadeira, mas por causa que eu tava lá tinha que ajudar. Aí a mulher disse que tava me criando, se eu já tava velha também, já tava grande, ela podia me dizer que tava me criando se eu fosse uma criança mai eu já trabalhava. Sim, eu acordava de cinco horas. Aí um dia fui lavar loiça e não vinha nem amanhecendo o dia ainda, passei o dia todinho lavando loiça até o dia amanhecer. Não via nem o dia amanhecer, trabaiano que nem uma doida. Trabaiano, ela ia fazer a feira e eu travada medonha trabaiano, passava óleo em móvi, passava em cerâmica, lavava a roupa, pano de prato, era uma bacia cheinha e dormia pra o outro dia. Isso aí tudo eu fazia. E eu sozinha a meia noite, lavano loiça, terminei a loiça o dia já vinha amanheceno, eu sozinha e Deus, cai num cai. (LUZIA, 2023).

Nesta narrativa, da trabalhadora Luzia, podemos observar o contexto social e cultural no qual a trabalhadora estava inserida,

em que ainda na infância trabalhava na roça com os pais e após o falecimento passa a trabalhar como doméstica, residindo na casa dos patrões, consistindo em uma espécie de adoção.³⁴

Em seu relato é possível observar o grau de exploração na qual a trabalhadora era submetida, passando noites em claro executando as tarefas domésticas. A adoção informal de crianças pobres pelas famílias ricas, consistia na maioria dos casos em uma forma de angariar trabalhadores baratos ou mesmo gratuitos.

Segundo o relato da trabalhadora, havia outras trabalhadoras domésticas na casa, ela era a única que não recebia salário, uma vez que residia com os patrões e estava inserida em uma espécie de relação de trabalho paternalista e irregular.

Eu dormia de meia noite. Passava pano na cozinha, lavava o cimento que era tudo assim, cerâmica lá. Eu sei que eu sofri demais trabalhano, e ainda não prestava, o povo que trabaiava prestava, as empregada dela. E eu morava lá tinha que fazer, que eu não ia esperar só comer sem fazer nada e, tá só olhano. Aí pronto, fui lavar o banheiro, você sabe aquele negócio que tem que é que nem gás, amarelo, líquido, que bota assim no bojo do banheiro, mar menina, quando eu fui lavar, Deus me livre, cortou os dedo tudim, aqui, aqui, aqui (mostra os dedos e parte do corpo) fiquei sartano no coisa e aquela fumaça que nem água sanitária. Mai rapai, fiquei até sem fala. Aí eu fazia assim, tudo era cortado assim (mostra o braço) os dedos do pé era na carne viva. Aí quando eu botava água pra lavar os

34 Esta é uma prática bastante recorrente no Brasil moderno, em que famílias abastadas “adotam” de forma informal crianças de famílias pobres, em muitos casos oferecendo arcar financeiramente com a educação escolar dessas crianças, além de as oferecer moradia e comida dignas, mas acabam por impedir que elas estudem e as submetem a trabalho infantil não remunerado. Se trata de um costume, que demonstra o quanto a cultura do trabalho escravo continuou a reverberar no Brasil, mesmo após o seu fim legal.

troço não podia. Sofri demais. Era, aquilo pra acabar a vida de um, acaba. Eu fiquei doidinha, quanto mais eu pulava, fazendo assim (gesticula), avemaria, era eu e a outra, a outra pulava num pé só e eu tombém.. Aqui era tudo cortado na carne viva (gesticula) eu não podia nem botar água fria e nem botar o pé no chão tombém, na carne viva. Mai rapai, eu sofri. Eu digo se Deus quiser, Deus vai me tirar desse lugar. (LUZIA, 2023).

Luzia descreve a sua rotina, e o sentimento de desvalorização pela patroa, retratando um acidente que sofreu com outra trabalhadora da casa, que por sua vez era remunerada por seus serviços, com ácido muriático, demonstrando em sua fala a insatisfação em estar submetida aquela situação.

Acidentes envolvendo ácidos, produtos de limpeza e quedas no geral são bastante frequentes no ambiente doméstico, mas que como no exemplo narrado por Luzia não recebem atenção devida dos patrões, são tratados com desprezo. Após o ocorrido as trabalhadoras continuaram a realizar as tarefas domésticas cotidianas mesmo com os ferimentos.

Não recebia dinheiro não, ela me dava só roupa, essas coisas de roupa né, lençol, essas coisas. Eu vim receber dinheiro agora. Lá não saía nada não, apenas saía o cumê mais nada. Passei uma fome. Ela dizia: “não precisa de dinheiro não, a gente mesmo dá.” Dava umas ropinha sem futuro. Aí pronto, eu passei muito aperreada. Dizia muita coisa. Sabe o que um dia aconteceu, era sabo, aí eu sai assim, fiquei chorano. Aí pronto eu fui pra rua né, aí ela ficava dizeno coisa, eu chorava tanto nesse mundo, eu pulava e tudo. Chorano e me mardizeno e a pobe deu lá numa escada, fiquei alimpano o portão de ferro e os grito

maior do mundo e chorano, passei três dias chorano, me mardizeno. Aí uma pessoa disse: “Mais aquela muié, sofre demais, só vive chorano.” Desse jeito. Eu chorei a noite todinha e o dia. Fazeno as coisa e não merecia nada. Penei demais. (LUZIA, 2023)

Nesta passagem, Luzia afirma que o pagamento que recebia consistia apenas em roupa e lençol, que a sua patroa afirmava que ela não precisava de dinheiro, Pois ela já fornecia os itens que a trabalhadora precisava, como a comida. Mas nessa passagem a trabalhadora também afirma que não comia bem, pois também passava fome.

A trabalhadora não relata exatamente o que a patroa falava para ela, mas que gritava e que não gostava que a trabalhadora saísse de casa, que conversasse com os vizinhos, como no evento que descreve. Ela ainda afirma que trabalhava, mas “não merecia nada” essa expressão remete que a trabalhadora esperava uma retribuição por seu trabalho que não se limitava a uma questão material.

O ambiente cultural marcado por ideias preconceituosas e estereotipadas das mulheres negras, explica o lugar de marginalidade que estas ocuparam na sociedade moderna, onde a transmissão de esquemas cognitivos foram reverberados nas novas gerações que surgiam, conforme afirma o autor abaixo a respeito da apropriação dos esquemas cognitivos que não permitiu romper por completo com o tratamento de desigualdade designado aos negros.

[...] a apropriação de esquemas cognitivos e avaliativos transmitidos e incorporados de modo pré-reflexivo e automático no ambiente familiar desde a mais tenra idade, permitindo a constituição de redes sociais, também pré-reflexivas e automáticas, que cimentam solidariedade e identificação por um lado, e antipatia e preconceito, por outro -, o lugar fundamental na explicação para a marginalidade do negro. Esse ponto é central, posto que, se é

a reprodução de um *habitus* precário e causa última da inadaptação e marginalização desses grupos, não é meramente a cor da pele, como certas tendências empiricistas acerca da desigualdade brasileira tendem, hoje, a interpretar. Se há preconceito que se refere a certo tipo de personalidade, julgada como improdutivo e disruptivo para sociedade como um todo. (SOUZA, 2018, p. 56).

Logo, é possível que a patroa de Luzia alimentava o sentimento de que já fazia muito pela trabalhadora, ao oferecer migalhas àqueles que estão abaixo deles na pirâmide social, enquanto saqueava uma vida por completo, incluindo a oportunidade de formar laços afetivos e até mesmo de enxergar o mundo.

A trabalhadora afirma que o episódio narrado a seguir chamou a atenção de uma das pessoas que estava na rua onde morava, no fim da passagem afirma “penei demais”, pois desde a morte dos seus pais foi levada a uma situação de sofrimento, não recebendo o acolhimento necessário, estando presa ao ambiente doméstico dos patrões:

Não, saia não. Não, pronto, saia. Eu me lembrei agora. Eu fazia tudo na casa, aí quando era de onze hora pra deis eu descia lá pra casa da fia dela. Aí chegava lá, tinha pano pra passar na casa, tinha loiça pra eu lavar, tinha tudo pra eu fazer e pano pra eu passar na casa. Eu trabalhano e de rim não passava, foi sofrimento viu. Era em duas casa e, de rim não passava. Foi sofrimento viu. E quando eu subia que chegava, ia lavar loiça, barrer casa e ainda não prestava, não fazia nada. Sofri demais. Agora tô aqui no céu.

Eu não saia de casa não, eu só vivia em casa, não saia nem pra conversar, ela não queria, era um ciúme maior do mundo. Os vizim assim perto da casa dela, quando eu ia conversar, ela dizia:” Venha pra

casa” do lado de fora ela dizia, da calçada: “Não dê atenção não a esse povo” sofri demais, quando eu imagino o sofrimento que eu sofri e hoje em dia tá aqui nessa pousada. (risos). (LUZIA, 2023).

Luzia afirma que saía da casa apenas para realizar o trabalho doméstico na casa da filha da patroa, trabalhando em duas casas e que não recebia nada em troca, seja o salário ou sequer o reconhecimento pelas tarefas que executava, ela nos descreve uma rotina extremamente cansativa, e que a sua patroa nunca estava satisfeita.

Podemos observar nessas memórias o quanto é caro a suposta solidariedade da elite com os mais pobres, não importa quanto suor e lágrimas sejam derramados parecem sempre insatisfeitos.

Tenho uma dor na perna, que eu acho que era de carregar muito peso, porque lá eu carregava coisa. Tinha uma casa lá, que eles inventaro. Aí botava cadeira pra eu carregar, botava cachão de ferro, tudo botava pra eu carregar sem eu puder viu. Já era outra casa que eles tinha alugado pra botar troço. Aí eu e a outra empregada lá pra trabalhar, e nós carregano os troço pra lá e os carro passano na frente pega e não pega. Era caixa de madeira, agora era chei, era ferro, era enxada, era tudo. A caixa caiu da cabeça que eu não tinha força e nesse tempo eu era nova. Sofri muito, chorava demais. Carregano tijolo, a obrigação de carregar tijolo era dos predeiro, ninguém era predeiro. Aí eu pegava uma carroça de tijolo na frente da casa, a outra que trabaia lá pegava outra, sofremo. Eu fiquei mais doente de pegar peso. (LUZIA, 2023).

Luzia como as demais funcionárias da casa eram responsabilizadas por executar tarefas diversas como a que descreve acima,

carregar caixas pesadas e materiais de construção para outra casa dos patrões, relatando a dificuldade em atravessar a rua e que esse trabalho lhe acarretou dores físicas. A seguir ela relata o período em que passou na casa do filho da patroa na cidade de João Pessoa-PB:

Em João Pessoa eu trabalhava também. Eu passei seis mês lá, lá eu tava que nem uma empregada, lavava roupa, a muié chegava tinha roupa lavada, dois arame de roupa lavada. A sogra dela tava lá, aí ela chegou braba que só: “mulher eu só acredito de coisa da minha sogra, mais de doido” e eu digo: “Quer saber de uma coisa, eu não quero mai conversa não, eu não era nem pra ter vino nem aqui. Botar o pé aqui não, que eu tenho Picuí, lá é minha terra e é terra de gente boa. Lá eu olho e vejo tudo que é bom, aqui eu não tô veno nada.”.

Lá eu trabaiei muito e não fazia nada. Aí tinha dois cachorro, brabo que só, aí saíro e deixaro o portão aberto sem cadeado, mairapai eu sofri de-mai. Aí tinha um primeiro andar assim do povo e, o povo tudo olhano e achano graça. E pobe deu me valando de Deus e Nossa Senhora. Eu não era pra ter vino pra uma coisa dessa dessa não, eu vim mandada. E eu com vontade de vêr o rapai, mai não era conhecido, nunca tinha visto e eu ia falar com uma pessoa sem nunca ter conhecido, nunca vêr. E aí o cachorro avoou em cima de mim e eu aí meu Deus eu vim morrer aqui. Agora eu não tenho mai fé de ir pra minha cidade Picuí não, mas Deus tomou a frente. (LUZIA, 2023).

No início desta passagem, Luzia faz referência a nora da patroa e a sua patroa, relatando que foi enviada para trabalhar na cidade de João Pessoa, que lhe era desconhecida e que lhe

causava estranhamento, onde se sentia ainda mais enclausurada por se tratar de uma cidade de grande porte e lhe era totalmente desconhecida.

Na passagem faz referência a um evento em que uma das patroas a chama de “doida”, pois era dessa forma que era chamada pelos membros daquela família, levando a não credibilidade da trabalhadora enquanto pessoa capaz, silenciando-a e a inviabilizando, “mulher eu só acredito de coisa da minha sogra, mais de doido”.

Socialmente alguns grupos possuem maior poder em seu discurso, em detrimento de outros, nesse caso, a pessoa em estado de vulnerabilidade é desacreditada, como alguém que supostamente possui problemas psíquicos e, que cujas falas não fazem sentido, sendo provenientes de supostos delírios.

Em seguida relata um episódio com um cachorro de estimação da família que a atacou, no momento em que estava sozinha na casa, embora os vizinhos tenham presenciado a cena não forneceram ajuda a trabalhadora, pelo contrário, divertiram-se com o ataque do animal. Pois, em nossa sociedade algumas vidas são mais relevantes do que outras.

Aí quando ela chegou, que ela ia toda semana lá pra João Pessoa. Aí quando foi um dia o fi dela (nora da patroa) era pequeno, que agora tá um rapai, disse que é dentista e tudo, diz eles. Aí quando ela chegou: “Eu só acredito em coisa da minha sogra, mai de doido eu não acredito não”. Aí o fi saltou e disse: “Infelizmente, mainha só cria doido, mas eu não queria gente doido não”. Aí eu voltei a palavra pra traí, eu digo “Eu sou doida, mas fiz tudo limpo aqui dento dessa casa, porque se eu fosse doida não tinha feito”. Aí veio na minha cabeça agoniada né, disse: “Eu fiz a limpeza, aí esse sebosó desmantelou”, quando eu disse isso, aí eu não sabia que ele vinha, ele me jogou em cima do fogão com toda força, o fogão é porque não tava aceso (risos), mai se tivesse acesso a nega tinha morrido

viu. O empurrão foi tão grande, que eu não sei... eu sofri demais em João Pessoa. Aí cá lá, aí fui cá na água sanitária, no sabão, homi, tinha uma faxineira lá com ela pra fazer. Eu digo: é isso mesmo, eu vim praqui só sofrer nesse inferno. Eu não era pra ter vindo praqui não, eu vim mandada, aí comecei a chorar, passei a noite todinha chorando, mas eu vou dizer uma coisa, eu tive uma agonia, que eu vou dizer uma coisa que eu só não morri porque Deus não quis.

Aí chegou o fim dela (da patroa) eu vi que ele vinha beber, que ele bebe até onze horas. Aí quando ele chegou, abriu o portão bem aberto, bem devagazim. Aí ela disse, a mulher dele: “E você não tem medo de Alberto não?” Aí eu disse: “E o que foi que eu fiz aqui que eu tô com medo dele? tô com medo não.”. Aí quando eu disse isso, eu não sabia que ele vinha né, ele fez assim (bate palma) no que ele fez assim (bate palma) eu me joguei no fogão, com todo corpo, mas fiquei doente, mas passei doente. Aí comecei a chorar. Aí eu digo “Aí minha nossa senhora, que falta eu tô me valendo do meu povo de Picuí, se eu tivesse com o povo de Picuí eu tava lá em cima, mas eu com uma coisa dessa”. Comecei a chorar e, o fim (neto da patroa) dando risada, ele era pequeno, agora tá um rapai. Aí a sogra dela foi dizer a nora que eu tinha dito que ela mas o Diego e a Sara ia jogar eu em cima da rede de mesa. E eu disse é mentira, é mentira e vai agora provar porque eu não sou doída. Eu digo: “ela foi quem disse que ia me jogar, aí dessa rede, desse fim de energia, ela foi quem disse que ia me jogar daí”. “É porque eu acredito muito nas

coisa da minha sogra, porque minha sogra é muito boa e, você não vale nada”. Eu digo: “eu não valo agora, mai eu trabalho sei trabalhar”. Eu chorei tanto que eu soluçava, você acredita? do sofrimento que eu passei lá me valendo de Deus aí eu digo: “Jesus, me tire desse sofrimento”. Aí caí de uma janela toda quebrada lá, caí assim embocada, eu não sei como eu não quebrei o pescoço (risos) e a perna, mai sofri demais. Mais eu gritava, chega soluçava, eu não sei nem como...ave maria quando eu me lembro. (LUZIA, 2023).

Em alguns momentos Luzia não deixa bem claro os personagens envolvidos no episódio relatado. Podemos perceber no relato que ela era submetida também à violência física, ameaça de morte e era sempre desacreditada pelo pronome “doida”, como temos tratado. Em seu relato percebemos que o tratamento que recebeu em João Pessoa foi ainda mais degradante do que o recebido em Picuí, onde não podia contar com a solidariedade dos vizinhos, acarretando um tratamento ainda mais hostil por parte dos patrões e no sentimento de maior solidão.

A trabalhadora expressa a angústia que sentia no período em que foi levada para trabalhar na casa do filho da patroa. Nesse caso, é importante ressaltar o uso da expressão “criar doido” em que podemos perceber o estado de vulnerabilidade e paternalismo que a trabalhadora estava inserida, envolta em violência emocional e física.

Ela relembra também um acidente que sofreu em uma janela de vidro, acidentes de trabalho como esses são recorrentes no cotidiano das trabalhadoras domésticas, mas que também não recebem a atenção devida, seja pelos patrões ou pelas autoridades legais.

No caso de Girassol a sua voz é silenciada, pois tudo o que ela anuncia com o seu corpo de forma verbal é classificado como loucura, aquilo que não vale a pena atribuir importância.

BAUMAN (2005) em seu livro *Vidas Desperdiçadas* aborda o fato de que na sociedade ocidental um grupo de seres humanos podem

ser varrido para as margens da sociedade, onde não podem ser vistos ou ouvidos, para cumprir tarefas que contribuam com a ordem do funcionamento da sociedade, mas que são pouco gloriosas.

Quando eu sai da casa da mulher, que eu trabalhava, aí fui no carro dele (filho da patroa), que ela disse que não podia me levar mandava por o fi. Aí ele saltou e disse: “Mainha eu levo essa doida por causa da senhora, agora ela vai calada sem dar nenhuma conversa até João Pessoa.”. E eu calada. Mais eu chorei, eu tava igual a uma criança lá chorano direto, pelo sofrimento que sofri.

Aí pronto, fui pra João Pessoa. Aí quando o fi um dia chegou lá de onze horas, que ela passava mei lá, aí quando ela chegou: “É, tá bom dessa doida ir embora mai mainha” começou dizer a ela que leve essa doida pra Picuí, que essa doida é louca por Picuí e ela só se dá pra tá em Picuí”. Desse jeito, e a pobe deu chorano, eu digo: “é isso mermo não tem mãe, não tem irmã, não tem nada, tem que andar pelo mundo correndo, correndo o mundo”. Disse desse jeito, era chorano e gritano. Foi sofri demai, sofri muito viu, chorava demai. (LUZIA, 2023).

A ida de LUZIA para João Pessoa ocorreu quando os vizinhos de Picuí passaram a suspeitar das péssimas condições em que a trabalhadora era submetida. Segundo o seu relato, o seu sofrimento e desamparo é causado também devido à ausência de uma rede de solidariedade familiar, o que a levou a uma vida de errante a vagar com o seu sofrimento abafado de uma casa para outra em uma mesma família que a maltratava.

Aí pronto, eu tenho dois fi, só que eu dei, porque como eu não podia criar, dei a uma muié, um casal

de gente, de Natal, uma muié de Jaçanã levou, aí disse que um casal de véi lá criou outra, registrou, batizou. Eu não vi nem a saída, saiu à meia noite, levar o a meia noite, só fez nascer, foi embora. Aí eu não pude criar, já morava na casa dos outro. Ela disse que também não podia criar, que já tinha criado os fi dela tudim. Deus sabe o que é que fai. Mair to muito satisfeita. Jesus, toda noite eu oro pra Deus, me ajoei peço força a Deus. É por isso que ainda sou gente. (LUZIA, 2023).

Observamos que a trabalhadora não tinha acesso as ruas da cidade e a outras pessoas que não fossem a família que a submeteu a trabalho análogo a escravidão, segundo rumores da vizinhança, Luzia era também submetida a abusos sexuais pelo patrão e por seus filhos.

Ela afirma não saber quem são os pais dos seus filhos, apenas os viu nascer e foram levados para outras famílias que puderam cuidar deles. Nesta passagem, observamos a dor explícita daquilo que não se pode dizer com palavras, mas que ainda sim é dito nas entrelinhas do silêncio e daquilo que se pode balbuciar.

PORTELLI (2006) afirma que as experiências traumáticas geralmente são indescritíveis, ainda mais se a encaramos do ponto das limitações da linguagem. Para o autor, é improvável que qualquer experiência possa ser expressa exatamente como ocorreu, tanto por aquele que experiência o fato, quanto por aquele que narra a experiência de outro. Apesar disso, o esforço em tentar dizer o indizível resulta em narrativas interpretáveis por meio de construções culturais de palavras e ideias.

A trabalhadora prossegue o seu relato a respeito dos itens básicos de uso humano, uma vez que não recebia salário.

Não, o negócio lá era roupa, e nem era nem roupa boa. Agora eu tem calça jeans boa, tem bermuda nova, tudo boa, blusa que eu ganhei aqui de presente. Pronto (risos), no

aniversário meu eu ganhei uma blusa dessa moça que travaia aqui, nova, tudo novo e, eu não tinha nada. Graças a Deus, eu tô muito satisfeita, aqui não me falta nada não. Eu agora posso dizer que tô no céu. Pra todo canto que olho tem minhas coisa boa. Eu soufri muito, não tinha uma chinela, tinha japonesa tudo saindo do pé, agora eu tem graças a Deus. Sou muito bem recebida. As menina aí que trabalha é pessoa muito boa, amanhã vai chegar as outra, muito boa, e carinhosa, muito limpa, pia aí que ela fei (mostra as unhas dos pés e das mãos esmaltadas de vermelho) pintou unha. (LUZIA, 2023).

Luzia foi para a casa dos idosos após as denúncias judiciais dos vizinhos contra os seus patrões, foi inicialmente enviada para uma casa para idosos em Campina Grande-PB, onde não se adaptou bem, sendo posteriormente transferida para Picuí.

Uma casa para idosos, geralmente é considerada em nossa sociedade, como um sinônimo de abandono, solidão e tristeza para os idosos que por algum motivo não podem estar nessa fase da vida próximo aos seus familiares.

Mas esse não é o caso de Luzia, que com a perda dos seus familiares ainda em sua juventude, precisou lidar com o desamparo e a inserção em um ambiente de trabalho cercado por violência, o acolhimento que recebeu no seu novo lar é como o paraíso para Luzia que vivenciou algo próximo ao inferno antes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de Luzia demonstra a dificuldade de existir na solidão em meio a sua dor e inconformação diante da situação de violência e análoga à escravidão que fora submetida.

Segundo SOUZA (2018), em sua análise sobre as estruturas política e cultural brasileira, existe um fenômeno presente principalmente em sociedades periféricas como as do Brasil, o que o autor

classifica como *habitus* precário, que seria a existência de redes objetivas e não visíveis que desqualificam indivíduos e grupos sociais que são precarizados e classificados como sub produtores e sub cidadãos.

No caso das trabalhadoras domésticas, principalmente quando vivenciaram uma situação análoga à escravidão, é possível observar nitidamente o estado de invisibilidade desses corpos no âmbito social, a dificuldade em formar redes de solidariedade, são corpos desprezados em seu físico e emocional.

[...] Como o exercício da ideologia do desempenho se dá de forma sub-reptícia, sutil e silenciosamente através de uma prática reproduzida irrefletidamente nos diversos *habitus*, com escolhas, distinções e distanciamentos como que pré-embutidos num princípio de realidade simbólico ancorado e reproduzido institucionalmente, a opacidade da dominação, também sob condições modernamente periféricas, é autodestrutiva para os grupos afetados com um *habitus* precário, na medidas em que a autorrepresentação e a autoestima, socialmente construídas, leva inexoravelmente àquilo que Taylor havia definido como a consequência de reconhecimento social: “ausência de reconhecimento não significa apenas falta do devido respeito a alguém. Ela inflige feridas profundas, atingindo suas vítimas com um autodesprezo mutilador.” Uma dessas forma de feridas profundas parece a aceitação da situação de precariedade como legítima e até merecida e justa, fechando o círculo do que gostaria de chamar de naturalização da desigualdade abissal como a da sociedade brasileira. (SOUZA, 2018, p. 178 e 179).

Embora a trabalhadora afirme que apesar da violência que sofreu ao longo da maior parte da sua vida, finalmente tenha encontrado o seu final feliz em uma pousada para idosos. As narrativas sobre as suas vivências demonstram o quanto a sociedade brasileira moderna não havia se libertado por completo do modelo estrutural do trabalho escravo em que foi fundada, que nega direitos básicos às trabalhadoras. De acordo com o autor acima, demorou-se para romper com os *habitus* sutis e silenciosos, que por sua vez fizeram proliferar práticas de trabalho escravo no País mesmo após o seu fim legal.

REFERÊNCIAS

AGRA, Fabiana de Fátima Medeiros. *Picuí do Seridó século XX*. Vol.2, João Pessoa: A União, 2015.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. – 3. Ed. ver. Atual. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Tradução de Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer, 13 Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Florestan. *A integração do Negro na sociedade de classes*. Dominus Editora. São Paulo, 2 vols. 655 págs., 1965.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Sensibilidades: escrita e leitura da alma*. In: Pesavento, Sandra Jatahy; Langue, Frédérique. (orgs.). *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*.

1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007 b. p. 7-21.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.) *Usos & Abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.103-130.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. – 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Keila Queiroz e. *Cuidados e Cuidadores: Os outsiders em territórios urbanos modernos e pós-modernos*. Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, Vol. 9, nº 3, p. (1-15), 2012.

SILVA, Keila Queiroz. *Os corpos enrugados e meus “outros” espelhos etários*. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SILVA, Priscila de Souza e. *O emprego doméstico no Brasil* – Um olhar para o “trabalho da mulher” na perspectiva histórica e contemporânea. Revista de Ciências Sociais, Nº 49, p. 188 – 204, 2018.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. *Subcidadania Brasileira: Para entender o país além do jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

TOMASI, Julia Massucheti. *Esquecer, silenciar ou compartilhar o trauma: Algumas experiências da memória traumática na cultura contemporânea*. Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo – Dossiê nº 9, 69 – 86, Setembro de 2012.

BURLANDO “LEIS” E RELACIONANDO DIREITOS: HOMICÍDIO E FURTOS NA CAMPINA GRANDE DE MEADOS DO SÉCULO XX

*Rayssa Eutália Gurjão Coutinho Borges*³⁵

INTRODUÇÃO

A vida entre seres humanos, mesmo antes da sociedade institucionalizada, sempre foi um desafio. A teoria evolucionista³⁶ a partir de suas pesquisas, demonstrou que a espécie mais forte é a que permanece, evoluindo e mudando características de acordo com a melhor forma de sobrevivência. Dessa forma, o homem moderno, espécie da qual fazemos parte é denominado de *Homo Sapiens Sapiens* e teve um longo caminho para chegar até a atualidade, dentre os diversos desafios, a convivência entre os próprios humanos é uma dificuldade que se arrasta até os dias vigentes. Sendo seres dotados

35 Mestra em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Especialista em Docência Pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG); Especialista em Estudos de História Local- Sociedade, educação e cultura pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Email: rayssagurjao@gmail.com

36 Evolucionismo é uma teoria desenvolvida por diversos cientistas, dentre os quais Charles Darwin, utilizada para explicar as modificações sofridas pela diversidade de espécies de seres vivos, ao longo do tempo, com relação ao seu ambiente de habitação. Levando em consideração a atuação da seleção natural e a genética atual. Ver: DAWKINS, Richard. *A grande história da evolução: na trilha de nossos ancestrais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

de inteligência e singulares entre si, encontram divergências em todos os aspectos de vida e principalmente de convivência social.

Convivência que se tornou constante, por causa principalmente do aumento populacional, este que fez surgir a necessidade de interação e o início dos primeiros grupos de pessoas, os quais foram aumentando aos poucos, modificando-se e apresentando níveis diferenciados de complexidade e com eles a instituição de “leis” ou “limites”, para que fosse possível estar uns com os outros. Dessa forma, cada grupo era responsável pela organização social entre si e ao longo do tempo muitas foram as escrituras que regiam a vida em sociedade.

Nas sociedades da Antiguidade, como a Mesopotâmia e o Egito, foram criados os primeiros códigos para regular a vida na sociedade, na Mesopotâmia foi criado o código de Hamurabi que era um conjunto de 281 leis escritas para unificar o reino e regular os costumes, já no Egito antigo havia um código civil baseado na Ma’at, um conceito que tinha a ver com igualdade, justiça e imparcialidade.

Com relação ao Ocidente, é possível citar a influência determinante de Roma ou melhor do direito romano, os quais acreditavam que para a organização da sociedade um conjunto de leis era essencial, foram eles inclusive que criaram o direito civil que controlam as relações entre as pessoas. Para além dos romanos, os grandes influenciadores do direito ocidental atual, há ainda a influência do direito Hebraico e o Canônico como influenciadores do direito ocidental, tendo em vista que os 10 mandamentos estão presentes no Hebraico e foram bem influentes, assim como o canônico.

O canônico é o da Igreja Católica que após a sua institucionalização presenciou um consenso entre os líderes religiosos com relação a conduta ou melhor o comportamento que as pessoas que viviam em sociedade deveriam ter, sendo esse um dos primeiros “códigos” do comportamento da sociedade ocidental que era majoritariamente católica naquele período. Casamentos, missas, batizados, comportamento das moças solteiras e das senhoras casadas, tudo começou a ter regras e formas de comportamento considerados adequados ou inadequados.

Tais influências originaram a escrita dos mais diversos documentos, como códigos, leis, que visavam manter a ordem, garantir a segurança e resguardar os direitos de todos.

Sendo os mais aproximados da realidade atual a Constituição dos Estados Unidos da América-1787³⁷, a qual foi inspiradora das Constituições brasileiras escritas. A declaração de direitos do homem e do cidadão - 1789³⁸, a qual foi de certa forma uma percussora da Declaração Universal dos direitos humanos – 1948³⁹ e também os mais diversos Códigos que reúnem conjuntos de leis do mesmo assunto, dentre os quais o Código Penal, Tributário e etc.

Assim, o presente artigo procura versar sobre casos que foram julgados na Campina Grande dos anos 1930 e 1940, os quais ocorreram antes de ser oficializada a declaração universal dos direitos humanos, demonstrando que mesmo antes dela e com a influência dos códigos que já citamos, existiam outras leis que visavam a punição para quem ferisse alguns dos direitos humanos que correspondem na declaração de 1948 ao Artº 3 “Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” e ao Artº 17 “Toda a pessoa, individual ou coletivamente, tem direito à propriedade”⁴⁰. Já que os casos relatam homicídio e furto.

Para tanto, serão utilizados processos crimes, os quais serão lidos e interpretados com vistas a demonstrar a anterioridade existente de punições a crimes que feriam os direitos humanos, buscando evidenciar que a declaração constitui um documento essencial para atualidade, embora que códigos anteriores já pensassem nessas questões. Dessa forma,

37 Considerada a primeira Constituição Democrática, inspirou posteriores, dentre as quais as brasileiras, visava formar a lei fundamental do sistema federal dos EUA e a definir os direitos básicos dos cidadãos.

38 Concebida em meados da Revolução Francesa, estabelecia que todos os cidadãos eram iguais perante a lei.

39 A primeira carta que proclamou os trinta direitos de que deve gozar cada ser humano.

40 Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em: 13 de setembro de 2025.

Para ler processos criminais, portanto, é preciso saber trabalhar com as versões, perceber a forma como elas são construídas. Analisar como os diversos agentes sociais apresentam diferentes versões para cada caso e ficar atento, principalmente, às narrativas que se repetem, às histórias nas quais as pessoas acreditam e àquelas nas quais não se acredita. É necessário trabalhar com a verossimilhança. Saber o que é e o que não é plausível em uma determinada sociedade nos leva a compreendê-la melhor. E, nesse caso, até a mentira mais deslavrada vira categoria de análise.⁴¹

Portanto, a partir das histórias de José, Benedito, Antonio e outros, apresentaremos o tratamento dos direitos na cidade de Campina Grande, mais precisamente há 120 km da capital João Pessoa, ou seja, no interior da Paraíba. Casos que ocorreram em meados do século XX. Levando em consideração antes de tudo como encontrava-se a cidade naquele período, ou seja, qual era o contexto em que esses personagens se encontravam inseridos e quais os códigos e leis que estes descumpriram.

1. CAMPINA GRANDE EM MEADOS DO SÉCULO XX...

Com localização no Brasil, mais precisamente no estado da Paraíba, Campina Grande era por esse período, uma cidade interiorana, mas possuía muito potencial, por causa de diversos fatores, dentre eles a exportação algodoeira que melhorou consideravelmente a economia, possibilitando o crescimento da então não tão grande cidade. Um outro fator importante nesse momento, foram os movimentos urbanistas, os quais levavam a modificações não só estruturais, mas também no mundo trabalhista e social da cidade.

O movimento estrutural contou com a força política, que procurava sempre “civilizar” a cidade, aproximando-a das capitais estrangeiras como Londres e Paris e das brasileiras, como o Rio

41 (GRINBERG, 2009, p. 128)

de Janeiro, não necessariamente visando possuir um ritmo igual aquelas cidades, mas pensando em se aproximar das teorias vigentes no período que traziam espaço e ruas largas, enquanto sinônimo de circulação de ar e consequentemente mais saúde, além de uma forma de embelezamento requintado.

Dessa forma, começaram a acontecer transformações mais significativas pelas ruas de Campina Grande, principalmente em suas áreas centrais e um dos responsáveis por elas e até hoje conhecido por esse movimento era Vergniaud Wanderley⁴², o qual não media distâncias para tornar a cidade estruturalmente moderna e interessante, mesmo que para isso, fosse necessário demolir alguns prédios existentes. Assim,

O prefeito Vergniaud Wanderley negociou com o governo do Estado a construção de edifícios para a recebedoria de rendas, etc.; construiu também em proporções parecidas e vis-à-vis com o Grande Hotel o portentoso edifício da Prefeitura Municipal; destruiu o antigo Paço ou Conselho Municipal, localizado perigosamente vizinho à matriz; indenizou e mandou derrubar a igreja do Rosário, acabando com o largo e ampliando mais ainda a perspectiva de crescimento da nova avenida; destruiu a

42 Vergniaud Wanderley era filho de tradicionais famílias de proprietários de terra do sertão paraibano e campinense.²⁸ Nasceu e fez os primeiros estudos em Campina Grande, o curso secundário no Lyceu Paraibano, na capital, e formou-se bacharel na Faculdade de Direito do Recife, onde concluiu o curso em 1929. Para não romper com a família, com quem tinha divergências políticas, após receber o diploma foi para o Rio de Janeiro, onde, por intermédio de amigos, ingressou no Ministério Público como promotor, nas cidades de Blumenau, Brusque e Itajaí; foi juiz de direito em Harmonia e Biguaçu, cidades de Santa Catarina, entre 1930-1935, quando, a convite do recém-eleito governador e amigo Argemiro de Figueredo,²⁹ veio fazer parte do seu governo. Primeiro, como chefe de polícia; depois, como secretário da Agricultura ou da Produção. Meses após assumir esses cargos, foi indicado candidato a prefeito de Campina Grande, nas eleições de 9 de setembro de 1935 (SOUSA, 2003, 68).

Rua Visconde de Pelotas, ou do Progresso, que desembocava no Largo do Rosário e obstava o avanço da avenida em direção ao oeste; e abriu a perspectiva para que naquela área fosse edificado um novo espaço de lazer e descanso, a Praça Índios Cariris, posteriormente denominada Praça da Bandeira, como até os dias de hoje.⁴³

Tornando a cidade um ambiente que alinhava modernidade, bom fluxo de trânsito e ao mesmo tempo espaços de lazer e hospedagem para os visitantes da “nova” Campina. Dessa maneira “Vergniaud Wanderley afrontava o poder e a ascendência da Igreja Católica sobre os moradores da cidade, redefinindo parte da cartografia e dos símbolos do poder local”⁴⁴. Modificando símbolos enraizados, principalmente na tradição católica, para instituir prédios que trariam visitantes, “progresso” e modernidade, mas que não se encontravam diretamente ligados a religiosidade.

Mudanças que não foram aceitas sem discussão, posto que a população reagiu a destruição de certos símbolos, mesmo que “as tensões e conflitos ocorridos em torno do desmanche de certos símbolos locais não é algo fácil de ser reconstituído. Poucas das fricções em torno do projeto de reformas do prefeito são encontradas na imprensa da época e, mesmo assim, apenas de forma velada”⁴⁵, já, que houve o período do Estado Novo, onde existia imprensa ou censurada ou aliada a governantes, na maioria dos casos.

Portanto, é nesse cenário de tentativas de progresso, de forças dominantes a transformar uma cidade, que inserem os personagens que serão analisados, não ligados diretamente a os fatos, mas pessoas que vivenciavam as mudanças, sejam de forma positiva ou negativa, não é exatamente ao juízo de valor, mas contextualizando o momento do qual eles eram personagens ativos, os quais provavelmente passavam nos lugares que modificavam-se ou já estavam modificados pela década de 40, vivendo ou cometendo atos que

43 (SOUSA, 2003, p.74)

44 (SOUSA, 2003, p.82)

45 (SOUSA, 2003, p. 75)

eram contra os direitos humanos, ainda não possuidores de uma carta só sua, mas já punidos, presos e julgados como se segue.

2. OS PERSONAGENS QUE “FURTAM”: ANTONIO, FRANCISCO...

O primeiro crime aqui relatado, trata-se de uma história que envolvem três réus, os quais são acusados do crime de furto, na cidade de Campina Grande, segundo consta nos autos processuais. O primeiro deles, era “Antônio de Souza Lima, vulgo Petrôleo, filho de Manoel Maria de Sousa, com 23 anos de idade, solteiro, sem profissão certa, o segundo era “Francisco da Silva, filho de Joaquim Felix da Silva, com 19 anos sem profissão certa e residente nesta cidade; no bairro da Prata” e o último era “Feliciano Veras, comerciante de qualificação desconhecida, residente no beco da Cental, nesta cidade”.⁴⁶

O que eles tinham em comum? Qual o motivo dos três se encontrarem como réus de um mesmo processo? Inicialmente, o processo data de 1934, mas o crime relatado é do ano anterior, ou seja, de 1933 e os três citados acima fazem parte da sociedade campinense, dois sem profissão certa e um comerciante, em comum tinham o lugar em que viviam, ou seja “o beco da Cental” e o bairro da Prata, o qual localizado muito próximo do centro da cidade, permitia sentir as modificações da modernidade, as quais advindas do mundo capitalista incutiam na população, a necessidade do consumo de toda espécie de bens, consolidando a propriedade privada. Como visto anteriormente, esse processo chegou a Campina e com certeza os réus deste processo, não ficaram alheios as modificações, querendo também inserir-se na modernidade ou até usar roupas que conviessem com o requinte do “novo” transeunte citadino.

Assim, aliado ao sentimento da necessidade de dinheiro e com o atrativo de ter dinheiro “fácil”, os três homens citados foram

46 Processo Crime de furto, s/n, réus Antônio de Sousa Lima, vulgo Petrôleo; Francisco da Silva e Feliciano Veras e vítimas Francisco Agripino e Comercial René Hausheer. Processo iniciado em 04/07/1934 e concluído em 01/07/1933. Esse e os demais processos citados, encontram-se arquivados no 1º Tribunal do Júri do Fórum Afonso Campos da Comarca de Campina Grande.

arrolados nas Constituições das leis penais de 1932⁴⁷, ano em que começa a correr os fatos. Os três são indiciados pelo artigo 330⁴⁸, sendo que mudam os incisos e as combinações, pois Antônio além desse, é indiciado no 66⁴⁹ e Feliciano no 21⁵⁰, já que cada um deles tem um papel diferente na história. Em resumo, trata-se de dois furtos, o primeiro ocorreu ao dia 17 de outubro de 1933, onde Antônio e Manoel “sob o pretexto de comprarem uma gravata, entraram no estabelecimento comercial do Snr. Francisco Agripino, nesta cidade e dali subtraíram um corte de casemira, no valor de 120\$000”.⁵¹ Após isso, foram direto ao estabelecimento de Feliciano, onde revenderam a peça por um preço inferior ao seu valor.

Os acusados não tendo sido presos, continuaram a seguir a vida, até que Antônio de Sousa, que segundo ao processo, “é dado a furtos”, entra na firma René Hausheer e subtrai um valor que encontrava-se acima de uma banca, fugindo para Recife após o ato, mas sendo preso lá e iniciando as investigações, por esse crime, assim como do anterior ao estabelecimento de Francisco Agripino.⁵² E, dando a entender as combinações penais diferenciadas, um cometeu dois furtos, o segundo cometeu um furto e o terceiro comprou a

47 PIRAGIBE, Vicente. Consolidação das Leis Penais/Aprovadas e adaptadas pelo Decreto nº 22.213 de 14 de dezembro de 1932/Código Penal Brasileiro (Completo com as leis modificadas em vigor). **Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Comércio**, 1933.

48 (PIRAGIBE, 1933, p. 109)

49 (PIRAGIBE, 1933, p. 24)

50 (PIRAGIBE, 1933, p. 10-11)

51 Processo Crime de furto, s/n, réus Antônio de Sousa Lima, vulgo Petróleo; Francisco da Silva e Feliciano Veras e vítimas Francisco Agripino e Comercial René Hausheer. Processo iniciado em 04/07/1934 e concluído em 01/07/1933. Esse e os demais processos citados, encontram-se arquivados no 1º Tribunal do Júri do Fórum Afonso Campos da Comarca de Campina Grande.

52 Processo Crime de furto, s/n, réus Antônio de Sousa Lima, vulgo Petróleo; Francisco da Silva e Feliciano Veras e vítimas Francisco Agripino e Comercial René Hausheer. Processo iniciado em 04/07/1934 e concluído em 01/07/1933. Esse e os demais processos citados, encontram-se arquivados no 1º Tribunal do Júri do Fórum Afonso Campos da Comarca de Campina Grande.

mercadoria, mantendo apenas em comum o artigo 330 que incluído no capítulo intitulado “Dos crimes contra a propriedade pública e particular”, fala que “subtrahir para si, ou para outrem, coisa alheia móvel, contra a vontade de seu dono”, dependendo de quanto vale, pode acarretar penalidades diferenciadas.

Sendo isso que ocorre, na sentença do processo, pois Antônio é condenado “à pena de dois anos, cinco meses, vinte dois dias e doze horas de prisão simples, que será cumprida na cadeia da capital e mais doze e meio por cento de multa”. Francisco, tem “pena de cinco meses, sete dias e doze horas de prisão simples, a qual será cumprida na cadeia da capital, e mais a multa de doze e meio por cento”. Enquanto Feliciano, por ter comprado a mercadoria, mas atestar sua idoneidade, sendo um “comerciante honrado e incapaz de comprar um objeto furtado”, portanto absolvido da ação.

Absolvição que não ocorreu em outro processo, já que “Benedito Veras da Silva, conhecido por Victor, de 17 anos de idade, filho de Antônio Tamanduá de Queiroz, sem profissão certa”, foi pego, pois em 19 de abril de 1934, chegou

A casa comercial do Snr. João Verissimo, nesta cidade, pediu ao mesmo, que se encontrava jogando com alguns amigos, para ir a um quarto do interior da casa apanhar pontas de cigarros. Sendo atendido, o denunciado furtou um relógio Cyndi do Snr. João Verissimo, que estava no mencionado quarto, foragindo-se depois para a povoação de Matinhas, do Termo de Alagoa Nova, onde foi preso, sendo o relógio apreendido em seu poder o referido relógio vale 70\$000.⁵³

Benedito não foi preso, diante da sua menoridade, mas algo tinha que ser feito, então o juiz, “de acordo com o § 3 do art. 69 do Cod. de Menores, determino, seja o mesmo internado pelo prazo de

53 Processo Crime de furto, s/n, réu Benedito Veras da Silva, vulgo Victor e vítima João Verissimo da Silva. Processo iniciado em 23/05/1934 e concluído em 30/09/1934. Esse e os demais processos citados, encontram-se arquivados no 1º Tribunal do Júri do Fórum Afonso Campos da Comarca de Campina Grande.

três anos, no Centro Agrícola Presidente João Pessoa”⁵⁴. Tornando, o acusado agora um interno, diferenciando sua situação das anteriores. Porém, em linhas gerais ele também tinha participado dos crimes contra a propriedade particular, assim como os anteriores.

Mas, qual a ligação entre esses crimes? E, deles com os direitos humanos? Os furtos apresentados ligam-se na medida em que são crimes contra a propriedade pública ou particular, tirando o direito dos donatários de cortes de tecido, dinheiro e relógio permanecerem com seus produtos, ferindo um direito delas e sendo punidos por isso, fazendo-nos perceber que mesmo antes da publicação da Carta dos Direitos Humanos que só passa a existir em 1948, já se puniam crimes que após ela tornaram-se não só contra a propriedade, mas também um “ferimento” aos Direitos Humanos.

Já que, conforme sua carta o artigo 17 de forma integral, aponta que “Toda a pessoa, individual ou coletivamente, tem direito à propriedade e Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade”. Este, que se modifica ao longo do tempo, visto que no mundo greco-romano ligava-se ao sentido religioso, que era a pessoa dona e proprietária sobre a coisa, estendendo-se até a pessoas, se levarmos em consideração um senhor de escravos ou um homem que era dono da sua mulher e filhas. Sendo, um direito que passa por todas estas fases, até tornar-se um Direito Humano, como citado acima, mas que não tem mais a ver com ser donatário de pessoas (ainda bem), apenas de si próprio, não podendo ser privado desse direito de forma arbitrária.

Tendo punição anterior, por causa de Códigos Penais e por ser um Direito muito anterior a sociedade atual. Porém, sendo pela Carta de 1948, consagrado como direito que está ligado a propriedade não só de bem, mas de si próprio, desligando a ideia de pertencimento das mulheres aos homens ou de pessoas como escravos, sendo importantíssima por esse motivo.

3. O PERSONAGEM QUE “MATA”: JOSÉ BENÍCIO

Uma lei que fora ligada diretamente a um dos principais direitos ferido no processo que se segue. No ano de 1933, precisamente no

54 Ibidem. Sentença do réu Benedito Veras da Silva.

dia 25 de dezembro, ou seja, no feriado natalino Godofredo Camello Pessoa, jantava em sua residência, quando foi chamado por outras pessoas para dirigir-se até o Mercado Público, de Massaranduba, que por essa época pertencia a Campina Grande, atendendo ao chamado, deslocou-se para o Mercado, e quando lá encontrava-se foi agredido por alguns homens e não podendo reagir, acabou por morrer no local. Foram acusados de cometer tal crime: José Benício, José Benício Filho, Braz Benício e Hermegildo Benício.

Após o crime e a identificação dos acusados, iniciou-se na justiça um processo contra os citados, sendo que José Benício Filho, Braz e Hermegildo, foram liberados, por “só” fazerem parte da agressão, seguindo o julgamento com o senhor José Benício, o qual seria o responsável pela ação principal que desencadeara a morte, evadindo-se após o dito ato para o Recife, sendo lá preso e após mandado para a Paraíba, onde no primeiro julgamento é absolvido, mas sendo novamente julgado, por causa de pedidos de pessoas que acharam injusta essa punição, foi por fim condenado a ser preso.⁵⁵ O crime enquadra-se no artigo 294 do código penal que trata sobre as punições de matar alguém.

Surgindo a reflexão, qual o motivo para matar outra pessoa? as diversas fés existentes no mundo explicam a vida e a importância e beleza dela, algumas apresentam explicações para a morte e até mesmo justificativas para o que acontece individualmente ou em massa, se pensarmos nas guerras. Porém, é garantia constitucional o Direito à vida, este que foi negado a muitas pessoas, inclusive roubado do senhor Godofredo como vimos acima, não sendo a condenação do seu algoz, capaz de recupera-la. Já que ela envolve não só aspectos científicos, mas mística religiosa, dita por alguns como “a maior dádiva existente”.

E, foi assim, após guerras sangrentas, tempos sombrios que se pode pensar melhor sobre a morte, já era crime, como esse processo

55 Processo Crime de agressão e homicídio, nº388, réus José Benício, José Benício Filho, Braz Benício e Hermegildo Benício e vítima Godofredo Camello Pessoa. Processo iniciado em 07/06/1934 e concluído em 22/02/1935. Esse e os demais processos citados, encontram-se arquivados no 1ºTribunal do Júri do Fórum Afonso Campos da Comarca de Campina Grande.

vem nos contar, há muito tempo é, mas diante de tamanho absurdo mundial, com o holocausto⁵⁶ dizimando tantas pessoas apenas por diferenças minúsculas foi necessário reiterar o Direito à vida, punir com mais veemência quem cometesse tal ato, principalmente por motivos torpes, já que a vida não tem como ser devolvida, uma vez perdida, é perdida pra sempre.

Assim, aliado a tudo isso e como uma forma de demonstrar a indignação com a dizimação em massa, instituiu-se como um dos principais direitos humanos que no Art 3 reitera que “Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e a segurança pessoal”, os quais não devem ser tirados por causa de motivos supérfluos. Tem-se direito de viver, liberdade de ser o que é e como é, respeitando o outro e respeitando o mesmo direito que ele também tem. Há controvérsias com relação aos direitos humanos, posto que muitos críticos, apresentam que a carta tem um cunho egoísta e individualista, além de não apresentar deveres.

Críticas que podem ser válidas, já que o documento é dos anos 40 e já adentramos ao século XXI, porém devem ser analisados a melhoria dos direitos e até possivelmente deveres para os seres humanos, mas é bem provável que o direito à propriedade, como também a vida, sejam cada vez mais consolidados, porém é um desafio instigante tanto o multiculturalismo que tem se aliado a esses direitos, como a definição, pois, o que realmente são direitos humanos?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto, ao passear na Campina Grande do século XX, perceber as modificações a que a cidade foi exposta e os habitantes que por ela e suas redondezas viviam, aspiravam aromas e sentiam os sabores ou talvez cometiam certos crimes, seja como for eram os viventes daquele período, os quais compunham o “retrato” de

56 Aqui entendido, enquanto genocídio em massa de cerca de seis milhões de judeus, ciganos, homossexuais e todos que não se encaixavam na “raça pura”, durante a Segunda Guerra Mundial, através de um programa de extermínio étnico patrocinado pelo Estado nazista, liderado por Adolf Hitler e pelo partido Nazista, ocorrido nos territórios ocupados pelos alemães durante a guerra.

uma Campina das décadas de 30 e 40, fazendo-nos perceber como se deu processos judiciais e diante deles as leis e suas punições e os direitos e suas burlas.

Nesse sentido, fica visível as ações dessas pessoas, infringindo leis, em primeira análise os furtos, seja de parte de tecido ou de relógio, ações que levaram julgamentos baseados nas Leis Penais em voga no período, as quais provinham de leis que foram concebidas desde o início da humanidade, sendo intensamente modificadas ao longo do tempo. Mas, principalmente com a consolidação do capitalismo, dando cada vez mais importância a propriedade, em grande maioria ela privada, visto as punições sentidas por quem furtava algo de outrem. Sendo, algo de tamanha importância que acabou por virar direito humano na carta de 1948.

E os direitos humanos, também inserem um dos direitos mais fundamentais do ser humano, o direito à vida, o qual já foi tão modificado e colocado a tantas interpretações, imaginando um escravo que era uma pessoa com vida, mas era uma propriedade e consequentemente não tinha direito a sua própria vida. Esta, que também foi tirada a força de tantas pessoas ao longo de séculos e com justificativas diversas, sejam elas religiosas, patrióticas, românticas, assim como de formas tão banais, como o caso de Godofredo que em uma hora estava a jantar e pouco tempo depois, jazia em um chão frio, sem vida.

Enfim, o que podemos entender, é que a sociedade precisa de leis ou de um sustentáculo para manter, pelo menos em tese, a vida dos envolvidos em “ordem”, entendendo não só as punições dadas a quem descumpria as regras, como os casos apresentados neste ensaio, mas também a consciência que se cria, vivendo cada dia envolvido no sistema social. Utilizando e seguindo regras e leis, assim como os direitos humanos, os quais, constituídos por 30, envolvem as diversas questões que permeiam o dia-a-dia, inclusive a vida e que esses direitos provem de muitas gerações anteriores a nossa. Sendo, ao mesmo tempo novas, já que são do século XX, mas concebida por ideias expressamente antigas, onde já se tinham esses mesmos problemas ou talvez, as mesmas necessidades.

REFERÊNCIAS

Artigos e livros

DAWKINS, Richard. *A grande história da evolução: na trilha de nossos ancestrais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GRINBERG, Keila. *A História nos porões dos arquivos judiciais*. IN: LUCA, Tania Regina; PINSKY, Carla Bassanezi. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

PIRAGIBE, Vicente. Consolidação das Leis Penais/Aprovadas e adaptadas pelo Decreto nº 22.213 de 14 de dezembro de 1932/Código Penal Brasileiro (Completo com as leis modificadas em vigor). Rio de Janeiro, *Tipografia do Jornal do Comércio*, 1933.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 46, p. 61-92, 2003.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Territórios de confrontos: Campina Grande 1920-1945*. Campina Grande: EDUEFG, 2006.

Sites

“A Teoria de Darwin” em *Só Biologia*. Virtuuous Tecnologia da Informação, 2008-2020. Consultado em 13/09/2025 às 10:58. Disponível na Internet em <https://www.sobiologia.com.br/conteudos/Seres-vivos/Ciencias/bioselecaoatural2.php>

Constituição dos EUA.

<http://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/historia/recdida/ConstituicaoEUARECDidapeSSOALJNETO.pdf>. Acesso em: 05 de setembro de 2025.

Declaração de direitos do homem e do cidadão. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/1789.pdf>
Acesso em: 13 de setembro de 2025.

ENTRE TRILHOS, MEMÓRIAS E DISPUTAS URBANAS: O PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO DE CAMPINA GRANDE NA PERSPECTIVA DA PRESERVAÇÃO, REUTILIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO

*Jessica Kaline Oliveira Santos*⁵⁷

INTRODUÇÃO

A chegada da ferrovia a Campina Grande, em 1907, marcou profundamente a história urbana, econômica e cultural da cidade. A estrada de ferro, símbolo do progresso do século XIX, consolidou-se como elemento estruturador da paisagem campinense, redefinindo fluxos de comércio, incentivando a urbanização e construindo o imaginário de Campina como a *Rainha da Borborema*. No entanto, a mesma ferrovia que significou modernidade passou, ao longo do século XX, a ser associada ao atraso, diante da ascensão do transporte rodoviário e do abandono das linhas férreas.

Esse processo reflete, como lembra Hobsbawm (2004, p. 72), a centralidade do trem na modernidade: “a estrada de ferro, arrasando sua enorme serpente emplumada de fumaça, à velocidade do vento, através de países e continentes (...) era o próprio símbolo do triunfo do homem pela tecnologia”. Se em um momento o trem representava inovação, em outro passou a ser visto como ruína. Nesse sentido, pensar a ferrovia como patrimônio também envolve refletir sobre a memória, essa compreensão reforça que os

57 Graduada em história pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UEPB), Doutoranda em História pela Universidade Rural de Pernambuco.

complexos ferroviários não são apenas ruínas, mas elementos vivos que carregam práticas, lembranças e identidades.

Como observa Bosi (2003, p. 36):

“Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando com as percepções imediatas, como também empurra, ‘descola’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.”

Nesse debate, Ricoeur (2007, p. 15) acrescenta que “memória, história, esquecimento: é a estes três termos que este livro é consagrado. Eles designam o espaço comum em que se entrelaçam, se confrontam e se enredam as operações do lembrar, do representar e do esquecer”. Essa perspectiva reforça que estudar a ferrovia implica analisar tanto os aspectos materiais quanto os processos de lembrança e apagamento.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a trajetória do patrimônio ferroviário campinense, destacando as transformações históricas desde sua implantação, o processo de abandono e os atuais embates em torno da preservação e reutilização dos espaços. O texto será desenvolvido em três tópicos: o primeiro trata da ferrovia como símbolo de modernidade e estruturadora da cidade; o segundo discute o declínio ferroviário e as experiências de resistência cultural; e o terceiro analisa as disputas contemporâneas em torno da restauração da Estação Nova e do projeto do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT).

Dessa forma, compreender a trajetória da ferrovia em Campina Grande permite não apenas resgatar a dimensão histórica e simbólica dos trilhos, mas também analisar como o patrimônio urbano se constitui em arena de disputas sociais, culturais e econômicas. Refletiremos sobre as tensões entre preservação e mercantilização, inovação e memória, demonstrando que os complexos ferroviários não são apenas vestígios do passado, mas elementos ativos na

construção da identidade e do espaço urbano contemporâneo. Essa perspectiva evidencia a importância de olhar para a ferrovia como um patrimônio vivo, cuja história continua a influenciar a cidade e seus habitantes, desafiando-nos a repensar políticas públicas e estratégias de gestão cultural mais inclusivas e sustentáveis.

A FERROVIA COMO SÍMBOLO DE MODERNIDADE E ESTRUTURADORA DA CIDADE

A história urbana de Campina Grande não pode ser compreendida sem considerar a ferrovia como elemento estruturador. Antes mesmo da chegada dos trilhos, em 1907, a cidade já se consolidava como entreposto comercial, localizada estrategicamente entre o sertão e o litoral. A instalação da estrada de ferro foi fruto de intensos debates políticos e econômicos, envolvendo empresários, autoridades locais e investidores do governo federal, interessados em integrar o interior nordestino às rotas comerciais nacionais. Como lembra Aranha (2006, p. 229), “o clamor em torno da estrada de ferro de penetração para Campina (...) tornou-se uma constante nos discursos de políticos e letrados locais”.

O projeto ferroviário surgiu em um contexto de expansão econômica da região, marcado pelo crescimento da produção de algodão e pelo aumento das atividades comerciais urbanas. Autoridades locais viam na ferrovia não apenas um instrumento de desenvolvimento econômico, mas também um símbolo de prestígio e modernidade, capaz de colocar Campina Grande no mapa das cidades mais influentes do Nordeste. A população local, por sua vez, alimentava grandes expectativas quanto às oportunidades de emprego e à facilitação do transporte de mercadorias, além de imaginar um futuro urbano mais dinâmico e conectado.

A Estação Velha, inaugurada em 1907 às margens do Açude Velho, representou o primeiro elo concreto entre Campina Grande e as rotas comerciais regionais e internacionais. Visualmente, a estação consistia em uma construção simples, porém funcional, com plataforma coberta, guichês de embarque e armazéns anexos. Em seu entorno, ergueram-se armazéns de algodão, cafés, hotéis e oficinas mecânicas, criando um núcleo de circulação intensa e comércio

vibrante. Ruas estreitas, então ladeadas por residências e pequenas lojas, passaram a receber intenso fluxo de carroças, pedestres e tropeiros. Os bairros vizinhos expandiram-se rapidamente para abrigar trabalhadores ferroviários e comerciantes, gerando um padrão urbano mais denso e interconectado. A estação também funcionava como ponto de encontro social e cultural, onde chegadas e partidas de trens eram ocasiões de interação comunitária, além de servir de palco para eventos públicos e atividades econômicas informais.

Imagem 1: A Estação Velha no ano de 1922

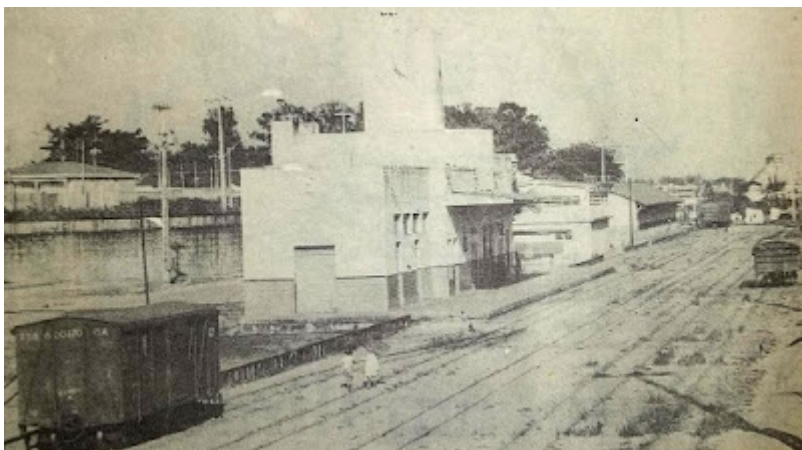


Fonte: Site Estações Ferroviárias do Brasil (2022)

Com o crescimento populacional e econômico da cidade, a Estação Nova foi inaugurada em 1961 para atender às demandas de uma ferrovia em modernização. Arquitetonicamente, apresentava estrutura mais robusta e imponente, com plataformas amplas, cobertura metálica, salas de espera e depósitos para cargas volumosas. Sua localização estratégica favoreceu a expansão urbana: ruas foram

alargadas, novos bairros se consolidaram ao longo dos trilhos, e áreas comerciais se reorganizaram em torno da estação para aproveitar o fluxo intenso de passageiros e cargas. O entorno da estação passou a concentrar serviços públicos, comércios variados, oficinas mecânicas e espaços culturais, tornando-se um verdadeiro eixo de vida urbana, com circulação contínua de pessoas e mercadorias.

Imagem 2: A Estação Ferroviária Nova na década de 1980



Fonte: Blog História Ferroviária Paraibana (2018)

Além do impacto físico, as estações moldaram a vida cotidiana e a memória coletiva de Campina Grande. O cotidiano ao redor da Velha e da Nova refletia a diversidade social da cidade: comerciantes, artesãos, ferroviários, viajantes e moradores interagiam constantemente em espaços públicos, praças improvisadas e cafés próximos às plataformas. Chegadas e partidas de trens eram momentos de expectativa, emoção e sociabilidade, consolidando as estações como referência simbólica permanente. Lynch (1999) observa que elementos estruturadores como estações e trilhos influenciam a percepção coletiva da cidade, e em Campina Grande eles redefiniram padrões de circulação, localização de residências, comércio e equipamentos públicos.

Prost (1998, p. 137) reforça essa perspectiva ao afirmar que “não devemos renunciar a essa história total que une num só conjunto as histórias políticas, econômicas, sociais e culturais, isto é, a realidade humana na sua unidade”. Assim, compreender a ferrovia implica reconhecer sua força transformadora em múltiplos níveis.

Dessa forma, a chegada e o desenvolvimento da ferrovia não se limitaram à infraestrutura de transporte; eles transformaram a cidade em múltiplos níveis: físico, econômico, social e simbólico. O crescimento dos bairros, a reorganização do comércio, a reconfiguração da mobilidade urbana e a consolidação de pontos de sociabilidade mostram que as estações Velha e Nova foram elementos estruturadores fundamentais. A ferrovia consolidou Campina Grande como a Rainha da Borborema, reforçando sua centralidade econômica, cultural e simbólica no Nordeste, deixando um legado urbano e social que ainda hoje influencia a identidade e a memória coletiva da cidade.

2. Declínio, abandono e experiências de resistência cultural

O século XX trouxe mudanças profundas para o sistema ferroviário brasileiro, e Campina Grande não foi exceção. A partir da década de 1950, políticas nacionais voltadas à valorização do transporte rodoviário e ao desenvolvimento da indústria automobilística iniciaram um processo de marginalização das ferrovias. O que antes simbolizava modernidade passou a ser associado ao atraso, em um contexto em que rodovias e automóveis se tornavam os novos ícones do progresso. Berman (2007, p. 196) destaca que “o traço marcante do urbanismo do século XX tem sido a rodovia (...) em nome de um modernismo que tenta aniquilar o outro”, refletindo a substituição do trem pela lógica automobilística.

Em Campina Grande, esse processo resultou na gradual desativação do transporte de passageiros, iniciada na década de 1980, mantendo-se apenas o transporte de cargas até que, em 2011, a Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN) abandonou completamente a malha por inviabilidade econômica. Com isso, a Estação Nova, inaugurada em 1961 como símbolo de modernidade, entrou em estado de abandono: o prédio apresenta deterioração estrutural,

infiltrações e descaracterização do entorno urbano. Espaços antes ocupados por serviços e comércios fecharam, e ruas próximas perderam parte do movimento formal.

Apesar do abandono material, o fluxo de pessoas não diminuiu. A população se reapropriou do espaço, tornando-o pulsante mesmo em estado de ruínas. Moradores utilizam a estação para caminhadas, crianças jogam bola e grupos comunitários ainda se encontram nos arredores, mantendo a vitalidade do local. Esse fenômeno demonstra que o patrimônio ferroviário, mesmo degradado, continua a desempenhar um papel central na vida cotidiana e na memória coletiva da cidade.

As experiências de resistência cultural, como o tombamento das estações em 2000, representaram um reconhecimento formal de sua importância histórica, embora nem sempre acompanhadas de ações efetivas de preservação. Mais expressiva foi a iniciativa do Trem do Forró, lançado em 1999, que reativava temporariamente a ferrovia para turismo e celebração cultural. Durante os festejos juninos, turistas e moradores embarcavam na Estação Velha e seguiam até o distrito de Galante ao som do forró, reconstituindo uma experiência afetiva da ferrovia. Para Santos, Rocha e Arteni-sia (2021, p. 202), a iniciativa “reavivava as lembranças dos tempos áureos da ferrovia, unindo memória afetiva e celebração cultural”.

A experiência do Trem do Forró e o uso cotidiano da Estação Nova evidenciam que o patrimônio ferroviário vai além da materialidade das estruturas: envolve memórias, afetos e práticas sociais. Freire (2016, p. 60) argumenta que “o termo patrimônio ferroviário não se restringe a elementos simples e isolados reduzidos à materialidade, mas a um fenômeno complexo de estruturas, memórias e vivências”. Mesmo diante da deterioração física, a ferrovia permanece como referência simbólica e espaço urbano ativo, capaz de mobilizar a comunidade e manter sua função social.

Assim, o declínio e abandono da Estação Nova em Campina Grande não significaram o fim de sua relevância urbana. Pelo contrário, o espaço demonstra que a memória ferroviária e a vida social podem coexistir com a ruína, revelando possibilidades de apropriação popular e de resistência cultural que desafiam as políticas

públicas de preservação e destacam a vitalidade do patrimônio como espaço de sociabilidade.

3. Disputas contemporâneas: restauração, VLT e mercantilização do patrimônio

Nos anos 2020, a ferrovia voltou ao centro do debate urbano em Campina Grande com o anúncio da requalificação da Estação Nova e a proposta de implantação de um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Os projetos foram apresentados sob a lógica da modernização e da mobilidade sustentável, apontando para a requalificação do espaço urbano e a valorização do patrimônio histórico. No entanto, essas iniciativas também suscitaram questionamentos sobre os reais interesses por trás da requalificação e sobre os impactos sociais e culturais no entorno. Tais tensões indicam que os processos de patrimonialização e requalificação podem tanto preservar memórias como apagá-las em nome de narrativas oficiais. Da mesma forma, a efemeridade da modernidade descrita por Berman (2007, p. 123) ajuda a compreender os riscos da mercantilização do espaço urbano: “Tudo que é sólido – das roupas às obras públicas – tudo isso é feito para ser desfeito amanhã, destruído ou renovado para sempre.”

A restauração da Estação Nova enfrenta o desafio de conciliar a preservação material com o uso social já consolidado do espaço. Apesar de seu estado de abandono, a população continuou a frequentar o local, tornando-o pulsante: moradores caminham pelas plataformas, crianças jogam bola e grupos comunitários utilizam o entorno como espaço de sociabilidade. Qualquer projeto de requalificação, portanto, precisa considerar essa dimensão viva do patrimônio, para que a memória e as práticas sociais não sejam sacrificadas em nome de interesses econômicos ou estéticos.

Imagem 3: Projeto de requalificação da Estação Ferroviária Nova de Campina Grande



Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande (2025)

A proposta do VLT também gerou debates sobre os efeitos da modernização urbana. Segundo Harvey (2012), em contextos neoliberais, iniciativas de infraestrutura frequentemente escondem processos de gentrificação e acumulação por despossessão, transformando a cidade em mercadoria e deslocando populações locais. Em Campina Grande, existe o risco de que a restauração da estação e o VLT se tornem instrumentos de valorização imobiliária, beneficiando setores privados e marginalizando o uso popular consolidado.

Além disso, a patrimonialização da ferrovia evidencia contradições entre memória coletiva e discurso oficial de progresso. Choay (2001) alerta que o patrimônio pode ser apropriado como instrumento de poder, legitimizando narrativas oficiais e silenciando vozes históricas, como a dos ferroviários, comerciantes e moradores que vivenciaram a rotina das estações. Laurajane Smith (2006) complementa ao destacar que políticas de patrimônio frequentemente privilegiam determinados grupos, em detrimento da diversidade de experiências e memórias associadas ao espaço.

Dessa forma, os complexos ferroviários de Campina Grande

permanecem territórios em disputa, onde se tensionam preservação cultural, mercantilização urbana e direito à cidade. A revitalização da Estação Nova e a implementação do VLT podem oferecer oportunidades de valorização do patrimônio, mas também exigem atenção crítica às tensões sociais e à apropriação popular do espaço. Como sintetiza Santos (2024, p. 210), “a história ferroviária campinense foi marcada por tramas políticas e econômicas desde sua origem, e continua sendo atravessada por interesses diversos”, mostrando que o patrimônio não é apenas herança do passado, mas um campo de ação e disputa na cidade contemporânea.

Conclusão

A trajetória da ferrovia em Campina Grande evidencia o entrelaçamento de modernidade, declínio e disputa simbólica ao longo de mais de um século. Desde a chegada dos trilhos em 1907, a Estação Velha consolidou-se como eixo de circulação, comércio e sociabilidade, estruturando o tecido urbano e moldando a memória coletiva da cidade. Posteriormente, a Estação Nova, inaugurada em 1961, ampliou essa centralidade, reconfigurando bairros, vias e atividades econômicas, e reafirmando Campina Grande como a Rainha da Borborema.

O declínio do transporte ferroviário e o abandono progressivo da Estação Nova ilustram as consequências da mudança das políticas nacionais de transporte e do predomínio do automóvel. Ainda assim, a ferrovia manteve-se viva na vida cotidiana: a população se apropriou do espaço, utilizando-o para caminhadas, jogos e encontros comunitários, demonstrando que o patrimônio não é apenas material, mas também social e simbólico. Experiências como o Trem do Forró e o tombamento das estações reforçam essa dimensão cultural, evidenciando a resistência e o valor afetivo do patrimônio ferroviário.

Os projetos contemporâneos de restauração da Estação Nova e implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) evidenciam as tensões entre preservação, modernização urbana e mercantilização do patrimônio. A apropriação social do espaço, os interesses econômicos e os riscos de gentrificação ilustram que a ferrovia

permanece um território em disputa, no qual memória, cidade e mercado se entrelaçam. Assim, Campina Grande oferece um exemplo emblemático de como o patrimônio urbano ferroviário continua a ser atravessado por disputas políticas, econômicas e culturais, exigindo políticas públicas sensíveis à memória coletiva e às práticas sociais consolidadas.

Por fim, Bauman (2001) contribui para pensar a fragilidade das memórias urbanas na modernidade líquida, marcada pela fluidez e pelo consumo acelerado do espaço. Assim, preservar a ferrovia de Campina Grande não significa apenas restaurar prédios, mas garantir que práticas sociais e identidades coletivas continuem a dialogar com esse patrimônio, ressignificando-o para além da lógica mercantil.

REFERÊNCIAS

ARANHA, J. *Campina Grande: cidade e modernidade*. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BOBBIO, N. *O tempo da memória: de senectute e outros escritos autobiográficos*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOTTÔ, C. *Preservação e patrimonialização das estações ferroviárias no Nordeste*. Recife: Editora UFPE, 2003.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

FREIRE, L. *Patrimônio ferroviário e memória coletiva: perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HOBSBAWM, E. *A era do capital: 1848–1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

LOWENTHAL, D. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NORA, P. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7–28, 1993.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

PROST, A. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, J. K. O. *O trem passou por aqui: declínio, privatização e abandono da Estação Ferroviária Nova de Campina Grande-PB (1998–2019)*. Campina Grande: EDUFPG, 2024.

SANTOS, J. K. O.; ROCHA, L.; ARTENISIA, M. *No ritmo do forró: A reutilização do transporte ferroviário durante os festejos juninos em Campina Grande-PB*. In: SANTOS, J. K. O.; LUCENA, J. J. F. (Org.). *Pelas Veredas da História: Textos em História Local*. São Paulo: Uiclap,

2021. p. 202–220.

SMITH, L. *Uses of heritage*. Londres: Routledge, 2006.

TARGINO, R. *O tombamento das estações ferroviárias de Campina Grande: patrimônio e memória*. Campina Grande: Editora Cidade Viva, 2003.

O EXPRESSO ASA BRANCA E O TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS ENTRE CAPITAIS NORDESTINAS NO SÉCULO XX

*André Luiz Rocha Cardoso*⁵⁸

INTRODUÇÃO

No ano de 1975, a Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) lançou o trem de passageiros interestadual Expresso Asa Branca. De curta existência, mas de longa fama e quilometragem, o Asa Branca durou apenas cerca de cinco anos, fazendo o percurso entre Fortaleza e Recife, possibilitando a conexão entre três estados nordestinos - Ceará, Paraíba e Pernambuco.

O Expresso Asa Branca foi um dos trens de longo percurso interestaduais que circularam na malha ferroviária nordestina, durante a segunda metade do século XX. Formada da junção de diferentes ferrovias construídas a partir da segunda metade do século XIX, tal malha ferroviária passara por um processo de unificação durante a década de 1950, ficando sob a administração da estatal RFFSA, em um momento de declínio do transporte sobre trilhos no cenário nacional.

Criado com forte teor propagandístico, o Asa Branca trazia certo conforto para seus viajantes, sendo vendido à época como expresse de luxo. Sua criação se deu em um momento de agravamento da desvalorização do transporte ferroviário no país, em meio à

⁵⁸ Doutorando em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, integra a diretoria (2024-2027) do Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH - Brasil). E-mail: andrecardoso.hist@gmail.com

supressão de ramais, fechamento de estações e o abandono completo de leitos ferroviários. Assim, a criação e difusão do trem, para além de atender a demandas sociais, também funcionava como ferramenta de propaganda do Regime Ditatorial em vigor no Brasil e que então, começava a definhar.

Voltar-se ao estudo do Expresso Asa Branca como reflexo de um fato histórico, permite revelar uma conectividade ferroviária entre capitais e estados nordestinos que estava consolidada, mas que durante a segunda metade do século XX foi gradualmente desmobilizada, ao invés de ser reestruturada e otimizada.

Sob alegações de déficit, a malha ferroviária foi sendo aos poucos apagada, sem se considerar sua importância histórica e sua função social no desenvolvimento de diversas localidades nordestinas, deixando-se de lado a integração entre modais para privilegiar o transporte rodoviário, gerando consequências que hoje são bastante perceptíveis quando se fala na retomada do transporte ferroviário na região.

Assim, passados 50 anos da criação do Expresso Asa Branca, o presente artigo tem por objetivo analisar a implantação e operação do mencionado trem, objetivando descortinar a conectividade ferroviária estabelecida entre as capitais nordestinas no século XX, perdida a partir do desmantelamento da malha ferroviária regional.

A elaboração deste artigo foi realizada tendo como ponto de partida a análise de mapas, fotografias, anúncios da época, que se constituem como importantes fontes primárias para o assunto e época em questão, além da consulta a periódicos da época e a revisão bibliográfica.

Do ponto de vista teórico, o presente estudo se enquadra, no que concordamos com Barros (2013), na dimensão da história social, uma vez que parte para analisar os impactos sociais de uma técnica⁵⁹ de transporte que caracteriza processos singulares de modernização e industrialização no Brasil, o transporte ferroviário.

Assim, é analisada a história da ferrovia no Nordeste, partindo

59 Segundo Milton Santos, uma técnica representa “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem, realiza sua vida, produz e ao mesmo tempo cria espaço” (Santos, 2008, p. 29).

do questionamento a elementos ligados ao meio político e econômico, com o fim de analisar, com “preocupações sociais”⁶⁰, o processo de desmobilização da malha ferroviária que em determinado período possibilitou a conexão interestadual nordestina e que, com sua desativação, trouxe impactos negativos ainda hoje percebidos na mobilidade de passageiros e cargas na região.

A MALHA FERROVIÁRIA NORDESTINA ENTRE RETROCESSOS E COMPENSAÇÕES

A década de 1970 traz uma série de acontecimentos importantes referentes à história do transporte ferroviário no Brasil. Na Região Nordeste, por exemplo, temos um contraste muito forte entre a realização de algumas obras importantes e, do outro lado, desativações e o sucateamento dos sistemas vinculados à RFFSA pela Ditadura Militar.

Como exemplo disso, enquanto era inaugurada a ponte rodoviária sobre o Rio São Francisco em 1972⁶¹, entre as cidades de Porto Real do Colégio - AL e Propriá - SE, possibilitando a ligação física direta (que antes de fazia por balsa) entre as linhas da Divisão Nordeste e Divisão Leste da RFFSA⁶², prosseguia a política de erradicação de ramais ferroviários considerados antieconômicos, deixando diversas localidades sem transporte ferroviário.

Redução de investimentos, fechamento de estações e a redução de horários dos trens são alguns dos pontos que se destacam no mencionado período, intensificando a desvalorização do transporte ferroviário em detrimento do rodoviário que, por sua vez, continuava a receber bons investimentos governamentais.

60 [Toda história] é social (...) se o historiador tiver efetivamente preocupações sociais na sua maneira de examinar o passado (Barros, 2013, p. 117)

61 Conforme publicação da Revista Manchete, do ano de 1972.

62 A Divisão Nordeste abrangia as ferrovias do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Já a Leste, Bahia e Sergipe. Tais divisões compunham o Sistema Regional Nordeste da RFFSA. Com a conclusão da Ponte Colégio - Propriá sobre o Rio São Francisco em 1972, seus trilhos foram conectados em definitivo, permitindo a ligação ferroviária entre todos os estados nordestinos e os sistemas ferroviários do sul, sudeste e centro-oeste do país.

Pode-se ressaltar que o Governo Federal teve importante papel no sucateamento do transporte ferroviário. Isso se deu da seguinte forma:

Permitindo o sucateamento das ferrovias, o governo brasileiro incentivava, ao mesmo tempo, o transporte rodoviário. O golpe de misericórdia foi desferido quando as ferrovias começaram a perder seus passageiros e suas cargas. A justificativa oficial passou a ser da ineficiência, do déficit e da dispendiosidade na recuperação do sistema (...). (PAULA, Dilma Andrade de, 2001, p. 9)

De acordo com Daychoum (2016), o setor ferroviário brasileiro na década de 1970 recebia investimentos insuficientes, diante do enfrentamento das consequências das medidas adotadas em décadas anteriores, como a redução de aportes financeiros na manutenção de vias e material rodante e a inatividade de cerca de 8.000 km de linhas erradicadas, bem como os efeitos da crise do petróleo (Daychoum, 2016, p. 41).

Nesse contexto, a RFFSA passava por algumas modificações administrativas, como a criação das Superintendências Regionais, abarcando as Divisões Regionais de seus sistemas, além de se iniciarem estudos para a implantação de trens metropolitanos, como é o caso do Metrô do Recife, que veio a se tornar realidade apenas na década seguinte, dada a necessidade impulsionada pela alta demanda absorvida pelo antigo sistema de trens urbanos operado pela RFFSA na Região Metropolitana, que apresentava claras limitações (CÔRTEZ, 2004).

Em meio a todas estas questões, a RFFSA traz a proposta de um trem regional entre Recife e Fortaleza, o Expresso Asa Branca. Além deste, conforme apontam algumas edições do Diário de Pernambuco, na época, também foi cogitada a possibilidade de um trem entre Recife e Salvador, o Expresso São Francisco⁶³, por ocasião da entrega da ponte sobre o Rio São Francisco, que não foi implantado. O Asa Branca, sim. E, pode-se dizer, foi um dos de maior repercussão social.

63 Matéria publicada no Diário de Pernambuco em 18 de abril de 1976.

UMA NOVA PROPOSTA DE TREM INTERESTADUAL: O EXPRESSO ASA BRANCA

A proposta de criação de um trem interestadual entre Recife e Fortaleza, em si, não era uma inovação tão grande, considerando que a existência de trens interestaduais na região já era antiga. Alguns destes, inclusive, foram eternizados através da arte, sendo retratados na poesia e na música, como o Teresina - São Luís, cantado por Luiz Gonzaga na música “De Teresina a São Luís” (João do Vale/Helena Gonzaga, 1962).

Entre Recife e Maceió também já circulava um dos trens de passageiros interestaduais mais longevos da região, até então, existente desde a primeira década do século XX e que também foi eternizado em Calunga (1935), de Jorge de Lima e no famoso Trem de Alagoas (1941), de Ascenso Ferreira. Todas essas obras traziam representações da paisagem, das pessoas, suas relações sociais e da diversidade presente nas composições ferroviárias.

Fato é que, ao resgatar informações e analisar a operação destes trens, é possível comprovar a outrora existente conexão ferroviária entre todas as capitais nordestinas, que foi perdida.

E mais, todos esses trens cumpriam importantes funções sociais ao contribuir para o deslocamento de pessoas, muitas das quais de baixa renda, que tinham o trem como única opção segura e barata de deslocamento, posto que os trens de longa distância, dentre os quais os intermunicipais e interestaduais, possibilitavam também o deslocamento entre povoados remotos de cada estado, alguns dos quais permaneceram isolados mesmo com a pavimentação posterior de rodovias.

Assim, objetivando melhorar o deslocamento entre Pernambuco, Paraíba e o Ceará, é criado o Expresso Asa Branca, que fez sua viagem inaugural em 14 de novembro de 1975, de Fortaleza para Recife, amplamente noticiada em diversos meios de comunicação da época⁶⁴.

64 Conforme apurado durante a pesquisa, diversos jornais à época noticiaram o início da operação do Expresso Asa Branca, como o primeiro trem de luxo do sistema ferroviário nordestino. Alguns destes veículos de comunicação foram o Diário da Manhã (Recife), Diário de Pernambuco (Recife), Diário de Natal

DIFERENCIADO E BEM DIVULGADO

Mas, o que trazia o Expresso Asa Branca que o diferenciava dos demais trens de passageiros na região? E o que contribuiu para sua permanência no imaginário popular, mesmo tendo operado por tão pouco tempo?

O primeiro ponto é o nome escolhido para o trem, uma música com forte identificação com a população, “Asa Branca (Luiz Gonzaga/ Humberto Teixeira, 1947)”. Embora não tenha sido possível chegar a documentos sobre a escolha do nome do trem, foi uma boa opção do ponto de vista da divulgação, uma vez que ficou marcado na memória de muitas pessoas, considerando a relação de boa parte da população nordestina com Luiz Gonzaga.

A escolha do nome, as peças publicitárias e todos os demais recursos de divulgação utilizados pelo Governo Ditatorial à época, por meio da RFFSA, para divulgar o trem, merecem atenção. As imagens 1 e 2 mostram alguns dos materiais publicados na década de 1970, para a divulgação do Expresso.

Imagem 1 - Material de divulgação do Expresso Asa Branca, de 1975



Fonte: Acervo pessoal de Hamilton Pereira⁶⁵

(Natal) Jornal do Commercio (Rio de Janeiro) e o Diário do Paraná (Curitiba), conforme dados levantados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶⁵ <https://www.metrofor.ce.gov.br/2018/04/23/trem-sonho-azul-as-memorias-das-luxuosas-viagens-de-trem-entre-fortaleza-e-recife/>

Imagem 2 - Publicação sobre o Expresso Asa Branca, no Diário de Pernambuco, em 16/11/1975

**Participe da grande festa.
O Expresso Asa Branca
vai partir.**

EXPRESSO ASA BRANCA — o trem especial de luxo, Recife/Fortaleza-Fortaleza/Recife. Carros “Sonho AZUL”, poltronas estofadas em espuma, reclináveis, música à bordo. Classe Luxo/Classe turista e o serviço especializado “Luar de Prata”.

PARTIDAS:
Recife: Domingos 21:20 horas
Fortaleza: Sextas feira 14:10 horas

PARADAS:

- São Lourenço
- Carapina
- Trindade
- Ilheus
- Camaragibe
- Jussara
- Petrópolis
- Pombal
- São José
- Antenor Navarro
- Manaus
- Aracaju
- Cuiabá
- Iguaçu
- Anápolis
- Brasília
- Goiânia
- Foz de Iguaçu
- Curitiba
- São Paulo
- Rio de Janeiro
- Recife

EXPRESSO
ASA BRANCA
carros

SONHO AZUL
CLASSE LUXO

RFPSA

Fonte: Diário de Pernambuco, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Também conhecido por “sonho azul”, o trem era propagado como uma ótima experiência de viagem, oferecendo melhorias em comparação aos demais trens que operavam na época. Então, verdadeiros convites ao deleite de uma viagem no Asa Branca foram veiculados nos meios de comunicação, a exemplo das peças publicitárias apresentadas.

Outro ponto importante a respeito do Asa Branca, é que se tratava de um trem expresso, ou seja, ele cortava três grandes estradas de ferro nos três estados que cruzava, mas não parava em todas as estações - pelo menos oficialmente no que consta em seu roteiro, - atendendo a estações específicas, estratégicas e mais movimentadas, conforme o mapa 1:

Mapa 1 - Percurso do Expresso Asa Branca



Fonte: Mapa elaborado por Karla Linck (editado pelo autor)

O mapa 1 apresenta parte da malha ferroviária nordestina, com destaque para o percurso realizado pelo Asa Branca. Conforme é possível observar, o Expresso Asa Branca conectava as principais estações das capitais pernambucana e cearense: a Estação Central do Recife e a Professor João Felipe, em Fortaleza, cortando os territórios de Pernambuco, Paraíba e Ceará em um trajeto de cerca de 1.100 km.

Em Pernambuco, além da Estação Central, São Lourenço,

Carpina e Timbaúba integravam a rota. Na Paraíba, Itabaiana, Campina Grande, Juazeirinho, Patos, Souza e Antenor Navarro. No Ceará, Baixio, Arrojado, Cedro, Iguatu, Acopiara, Ibicuã, Senador Pompeu, Quixeramobim, Quixadá, Baturité, Parangaba e Otávio Bonfim, com seu limite, como já mencionado, na Estação Professor João Felipe, em Fortaleza.

Imagem 3 - Trem Asa Branca durante parada na Estação Ferroviária de Campina Grande (nova), em 1977.



Fonte: Blog História Ferroviária Paraibana⁶⁶

A chegada do Expresso Asa Branca em cada estação se transformava em um grande evento local. A tradicional cena da chegada e partida das composições ferroviárias sempre marcou o imaginário e o cotidiano das diversas cidades nordestinas cortadas pelos trilhos e com o famoso Expresso não seria diferente. Isso é possível

66 <https://historiaferroviariaparaibana.blogspot.com/2011/06/expresso-asa-branca.html>

observar na imagem 3, onde se aglomeram não apenas passageiros, mas curiosos para ver a passagem do trem por Campina Grande, Paraíba, uma das principais paradas do Asa Branca, como numa grande festa.

Pessoas se espremem na plataforma já lotada, enquanto que outras já ocupam parte do pátio de manobras. A atração não apenas despertava a curiosidade, mas era também uma oportunidade de lucro para pequenos comerciantes ambulantes, além do que contribuía para difundir a memória da viagem de trem mesmo entre aqueles que não embarcariam.

As composições ferroviárias utilizadas no Expresso Asa Branca eram outra inovação. Considerado o primeiro trem de luxo da região, conforme anunciado na edição de 13 de novembro de 1975 do Diário de Pernambuco, um dia antes da inauguração oficial do Expresso, o trem apresentava recursos especiais que ofereciam maior conforto. Cogitou-se, inclusive, a inserção de aparelhos de ar condicionado em seus carros, mas não foram encontrados registros de que a proposta tenha sido concretizada⁶⁷.

Na semana seguinte, o mesmo periódico pernambucano fez nova publicação enaltecendo a inauguração do novo trem, apontando algumas das características do Asa Branca que o diferenciavam dos outros trens de longo percurso operados pela RFFSA, com destaque para os carros de passageiros utilizados e o treinamento especializado da tripulação para atender com agilidade as demandas dos passageiros.

A imagem 4, a seguir, mostra alguns dos carros do Expresso Asa Branca durante uma parada em Carpina, Pernambuco. Conforme traz o Diário de Pernambuco, os carros de passageiros do Asa Branca foram fabricados pela 2ª Divisão Cearense da RFFSA, especialmente para o mencionado trem. As composições contavam com seis carros, divididos entre as classes turista e luxo, possuindo cada um 48 poltronas estofadas e reclináveis, som estéreo e “fino acabamento”.

67 Edição do Diário de Pernambuco de 25 de abril de 1976.

Imagem 4 - Trem Asa Branca em Carpina, Pernambuco, na década de 1970



Fonte: Acervo Museu do Trem do Recife

Cada trem incluía, ainda, um carro de bagagem, veículo comum aos trens de longa distância, destinado ao transporte de maiores volumes e correspondências, além de um “moderno carro restaurante”, conforme descrito pelo *Diário de Pernambuco*⁶⁸.

As locomotivas utilizadas, de fabricação estadunidense, já integravam as frotas da 3ª Divisão Nordeste e da 2ª Divisão Cearense da RFFSA há alguns anos. Eram unidades fabricadas pela General Electric (GE), modelo U6B e pela American Locomotive Company (ALCo), modelo RS-8. Assim como os carros de passageiros, as locomotivas destinadas ao Expresso Asa Branca receberam um padrão de pintura especial, como pode ser observado nas imagens a seguir:

68 Edição do *Diário de Pernambuco* de 20 de novembro de 1975.

Imagem 5 - Locomotiva ALCo RS8 com pintura do Asa Branca na Estação Central do Recife.



Imagem 6 - Locomotiva GE U6B tracionando o Expresso Asa Branca na Estação Professor João Felipe, Fortaleza.



Fonte: Acervo Antônio Geraldo dos Santos⁶⁹

Fonte: Metrofor⁷⁰

Conforme trazem as imagens 5 e 6, as locomotivas e os carros de passageiros do Expresso Asa Branca possuíam pintura que remetia ao padrão já adotado pela RFFSA em seus trens de passageiros, como os tons azuis. Os veículos utilizados no mencionado trem possuíam faixas em vários tons de azul, contrastando com o branco e detalhes nas cores preta, vermelha e amarela.

O tempo de viagem era um outro fator muito importante do Expresso Asa Branca. Conforme cita o Diário de Pernambuco⁷¹, as viagens convencionais de trem entre as capitais Recife e Fortaleza

69 Disponível no perfil Projeto Memória Ferroviária de Pernambuco, no Facebook (<https://www.facebook.com/ProjetoMemoriaFerroviariaDePernambuco/photos/pb.100069918420803.-2207520000/768125426616436/?type=3>)

70 Disponível no portal do Metrofor (<https://www.metrofor.ce.gov.br/2018/04/23/trem-sonho-azul-as-memorias-das-luxuosas-viagens-de-trem-entre-fortaleza-e-recife/>)

71 Edição do Diário de Pernambuco de 20 de novembro de 1975.

duravam cerca de 48 horas, considerando as necessárias baldeações e as inúmeras paradas. Com a introdução do Asa Branca na grade de horários da RFFSA, era possível concluir o mesmo percurso em cerca de 23 horas, trazendo mais conforto e praticidade aos usuários que fariam o trajeto completo.

ENCERRAMENTO DA OPERAÇÃO

O que parecia ser um grande avanço no transporte ferroviário de passageiros, não durou mais que cinco anos. O Expresso Asa Branca demandava altos custos, em uma fase na qual a ferrovia recebia cada vez menos investimentos, principalmente no que tange ao transporte de passageiros.

Ao analisar os periódicos da década de 1960, 1970 e a década seguinte, são várias as reclamações dos usuários e os apelos pela prestação de um serviço melhor aos usuários. Neste período em que todos os trens de passageiros de longa distância foram retirados de serviço pela RFFSA, ação que começou pelo negligenciamento do serviço e seguiu à sua desativação total, sem qualquer consideração com as necessidades das populações servidas pelos trens, trabalhadores e os inerentes impactos sociais.

Um exemplo disso é o fim da operação do trem Recife - Natal, em 1977, conforme noticiado no periódico Diário de Natal, em edição de 15 de março de 1977. Conhecido popularmente como “Bacurau”, o trem interestadual foi definhando pelo corte de investimentos por parte do Governo Federal, sendo extinto sem qualquer explicação ou garantia aos seus muitos usuários. A mesma matéria, inclusive, cita que no mesmo ano foi encerrado o tráfego do trem João Pessoa - Nova Cruz, entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte.

Dois anos depois, a RFFSA relatava que daria preferência aos investimentos nos transportes de carga, por considerar deficitário o transporte de passageiros em longas distâncias, conforme matéria do Diário de Pernambuco, publicada em 3 de junho de 1979⁷².

Outra publicação de 1981⁷³, na sessão de Cartas à Redação do Diário de Pernambuco, expõe a grave situação dos trens de passageiros

72 Edição do Diário de Pernambuco de 3 de junho de 1979.

73 Edição do Diário de Pernambuco de 22 de setembro de 1981.

de longa distância no Nordeste, suprimidos pela RFFSA diante da alegação da necessidade da economia de combustíveis. Na mesma matéria mencionam-se vários outros trens desativados, além do Asa Branca, como as conexões Recife-Souza e Maceió-Aracaju.

Não foi possível identificar a data exata da última viagem do Expresso Asa Branca, no entanto já não são identificados registros de sua operação no início da década de 1980.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o Expresso Asa Branca e sua curta história, permite evidenciar que a ferrovia, no Nordeste, foi mais do que uma alternativa de transporte: constituiu-se como um símbolo de modernidade, integração regional e identidade cultural. Sua circulação entre Recife e Fortaleza mostrava a viabilidade de uma conectividade ferroviária interestadual que, em um tempo não muito distante, encurtava distâncias e criava fluxos materiais e simbólicos entre cidades que hoje se encontram prejudicadas no que tange à mobilidade.

Ao buscar entender o abandono deste projeto, o contexto e a extinção de trens de passageiros que faziam funções semelhantes na região, motivado por escolhas políticas em favor do rodoviarismo e pela ausência de investimentos na malha ferroviária, é possível entender que o resultado deste processo significou não apenas a extinção de um serviço, mas também a perda de um horizonte de integração que poderia ter transformado a mobilidade regional.

Tais decisões geraram consequências profundas: o Nordeste, que já contara com ligações ferroviárias regulares entre suas capitais, passou a viver a dependência quase exclusiva do transporte rodoviário, com todos os custos econômicos, sociais e ambientais que essa opção implicou.

Ao resgatar a memória do Asa Branca, a história cumpre a função de lembrar um capítulo importante de nossa formação, o qual foi silenciado e ignorado. Refletir sobre esse trem é, ao mesmo tempo, revisitar uma experiência de modernidade ferroviária e compreender os prejuízos que sua interrupção trouxe para a mobilidade nordestina. Mais do que uma análise sobre o passado, essa reflexão contribui para o debate presente sobre os problemas estruturais de

transporte no Brasil e sobre a necessidade de pensar alternativas que retomem, em novos moldes, a conectividade que um dia já existiu, garantindo o direito a um transporte digno e acessível a toda a população.

REFERÊNCIAS

ALVES, Pedro; LIMA, Nicole. *Trem Sonho Azul: as memórias das luxuosas viagens de trem entre Fortaleza e Recife*. Metrofor, 23 abr. 2018. Disponível em: <https://www.metrofor.ce.gov.br/2018/04/23/trem-sonho-azul-as-memorias-das-luxuosas-viagens-de-trem-entre-fortaleza-e-recife/>. Acesso em: 31 ago. 2025.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história - especialidades e abordagens*. 9 ed. Petrópolis, Vozes, 2013.

CARDOSO, André Luiz Rocha. *Usos, Preservação e Patrimonialização das Estações Ferroviárias de Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, p. 141, 2021.

DAYCHOUM, Mariam Tchepurnaya. *A desestatização das ferrovias brasileiras e sua integração vertical com a carga (1992–2008)*. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) — Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPED/Dissertacao/2016/Mariam%20Tchepurnaya%20Daychoum.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2025.

DIÁRIO DE NATAL. *Vai começar a última viagem de trem entre Natal e Recife*. *Diário de Natal*, Natal, 15 mar. 1977. Edição 10256B p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/028711_02/22765 . Acesso em: 31 ago. 2025.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Expresso*. *Diário de Pernambuco*, Recife,

13 nov. 1975. Edição 307 p. 10. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/029033_15/77175 . Acesso em: 31 ago. 2025.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Peça publicitária sobre o Expresso Asa Branca*. *Diário de Pernambuco*, Recife, 16 nov. 1975. Edição 309 p. 28. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/029033_15/77261 . Acesso em: 31 ago. 2025.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Expresso Asa Branca*. *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 nov. 1975. Edição 313 p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/029033_15/77411 . Acesso em: 31 ago. 2025.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Expressos*. *Diário de Pernambuco*, Recife, 18 abr. 1976. Edição 104, p. 8. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pagfis=83469. Acesso em: 31 ago. 2025.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *RFFSA desapropria casas para construir viaduto de acesso ferroviário*. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 abr. 1976. Edição 110 p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/029033_15/83714 . Acesso em: 31 ago. 2025.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Rede cobre déficit transportando carga*. *Diário de Pernambuco*, Recife, 3 jun. 1979. Edição 148 p. A-14. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/029033_15/136506 . Acesso em: 31 ago. 2025.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Cartas à redação - Os tempos do trem*. *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 set. 1981. Edição 257 p. A-8. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/029033_16/33686 . Acesso em: 31 ago. 2025.

HISTÓRIA FERROVIÁRIA PARAIBANA. *Expresso Asa Branca*. *História Ferroviária Paraibana*, 2011. Disponível em: <https://historia-ferroviariaparaibana.blogspot.com/2011/06/expresso-asa-branca>.

html. Acesso em: 31 ago. 2025.

MANCHETE (Rio de Janeiro). *A ponte que venceu o São Francisco*. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, 1972, 1079, p. 138. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=129152>. Acesso em: 31 ago. 2025.

PAULA, Dilma Andrade de. *As ferrovias no Brasil: Análise do processo de erradicação de ramais*. In: II Congresso de Historia Ferroviária – Aranjuez, 2001. Disponível em: Acesso em: 4 jun 2022.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 367 p.

ESPAÇO, LUGAR E CIDADE: O BROTO DO JOAZEIRO

*Alex Junio Marques de Araújo*⁷⁴

ENTRE ESPAÇO E LUGAR BROTA A CIDADE

Iniciar uma reflexão sobre Juazeirinho⁷⁵ sem compreender o processo de sua constituição enquanto cidade seria negligenciar o alicerce sobre o qual se ergueram suas práticas sociais, culturais, políticas e econômicas. Uma cidade não nasce pronta: ela é, conforme destaca Henri Lefebvre (1968), uma obra coletiva, resultado de múltiplas forças históricas e sociais, da ação dos indivíduos e de suas interações, permeada por disputas e contradições que a moldam ao longo do tempo. Pensar Juazeirinho, portanto, não é apenas situá-la no mapa da Paraíba, mas sim entendê-la como um espaço socialmente construído, no qual as experiências de seus habitantes, seus modos de vida e suas memórias se inscrevem na paisagem e no cotidiano.

A compreensão de Juazeirinho demanda um olhar que remonte às suas origens, desde os primeiros povoamentos rurais, passando pela formação de fazendas e pequenas vilas, até a sua emancipação

74 Alex Junio Marques de Araújo é formado em História pela UEPB (Universidade Estadual da Paraíba) e Mestrando em História pela UFCG (Universidade Federal de Campina Grande), contato: alexdguitt60@gmail.com

75 Situada na mesorregião da Borborema e microrregião do Seridó Oriental paraibano. Limita-se a nordeste com o Seridó, a leste com Soledade, ao sul com Gurjão, a sudoeste com Santo André, a oeste com Assunção e a noroeste com Tenório. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/juazeirinho/panorama>. Acesso em: 20 jul. de 2025.

política em 1957, desmembrada de Soledade. Esse processo revela as camadas históricas que constituem a cidade: o entrecruzamento entre práticas agrícolas e pecuárias, as primeiras trocas comerciais, a religiosidade como elemento de coesão social e os vínculos familiares que consolidaram o tecido social local. A cidade nasceu de relações de vizinhança e de dependência com centros urbanos maiores, como Campina Grande e Soledade, mas ao mesmo tempo construiu uma identidade própria, marcada por sua posição estratégica na região do Cariri/Seridó paraibano.

O estudo de Juazeirinho também exige que se considere o papel da memória, pois, como afirma Ecléa Bosi (1979), a cidade não se faz apenas de estruturas materiais, mas também de lembranças, afetos e narrativas compartilhadas que dão sentido à vida em comunidade. As ruas, praças, escolas, igrejas e mercados carregam histórias que ultrapassam sua função prática, tornando-se símbolos de pertencimento e referências para diferentes gerações. Nesse sentido, compreender Juazeirinho significa analisar não apenas seus marcos físicos, mas também os modos como essas experiências são lembradas, celebradas ou ressignificadas ao longo do tempo.

Devemos entender que o espaço, local onde surge uma cidade, pode ser concebido de forma mais abstrata, representando a dimensão física ou geográfica em que eventos ocorrem, podendo ser organizado sem necessariamente possuir significado afetivo imediato. Henri Lefebvre (1974), em *A produção do espaço*, afirma que o espaço é socialmente produzido, sendo resultado de práticas, relações de poder e processos históricos. O autor distingue entre espaço percebido, espaço concebido e espaço vivido, demonstrando que o espaço urbano não é apenas físico, mas também carregado de significados sociais, econômicos e políticos, refletindo hierarquias, segregações e redes de poder.

Dessa maneira, o lugar, por sua vez, refere-se a um espaço dotado de significado social, cultural ou afetivo, onde indivíduos ou grupos constroem sentidos a partir da experiência cotidiana. Para Yi-Fu Tuan (1977), geógrafo cultural, o lugar é “espaço que foi humanizado”, ou seja, um espaço que se torna significativo por meio das relações sociais e das experiências humanas. Nesse sentido,

a história local e a memória desempenham papel central: lugares carregam memórias, sejam elas coletivas ou individuais, como argumenta Pierre Nora (1989) em sua teoria dos *lieux de mémoire*, na qual certos lugares e símbolos condensam memórias sociais e tornam-se pontos de referência identitária.

A cidade, finalmente, integra aspectos físicos e sociais, combinando ruas, praças e prédios com instituições, práticas culturais e relações econômicas e políticas. Historiadores urbanos como Antoine Prost (1992) e Lewis Mumford (1961) destacam que a cidade é um produto histórico, cujo surgimento, expansão e transformação estão relacionados a processos econômicos, sociais e culturais. Prost enfatiza a importância das instituições e da vida cívica para a configuração urbana, enquanto Mumford evidencia o papel das cidades como centros de civilização, cultura, mas também de conflitos e desigualdades. Assim, a cidade incorpora múltiplos lugares, cada um com suas memórias e funções, e produz espaço por meio de práticas, políticas e estruturas urbanas.

A relação entre espaço, lugar e cidade é, portanto, dialética. O espaço organiza e molda práticas sociais e relações de poder; o lugar confere significado e memória ao espaço; e a cidade funciona como a arena na qual ambos coexistem, produzindo identidade, memória e sociabilidade. Michel de Certeau (1980) contribui para essa compreensão ao diferenciar a cidade planejada, ou espaço de representação, da cidade vivida, resultado das práticas cotidianas, evidenciando como os cidadãos reinterpretam os espaços urbanos e os transformam em lugares de sentido.

Neste artigo, examinaremos o surgimento do município de Juazeirinho, analisando as transformações sociais, econômicas e políticas que orientaram seu desenvolvimento urbano. Serão destacados os marcos históricos e os processos que permitiram à cidade consolidar-se, evidenciando como mudanças estruturais e experiências coletivas moldaram seu território ao longo do tempo. Paralelamente, investigaremos os locais que serviam como espaços para festas e celebrações, identificando os principais eventos e a criação de lugares específicos para essas manifestações culturais. Para além dos espaços essa abordagem revela como práticas festivas e

memórias coletivas contribuíram para a construção da identidade cultural juazeirinhense. Ao integrar análise histórica, social e cultural, o artigo busca compreender não apenas o crescimento físico da cidade, mas também como os espaços e lugares foram apropriados e significados pela comunidade, oferecendo uma visão abrangente das dinâmicas que formaram Juazeirinho e consolidaram sua singularidade territorial e identitária.

LUGAR ESPAÇO E CIDADE: NASCE JUAZEIRINHO

A cidade de Juazeirinho está situada no Seridó Oriental paraibano, região de clima semiárido, a aproximadamente 200 km da capital João Pessoa. Sua origem remonta à criação de uma feira local em 4 de novembro de 1913, quando a localidade era conhecida como Joaseiro, nome que foi alterado para Juazeirinho na década de 1940. Diferentemente de muitas cidades que surgem a partir de projetos urbanísticos planejados, com ruas pavimentadas, prédios imponentes e traçados organizados, Juazeirinho desenvolveu-se de forma espontânea, distante dos grandes centros e do ritmo acelerado da modernidade urbana. Esse processo de formação ressalta como o espaço físico, inicialmente marcado pela ausência de planejamento formal, foi progressivamente apropriado e transformado pelos habitantes, tornando-se lugar por meio das experiências cotidianas, das interações sociais e da construção de memórias coletivas. Ao longo de sua história, Juazeirinho consolidou-se não apenas como um espaço geográfico, mas como um território carregado de significados, refletindo a inter-relação entre desenvolvimento urbano, práticas sociais e identidade cultural, característica que a aproxima de outras cidades do Seridó Oriental, ao mesmo tempo em que revela singularidades próprias.

De acordo com Rietveld (2013), a região onde hoje se encontra Juazeirinho começou a ser habitada entre 6 mil e 10 mil anos atrás, conforme indicam os achados arqueológicos no sítio Craubeira, com a presença de itacoatiaras, e no sítio Poço da Pedra, na chamada “Pedra Bonita”, que apresenta pinturas rupestres. Esses vestígios sugerem a ocupação humana de longa duração, marcada por práticas culturais e rituais dos primeiros habitantes. Gurjão (2021)

ressalta que esses locais foram habitados pelos grupos indígenas Cariris e Tarairiús, que desempenharam papel fundamental na configuração inicial do território, utilizando os recursos naturais disponíveis e estabelecendo padrões de ocupação que influenciariam as futuras formas de uso do espaço. A presença desses povos evidencia não apenas a antiguidade da ocupação, mas também a riqueza cultural e histórica da região, constituindo uma base para compreender o desenvolvimento posterior do município e a construção de sua identidade local.

A ocupação do território que corresponde atualmente ao município de Juazeirinho insere-se no contexto mais amplo da expansão colonial portuguesa pelo interior do Nordeste durante o período moderno. Esse processo esteve diretamente relacionado à crise da produção açucareira em meados do século XVII e à expulsão dos holandeses em 1664, acontecimentos que constituíram pontos de partida para a interiorização e o povoamento do sertão nordestino.

O processo de ocupação da região foi conduzido pelos desbravadores portugueses da família Oliveira Ledo, oriunda da cidade do Porto. Após se estabelecerem no Recife, os membros da família empreenderam uma jornada rumo ao interior da Capitania da Paraíba, alcançando a área onde mais tarde surgiria Juazeirinho. Nesse contexto, registraram uma sesmaria de aproximadamente 10.800 hectares, evidenciando o papel das concessões de terra na estruturação do domínio colonial no sertão. Paralelamente, os jesuítas atuaram na região, especialmente no atual sítio Mucutú, onde obtiveram uma sesmaria por volta de 1700, com a finalidade de prestar assistência aos portugueses (Rietveld, 2013). O principal representante da família, Teodósio de Oliveira Ledo⁷⁶, destacou-se

76 Segundo Oliveira (2012) Após a morte de seu irmão **Constantino de Oliveira Lêdo**, Teodósio foi nomeado, em 1694, **capitão-mor das fronteiras das Piranhas, Cariri e Piancó**. Esse cargo representava grande prestígio na administração colonial, pois lhe conferia autoridade militar e administrativa sobre a vasta região sertaneja. Sua missão era garantir a expansão das fronteiras, organizar os colonos e, sobretudo, enfrentar a resistência indígena, especialmente das nações Cariri, Ariú, Pegas e Panatis, que habitavam o interior da Paraíba. Teodósio ficou conhecido por ser impiedoso e sanguinário.

por sua atuação violenta contra os povos indígenas locais, a ponto de chamar a atenção do próprio rei de Portugal (Gurjão, 2021). Essa conduta evidencia um traço central da expansão luso-brasileira no interior nordestino: a expropriação violenta de territórios indígenas, frequentemente acompanhada de escravização e repressão cultural, conforme apontam Sérgio Buarque de Holanda (1995) e João Capistrano de Abreu (2000). Como observa Manuela Carneiro da Cunha (1992), os povos indígenas foram sistematicamente deslegitimados como sujeitos históricos, sendo reduzidos a obstáculos à ocupação territorial.

A trajetória da família Oliveira Ledo ilustra como a lógica colonial operou em múltiplas frentes jurídica, territorial e militar, para consolidar a presença luso-brasileira em territórios anteriormente ocupados por populações originárias. A formação de grandes propriedades, como a referida sesmaria, evidencia o papel central da violência na conformação da estrutura fundiária e social da região. O legado da família na área do Seridó paraibano é especialmente perceptível na origem do nome do município de Olivedos, formado pela junção dos sobrenomes “Oliveira” e “Ledo”. Entre seus membros, Ana de Oliveira Ledo se destacou por possuir extensas propriedades que abrangiam diversas localidades, incluindo áreas da atual Juazeirinho, consolidando assim a influência da família no processo de ocupação e organização territorial da região.

A região apresentava uma paisagem típica do agreste, marcada pelos juazeiros, pelo solo seco e pedregoso, pelos animais que habitavam o território e pelas pequenas áreas de cultivo das famílias que dependiam da agricultura e da pecuária. Nesse cenário, ainda não havia festas populares nem elementos urbanos estruturados, como ruas e praças. O cotidiano se desenrolava de forma simples, e os sons predominantes eram os do vento soprando entre as árvores e os mugidos e balidos dos animais nos campos abertos, compondo um espaço ainda em sua forma mais natural, mas já sujeito à apropriação humana.

Segundo Hermínio (2024), fazendas com nomes de árvores funcionavam como pontos de descanso para os tropeiros, destacando-se a presença desses viajantes que buscavam abrigo à sombra dos

juazeiros, fato eternizado no hino do município. Entre esses locais, a Fazenda Joaseiro desempenhou papel significativo, tornando-se um lugar de referência dentro do território, onde a circulação de pessoas e as experiências cotidianas começaram a transformar o espaço em referência social e histórica. Essa dinâmica inicial de apropriação e significação do território prenuncia a construção da identidade local e os primeiros passos rumo à organização urbana de Juazeirinho.

De acordo com a historiadora Fernandes (2022), a fundação de Juazeirinho não resultou da influência de lideranças religiosas nem da presença de paróquias, que em outros contextos frequentemente impulsionam a organização social e política de pequenas localidades. Tampouco o povoado surgiu sob o domínio dos chamados “currais eleitorais”, típicos da política paraibana do início do século XX, nos quais famílias influentes orientavam os destinos das comunidades. Suas origens estão intimamente ligadas à feira, à agricultura e ao comércio desenvolvidos nas terras dos irmãos Henrique Ferreira Barros e Manoel Ferreira Barros, evidenciando que o surgimento do povoado se deu a partir de uma lógica prática de sobrevivência e trocas comerciais.

O avanço urbano em Juazeirinho, assim como em muitas pequenas cidades do interior paraibano, ocorreu de forma relativamente tardia, refletindo um padrão comum na região. Conforme destaca o historiador Hermínio (2024) em sua monografia, a construção de estradas desempenhou papel decisivo no desenvolvimento local:

O desenvolvimento da fazenda ocorreu em decorrência da construção de estradas e do aumento populacional, resultando na sua evolução para um povoado. Residentes oriundos de diversas cidades circunvizinhas, especialmente do brejo, contribuíram para esse crescimento. Henrique de Barros, um dos pioneiros nessa transformação, construiu uma modesta residência em 1909 e doou terras para a construção de novas habitações, incentivando a fixação de novos moradores (HERMINIO, 2024, p. 28).

Essas vias não apenas facilitaram o deslocamento de pessoas e mercadorias, mas também consolidaram Juazeirinho como um ponto estratégico de comércio e sociabilidade, estimulando a criação de feiras locais e a circulação de produtos agrícolas. A chegada de novos moradores, incentivada por doações de terras e pela presença de atividades econômicas, contribuiu para a formação de um tecido social diversificado, no qual as relações familiares, comerciais e religiosas passaram a estruturar a vida cotidiana. Assim, o espaço inicialmente rural foi gradualmente apropriado e transformado em lugar significativo, dando origem aos primeiros núcleos urbanos que mais tarde constituiriam a cidade. O processo evidencia como infraestrutura, iniciativa individual e práticas coletivas se entrelaçaram para moldar Juazeirinho, demonstrando que o progresso urbano é fruto tanto da ação planejada quanto das dinâmicas sociais espontâneas da população local.

Nesse cenário, a vila emergiu sem planejamento urbano ou organização social estruturada, transformando-se gradualmente à medida que surgiam necessidades coletivas. Com o tempo, foram introduzidos elementos essenciais à consolidação de um município, como estradas, energia elétrica, automóveis e a chegada do trem. Esse processo evidencia como o espaço inicialmente desorganizado foi apropriado e moldado pelas práticas cotidianas dos habitantes, transformando-se em lugares significativos que estruturaram a vida comunitária. A expansão espontânea de Juazeirinho reflete, assim, uma dinâmica típica do interior nordestino, na qual a experiência, a interação social e as atividades econômicas configuram a cidade de forma gradual, integrando memória, identidade e desenvolvimento urbano.

A chegada dos irmãos Henrique e Manoel Ferreira Barros à região, por volta de 1907, e a aquisição da Fazenda Joaseiro foram fundamentais para o início da formação do povoado, impulsionando de maneira significativa o desenvolvimento local. Além de se estabelecerem na região, os irmãos Barros doaram terras, possibilitando que outras pessoas também fixassem residência no local. Outras famílias de destaque desempenharam papel crucial nesse processo, como a família Matias, que veio de Pocinhos em 1904 e

adquiriu a Fazenda Mucutú; os Marinheiros (Nóbrega, Pascoal e Oliveira), estabelecidos nas fazendas Mulungu e Maravilha; a família Vital, oriunda de Lagoa de Roça em 1906; e a família Felismino da Costa Nogueira, que chegou de Alagoa Grande em 1908 e se fixou na Fazenda Aroeiras.

Dentre os membros dessas famílias, Manoel Vital, José Felismino, José Batista de Azevedo e Avelino José são considerados pioneiros na consolidação do povoado, contribuindo para a criação da feira e a construção das primeiras residências, tópicos que serão detalhados posteriormente. Já as famílias Marinheiro e Matias se destacaram especialmente no âmbito político, influenciando os rumos da comunidade e participando ativamente da organização social do povoado.

Apesar de enfrentar períodos de seca em determinados anos, as fazendas da região prosperavam, tornando-se pontos de atração para novos moradores e consolidando gradualmente a ocupação do território. Esse dinamismo econômico não apenas incentivava a fixação de famílias, mas também promovia a criação de lugares de encontro e interação social, como a primeira feira e pequenos centros de comércio, que estruturavam a vida comunitária. Conforme destaca o MOBRAL, o crescimento dessas propriedades foi determinante para o fortalecimento da localidade, marcando os primeiros passos na formação de um povoado que, aos poucos, transformaria o espaço natural em um território socialmente significativo e historicamente constituído.

Nas fazendas da região prosperava a criação de gado bovino, caprino e ovino. Os agricultores, por sua vez, exploravam a cultura do milho, feijão e algodão. O excedente dessa produção proporcionava ser comercializado, surgindo assim, a ideia de uma feira local, visto que a de Soledade ficava a uma distância de quatro léguas, acarretando sérias dificuldades para o deslocamento da mercadoria, face à ausência de transporte motorizado (MOBRAL 1985, p.10)

Antes de Juazeirinho se tornar cidade, a região destacava-se economicamente pelo cultivo de produtos como feijão, milho, algodão⁷⁷ e outros gêneros alimentícios, além da criação de gado, caprinos e ovinos. O excedente dessa produção incentivou a ideia de criar uma feira própria, capaz de organizar a circulação de mercadorias e fortalecer o comércio local. No entanto, a localidade ainda estava politicamente vinculada a Soledade, sendo necessário solicitar autorização para a realização da feira ao então coronel e prefeito da cidade, Claudino Alves da Nóbrega, por meio de uma carta oficial. Segue o documento:

Os abaixo-assinados moradores no lugar Joazeiro e deste município tendo em vista o desenvolvimento do mesmo Joazeiro, e sendo bastante distante não só desta vila como de outras povoações, dificultando assim a assistência dos moradores as feiras mais vizinhas, vem requerer a V. Sa. Uma licença para fundação de uma feira naquele lugar, uma vez que só pode trazer grande vantagem para este município, como seja maior desenvolvimento e por conseguinte maior renda. Os suplicantes tendo por fim único o desenvolvimento do lugar uma vez que a feira nenhum encargo traz para o município e que mais tarde virá a ser uma das principais artérias financeiras deste município. Espero que procedidas nas diligências que forma de lei sejam-lhe concedidas respectiva licença, com isenção dos impostos durante o primeiro ano de sua fundação. Joazeiro 27 de Outubro de 1913. José Felismino da Costa Nogueira. Pedro Ferreira de Barros. José Baptista de Azevedo. Manoel

77 O algodão foi um dos principais produtos cultivados na região, sendo inclusive um dos produtos transportados pelos tropeiros. O algodão foi tão importante que está presente na bandeira do município.

Vital Filho. Avelino José dos Santos. João da Cunha Moreno.

Após a solicitação o prefeito respondeu a carta em apenas três dias, a única exigência do coronel foi que a feira ocorresse às terças-feiras, para não competir com a feira de Soledade, que acontecia nas segundas:

Achando justas as alegações por peticionários, concedo a licença requerida e designo o dia de terça feira de cada semana para ter lugar a feira no lugar Joazeiro deste município. Soledade 30 de Outubro de 1913. O prefeito Claudino Alves da Nóbrega

A feira de Juazeirinho foi oficialmente criada em 4 de novembro de 1913, data que até hoje é comemorada como o aniversário da cidade. Segundo relatos, a feira ocorria sob a sombra simbólica de um juazeiro, árvore situada às margens da atual BR-230 ou próxima ao açude velho. Outros pesquisadores, como Abílio César de Oliveira (1963), situam sua localização original em uma área chamada Lagoinha, pertencente a Joaquim Marinheiro, enquanto Rietveld (2013, p. 183) descreve a primeira feira livre como ocorrendo “debaixo de uma latada coberta de mato denominada mata-fome e de outras palhas de árvores da região caririzeira”.

A partir da feira, Juazeirinho ganhou vitalidade e consolidou-se como um ponto estratégico, praticamente no centro da Paraíba. Fernandes (2022) destaca que a fundação e o crescimento inicial da cidade podem ser explicados pela ação de três agentes fundamentais: os fazendeiros e comerciantes, a feira e os tropeiros. O fluxo de pessoas aumentou também em função do declínio de centros políticos e econômicos, como Areia e Alagoa Nova, marcados por conflitos entre coronéis, o que motivou a migração de comerciantes para localidades em ascensão, como Joazeiro (Rietveld, 2009). Dessa forma, a feira funcionou não apenas como espaço de comércio, mas como lugar de sociabilidade, promovendo encontros, trocas de informações e saberes.

A presença da religião também se destacou nesse processo de desenvolvimento. Em 1914, foi construída a primeira capela, outro local central de encontro, agora voltado à fé. O santo padroeiro escolhido foi São José, provavelmente por dois motivos: o nome do padre da época e o fato de que três das pessoas que solicitaram a criação da feira também se chamavam José.

Desde seus primeiros anos, o lugarejo demonstrava ambição de modernidade. Em 1920, foi inaugurado o telégrafo, operado por Izabel Fernandes Benevides, primeira telegrafista local. Na arquitetura, o Sobrado de José Felismino, construído entre 1923 e 1926, evidencia a influência do ecletismo. O sobrado preserva parte de suas características originais e funcionou como palco para discursos políticos, residência de um prefeito, consultório odontológico, cinema, bar, coletoria e, por muitos anos, como a antiga Difusora, espaço central na vida cultural e social da cidade.

Antes de se tornar uma cidade emancipada, Juazeirinho já demonstrava sinais de modernidade. Além da construção do Sobrado de José Felismino, outro indicador desse desejo por progresso foi a criação do primeiro jornal local, o *Correio Joazeiro*, em 1931, que trouxe informação e conectividade para os habitantes do povoado. A educação também se configurou como um importante lugar de sociabilidade: segundo Costa (2012), uma das primeiras professoras foi Josefa Heleno da Silva, conhecida como D. Zefita, nascida em 1916 no próprio povoado. Aos 16 anos, iniciou sua trajetória como professora, incentivada por D. Ziziu, a primeira educadora da localidade. O espaço de ensino não possuía estrutura formal inicialmente; D. Zefita lecionava em sua própria casa, construída em 1910 por seu irmão Joaquim Jorge de Maria, que, além de residência, funcionava como sala de aula. A casa passou por reformas, mas ainda preserva as iniciais do construtor, JM, simbolizando a memória material do lugar e a preservação da história familiar e comunitária.

As transformações socioculturais do povoado foram acompanhadas pelo fortalecimento do carnaval local, que desde o final da década de 1910 integrava o calendário festivo. O carnaval representava a primeira festa profana da comunidade, constituindo um

lugar de sociabilidade e expressão cultural, onde memórias coletivas começaram a se formar. Com o tempo, novas tradições surgiram, incluindo a mudança do nome da cidade, que de Joaseiro passou a se chamar Juazeirinho na década de 1940. As motivações para a alteração ainda apresentam lacunas históricas; enquanto alguns afirmam que se tratou de evitar confusões com outras localidades homônimas, outros defendem que teria sido uma forma de ironia do prefeito de Soledade, cidade à qual o povoado pertencia. Entre as décadas de 1950 e 1960, documentos mostram que o nome Joazeirinho ainda era usado em convites para o carnaval, indicando uma transição gradual na identidade toponímica da cidade (Fernandes, 2022). A mudança do nome e a consolidação de festas, jornais e escolas reforçam a construção de uma memória coletiva que distingue Juazeirinho de outras localidades e contribui para a formação de uma identidade própria.

O crescimento da população no final da década de 1920 também impulsionou a construção da Igreja Matriz, iniciada pelo padre Bethamio em 1929 e concluída em 1945 pelo padre Virgínio. Esse edifício, além de espaço religioso, consolidou-se como lugar de encontro e de memória comunitária, evidenciando a expansão e multiplicação dos espaços sociais na cidade. A igreja tornou-se ponto de referência simbólica, preservando práticas, tradições e crenças que reforçaram a identidade coletiva dos habitantes.

A década de 1950 foi marcante para Juazeirinho. Em 1956, surge a primeira orquestra. De acordo com Batista (2013), o objetivo era abrilhantar as festas locais e dar origem à Escola de Música e Banda São José em 1961, evocando o santo padroeiro do município. A música passou a ocupar um papel central na memória cultural do povoado, articulando gerações e reforçando o sentimento de pertencimento.

A chegada do trem a Juazeirinho, em 1957, marcou um momento decisivo para o desenvolvimento econômico, social e cultural do município. A ferrovia trouxe consigo produtos industrializados, como alimentos enlatados, utensílios domésticos e equipamentos até então desconhecidos na região, transformando hábitos cotidianos e ampliando a circulação de mercadorias e pessoas. Para

a população, o trem não representava apenas transporte; era um evento que mobilizava a comunidade, simbolizando progresso e modernidade. Imagens de moradores bem vestidos aguardando a locomotiva refletem a expectativa coletiva e reforçam a memória afetiva associada a esse marco histórico. A presença do trem também estimulou a consolidação de novos lugares de sociabilidade, pois a movimentação de pessoas e mercadorias favoreceu o comércio local e o encontro entre viajantes e residentes. Assim, o trem funcionou como um vetor de transformação urbana e social, tornando-se parte integrante da identidade de Juazeirinho e da memória coletiva da cidade, lembrado não apenas pelo impacto econômico, mas também pelo seu papel na construção de narrativas e símbolos comunitários que atravessam gerações. Segundo Santos (2024), o trecho ferroviário que alcançou Juazeirinho foi a primeira etapa de um ramal maior que ligava Campina Grande a Patos, com a inauguração da linha Campina Grande–Juazeirinho em 1957, seguida da extensão até Patos no ano seguinte. Esse marco representou um avanço significativo para o desenvolvimento regional.

A construção desse novo ramal ferroviário possibilitava o escoamento da produção da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará pelo porto de Recife, além de fazer a conexão (via trem) com as seguintes capitais: Maceió, Recife, João Pessoa, Fortaleza e Natal. A expansão ferroviária em um período em que o modal rodoviário estava se consolidando se dá por alguns fatores, entre os quais podemos citar o interesse econômico e político (SANTOS, 2024, p. 75).

Mais do que simplesmente ligar cidades, a ferrovia trouxe oportunidades econômicas, sociais e culturais. Romão Júnior (2013) destaca que a chegada do trem provocou mudanças no cotidiano da população local, refletidas inclusive na moda: os moradores começaram a imitar o vestuário dos viajantes e o uso de batom se tornou mais frequente, influenciado pelas mulheres que desembarcavam

nas estações. Assim, a ferrovia não apenas dinamizou o comércio e o transporte de mercadorias, mas também contribuiu para a circulação de ideias, costumes e referências culturais, tornando-se um elemento transformador na vida de Juazeirinho.

No mesmo ano, Juazeirinho conquista sua emancipação política através da Lei nº 1.747, separando-se de Soledade e assumindo autonomia administrativa. A transferência da sede municipal, prevista na Lei Estadual nº 1.164 de 1938, já indicava o desenvolvimento do lugar e a transformação do povoado em cidade. A emancipação possibilitou maior acesso a recursos estaduais e federais, promovendo crescimento populacional e econômico, ampliando a circulação de produtos e fortalecendo o comércio local. Esses avanços contribuíram para que a cidade se configurasse como espaço urbano significativo, onde memória e identidade passavam a ser continuamente produzidas.

O desenvolvimento dos espaços de sociabilidade acompanhou essas transformações. Na década de 1950, o Joazeiro Clube, fundado por João Vital Guedes, reuniu famílias da elite local para eventos festivos, como carnaval, aniversários e desfiles. Outros locais, como a Praça Antônio Marinheiro (atualmente Praça São José), o Grupo Escolar Xavier Júnior e a Prefeitura, abrigavam festas de São João e outras celebrações comunitárias (Fernandes, 2022). Clubes como o Clube dos Motoristas, Voz da Liberdade e Clube Recreativo e Educativo de Juazeirinho também organizaram carnavais, consolidando tradições festivas e promovendo encontros sociais, reforçando a memória coletiva e criando laços de pertencimento entre os habitantes.

O Mercado Público, inaugurado em 1962, consolidou-se como o principal ponto de comércio e sociabilidade do centro da cidade. Além de feira diária, o espaço recebeu encenações, festas, cinema e formaturas, substituindo gradualmente o Joazeiro Clube para eventos maiores (Silva, 2012). Na década de 1960, empreendimentos como o Motta Som e o Skema ampliaram ainda mais as possibilidades de lazer, festas e eventos culturais, mostrando como os espaços urbanos foram sendo adaptados às demandas da população e transformando-se em lugares de memória afetiva.

Assim, o processo de formação de Juazeirinho evidencia a articulação entre espaço, lugar e cidade, em que a apropriação do território, a criação de lugares de sociabilidade e as experiências coletivas moldaram a identidade cultural local. Memórias e práticas sociais, como festas, educação, comércio, religião e música, transformaram o espaço físico em lugares significativos, consolidando a cidade como núcleo de interação social, cultural e econômica. A história dos locais de sociabilidade e dos eventos festivos revela não apenas o crescimento urbano, mas também a construção contínua de memórias coletivas que atravessam gerações, reforçando a identidade juazeirinhense e tornando os lugares símbolos vivos da história local.

CONCLUSÃO

A trajetória histórica de Juazeirinho revela a complexidade de um processo de construção urbana que transcende a simples ocupação física do território. Ao analisar o surgimento e a consolidação da cidade, observa-se que Juazeirinho não se constituiu a partir de um planejamento formal ou de imposições centralizadas, mas sim pela ação cumulativa de indivíduos e famílias pioneiras, pelo estabelecimento de feiras, pelo deslocamento de tropeiros e pelo florescimento de práticas cotidianas que transformaram o espaço em lugar significativo. Esse processo evidencia a relação dialética entre espaço, lugar e cidade, na qual o território geográfico se humaniza através de experiências, memórias e práticas sociais compartilhadas.

A cidade emergiu, assim, como produto de uma interação constante entre forças econômicas, políticas e culturais. A organização das primeiras feiras, o cultivo agrícola e a criação de gado configuraram o espaço econômico, enquanto a construção de igrejas, escolas, clubes e residências proporcionou lugares de sociabilidade, identidade e memória coletiva. Instrumentos de modernidade, como o telégrafo, o trem e a imprensa local, atuaram como vetores de transformação, conectando Juazeirinho a circuitos regionais e ampliando a circulação de informações, bens e pessoas.

Ao mesmo tempo, a história de Juazeirinho reflete as tensões

do passado colonial e da interiorização nordestina, marcada pela apropriação violenta de terras, pela consolidação de grandes propriedades e pela exclusão das populações indígenas originais. Essa dimensão histórica evidencia que a formação da cidade não é neutra, mas atravessada por relações de poder, desigualdades sociais e conflitos territoriais, cujas repercussões moldaram estruturas fundiárias, práticas sociais e identidades locais.

A análise dos espaços de sociabilidade, desde as primeiras feiras até o mercado público, clubes e eventos culturais, demonstra como Juazeirinho construiu lugares significativos, carregados de memória e afetos. A apropriação simbólica desses espaços consolidou a identidade cultural juazeirinhense, conferindo à cidade coesão social e sentido de pertencimento para seus habitantes. Festas, celebrações religiosas, atividades educativas e culturais não apenas estruturaram o cotidiano, mas também funcionaram como mecanismos de produção e preservação da memória coletiva, transformando o espaço físico em lugar vivido.

Portanto, a cidade de Juazeirinho exemplifica o caráter histórico, social e cultural do processo urbano: sua constituição é inseparável das práticas cotidianas, das relações econômicas e políticas, das trocas culturais e das memórias que atravessam gerações. Juazeirinho não é apenas um espaço geográfico; é um território socialmente construído, no qual a memória, a identidade e a experiência coletiva se entrelaçam para formar uma cidade singular, resultado da convergência entre ação humana, história e cultura. Em última instância, compreender Juazeirinho é reconhecer que a cidade se constrói continuamente, na interseção entre espaço, lugar e memória, permanecendo viva enquanto reflete e reproduz a história de seus habitantes.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Naara Selomith de Assis. Ao som da história: arte e juventude através da banda de música São José na cidade de Juazeirinho (1950 - 1970). In: RIETVELD, João Jorge (Org.). *Um Juazeiro que floresce: trezentos e quarenta e sete acadêmicos de Juazeirinho*

(1913 - 2013) – 1. ed. – Campina Grande - PB: Maxgraf -Gráfica e Editora, 2013.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças, afetos e identidades*. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 – Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1980.

COSTA, Kiara Tatianny Santos da. *Entre casas e instituições Escolares: a educação em Juazeirinho – PB nas vozes das educadoras pioneiras (1950-1973)*.

FERNANDES, Jamilly Jessica Martins. *Entre memória e esquecimento: os antigos carnavais de rua da cidade de Juazeirinho-PB (1950-1970)*. Campina Grande, 2022.

Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - Paraíba. *Livro do Município de Juazeirinho*. João Pessoa: Gráfica J.B. Ltda, S/d, 100 p.

GURJÃO, Eliete de Queiroz; LIMA, Damião de (Org.). *Estudando a História da Paraíba: uma coletânea de textos didáticos*. 5. ed. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB), 2021.

HERMINIO, Pedro Augusto Barbosa. *Sob a sombra da **árvore** frondosa: um estudo sobre o patrimônio material e sua preservação na cidade de Juazeirinho-PB*. 2024.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. São Paulo: Editora UNESP, 1974.

LEFEBVRE, Henri. *A sociedade cotidiana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1968.

MUMFORD, Lewis. *Acidade na história: suas origens, transformações*

e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1961.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1989.

PROST, Antoine. *História urbana e instituições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RIETVELD, Padre João Jorge; HENRIQUE, José Aellyson da Silva (org.). *Um Juazeiro que Floresce: Trezentos e Quarenta e Sete Acadêmicos de Juazeirinho (1913-2013)*. 1. ed. Campina Grande-PB: Max-graf- Gráfica e Editora, 2013.

SANTOS, Jessica Kaline Oliveira. *O trem passou por aqui: declínio, privatização e abandono da Estação Ferroviária de Campina Grande-PB (1998-2019)* [livro eletrônico] / Jessica Kaline Oliveira Santos. – Campina Grande: EDUFCG, 2024.

SANTOS JUNIOR, Gilvan Herminio dos. *Patrimônio histórico, memória e esquecimento em Juazeirinho-PB (1980-2000)* [manuscrito] / Gilvan Herminio dos Santos Junior. - 2021.

SILVA, Izabelle Trajano da. *O espaço comercial de Juazeirinho-PB: a dinâmica dos comércios fixos e periódicos de confecções em uma pequena cidade*. 2012

TUAN, Yi-Fu. *Space and place: the perspective of experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

ENTRE O TRÁFICO E O BATISMO: DEMOGRAFIA, IDENTIDADE ÉTNICA E RESISTÊNCIA DOS POVOS AFRICANOS NA FREGUESIA DE SANTANA DO CATU, 1800 A 1850

*Sandi Ísis Santana dos Santos*⁷⁸

INTRODUÇÃO

Este artigo constitui-se a partir do segundo capítulo da dissertação de mestrado intitulada *Composições matrimoniais, familiares, afetivas e de compadrio dos africanos e afrodescendentes escravizados na Freguesia de Santana do Catu, 1800 a 1850: um olhar interseccional*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) em 2024.

A análise da população escravizada no Brasil entre os séculos XVIII e XIX exige mais do que um enfoque demográfico: implica compreender as dimensões sociais, culturais e identitárias que marcaram a experiência africana nas Américas. Este artigo investiga os registros de batismo da Freguesia de Santana do Catu (Bahia), entre 1800 e 1853, com o objetivo de reconstruir perfis étnicos, distribuição por gênero, práticas matrimoniais e redes de compadrio e apadrinhamento — elementos fundamentais na constituição de estratégias de sobrevivência e resistência no interior do sistema escravista.

78 Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Mestra em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Doutoranda em História Social no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Ao lançar mão da demografia histórica como ferramenta metodológica, buscamos dialogar com uma historiografia já consolidada sobre escravidão, família, tráfico atlântico e religiosidade (Slenes, 1999; Klein, 2006; Luna & Klein, 2005; Florentino, 1995; Schwartz, 2001). A documentação paroquial, especialmente os livros de batismos, casamentos e óbitos, permite reconstruir as formas de sociabilidade que moldaram o cotidiano da população cativa. Nessa perspectiva, o batismo funcionava não apenas como rito religioso e registro de posse, mas também como espaço de articulação de laços sociais — especialmente através do compadrio, das escolhas de padrinhos e madrinhas e das estratégias familiares.

A análise dos dados da freguesia revela também a centralidade das mulheres negras na formação de famílias e redes de apoio, apesar das limitações impostas pelo cativeiro. Considerando que o cristianismo era a religião oficial do Estado, os sacramentos funcionavam como mecanismos de integração religiosa e controle social, mas também como arenas de agência e negociação simbólica. A formalização das uniões e a presença de africanos de diferentes grupos étnicos apontam para a pluralidade cultural e para a recriação de identidades no contexto baiano da primeira metade do século XIX.

“Queres lavar a tua alma com agoa santa?

Queres comer o sal de Deos?

Botas fora de tua alma todos os teus peccados?

Não has de fazer mais peccados?

Queres ser filho de Deos?

Botas fora da tua alma o demônio?

(Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, 1707)

Ao responder afirmativamente às perguntas do sacerdote no momento do batismo, o indivíduo escravizado rejeitava simbolicamente sua “vida passada”, considerada pagã pela Igreja. Ainda assim, havia casos em que o ritual era realizado mesmo sem o domínio da língua portuguesa por parte do batizando. Em Sergipe, conforme mostra Joceneide dos Santos (2021), crianças africanas com menos de dez anos

não tinham o direito de recusar o batismo, sendo este frequentemente promovido pelos senhores. A autora destaca o caso de Antônio, de nação angola, batizado logo após sua chegada a São Cristóvão, e menciona, com base em Koster, que muitos recém-chegados ansiavam pelo batismo como uma forma de inserção simbólica na nova sociedade.

Fosse africano ou nascido no Brasil, o cumprimento dos preceitos cristãos e a participação nos sacramentos ofereciam vantagens simbólicas e práticas, permitindo ao cativo certa legitimidade dentro dos limites impostos pela condição jurídica.

O banco de dados elaborado nesta pesquisa inclui variáveis como data e local do batismo, nome, idade, nação, cor, filiação (quando disponível), padrinhos (com sua origem e status jurídico), senhores, párocos e freguesias de residência. Embora a legislação eclesiástica, baseada nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), orientasse a coleta dessas informações, na prática, muitos registros apresentam lacunas — como ausência de idade, origem ou nome dos pais —, revelando falhas ou subjetividades dos escrivães.

Entre 1802 e 1854, foram contabilizados 5.659 registros sacramentais, dos quais 1.945 referem-se a batismos de pessoas escravizadas. Aproximadamente 33% eram africanos, enquanto os crioulos, filhos de um ou ambos os pais africanos nascidos no Brasil, representavam cerca de 37%. Esses dados dialogam com os achados de Joceneide dos Santos (2021) em Santo Amaro (Sergipe), onde, entre 1816 e 1829, 40,91% dos batizados eram africanos e 21,85% crioulos — evidência da persistente presença africana em regiões do interior, mesmo após o auge do tráfico atlântico.

Tabela 1: Origem dos escravizados batizados na Freguesia de Santana do Catu, 1802-1853.

Origem	#	%
Brasil	1.309	66,7
África	636	32,7
Total	1.945	100

Fonte: Livros de Batismos da Freguesia de Santana do Catu, 1802-1853.

Disponível em: <https://www.familysearch.org>

Conforme demonstrado na Tabela 1, a taxa de natalidade na Freguesia de Santana do Catu foi expressiva entre 1800 e 1853. Aproximadamente um terço da população escravizada era de origem africana, o que evidencia tanto o impacto do tráfico quanto o crescimento vegetativo local — sinal de um processo claro de crioulação ao longo do século XIX.

Nos registros paroquiais, os termos “crioulo”, “mulato”, “pardo” e “cabra” foram utilizados para classificar os nascidos no Brasil segundo nuances de cor e ancestralidade. Segundo Barickman (2003), “pardo” era uma categoria ampla para afrodescendentes mestiços, enquanto “cabra” referia-se à descendência específica entre negro e pardo. A predominância de crioulos, seguida por pardos (19%) e cabras (3%), indica a consolidação de uma população majoritariamente afrodescendente, nascida localmente, e confirma a reprodução social dos escravizados.

Quanto à origem étnica dos africanos, os grupos Nagôs, os identificados como “da Mina” ou “da Costa”, e os de Angola foram os mais recorrentes. Apesar da lacuna nos registros — cerca de 14% aparecem apenas como “africanos” —, os Nagôs se destacam com quase 10% do total de africanos batizados. Já os nascidos em Santana do Catu somavam 67%, reforçando a tendência de regeneração interna da população escravizada.

A omissão de dados sobre cor e nação, também observada em estudos como o de Joceneide dos Santos (2021), reflete a subjetividade dos registros eclesiásticos. Além disso, como destaca a historiografia, as classificações étnicas variavam conforme interesses diversos: traficantes, senhores, religiosos e até os próprios africanos mobilizavam as categorias de “nação” de maneira estratégica. Em muitos casos, essa diversidade foi explorada para evitar coesão entre os cativos, funcionando como instrumento de controle e desarticulação de possíveis resistências coletivas.

Tabela 2: Nação dos africanos/as escravizados/as batizados na Freguesia de Santana do Catu, 1802-1853.

Nação/Etnia	#	%
Nagô	171	8,8
Cassanje	1	0,1
Jeje	23	1,2
Angola	17	0,9
Tapa	9	0,5
Haussá	10	0,5
Congo	8	0,4
Benguela	2	0,1
Cabinda	7	0,4
Costa ou Mina - Costa da Mina	44	2,3
Moçambique	1	0,1
Não se aplica	1304	67,0
"Africana"	268	13,8
Não identificado	80	4,1
Total	1945	100,0

Fonte: Livros de Batismos da Freguesia de Santana do Catu, 1802-1853.

Disponível em: <https://www.familysearch.org>

Atualmente, a historiografia organiza os etnônimos africanos com base nas principais zonas de incidência do tráfico atlântico: África Centro-Occidental, Oriental e Occidental (Florentino, 1995; Karasch, 2005). A primeira corresponde às regiões do norte de Angola e sul do Zaire, onde se localizavam os bacongus, também identificados nos registros como "congus". Os termos "cassanje" ou "cassange" referem-se a um conhecido entreposto escravagista no vale do rio Caçanje, próximo a Luanda, enquanto os "benguelas" provavelmente pertenciam ao grupo ovimbundu.

A África Oriental incluía áreas do atual Moçambique, Maláui, Tanzânia e nordeste da Zâmbia. Os africanos classificados como "moçambiques" poderiam ter origem em grupos como os macuas ou iaôs (Mattos, 2006). Já a África Occidental abarcava a Costa da

Mina, Costa do Ouro e as baías de Benin e Biafra, de onde vieram grupos como nagôs (iorubás), jejes (ewes), minas (tshi), haussás, tapas e outros, com forte presença na Bahia (Oliveira, 1997; Mattos, 2006).

Termos como “mina” e “jeje” eram usados de maneira abrangente nos registros coloniais. “Mina”, por exemplo, podia incluir diferentes grupos da região entre o atual Benim e Gana. Já “jeje” designava povos da área do antigo Daomé, como os ajas-fons, estendendo-se aos gun de Porto Novo.

No entanto, na Freguesia de Santana do Catu, os registros de batismo raramente indicam a origem étnica dos pais dos batizados africanos, limitando-se a expressões genéricas como “africano” ou “africana”. Isso contrasta com outras regiões, como Mangaratiba, onde a origem dos pais era frequentemente mencionada (Andrade, 2008). A ausência desses dados pode indicar desinteresse por parte dos párocos ou senhores em registrar a diversidade étnica, talvez por desconhecimento ou por julgarem irrelevante para o controle social.

A predominância de determinadas “nações” nos registros parece estar menos relacionada a preferências culturais dos compradores e mais às conjunturas africanas — conflitos internos, alianças regionais e acessos estratégicos aos portos atlânticos — que facilitavam o aprisionamento e o embarque de certos grupos (Florentino, 1995).

A Tabela 3 demonstra a distribuição por sexo entre os africanos batizados, destacando uma maioria masculina. Essa tendência, observada também no Recôncavo baiano (Barickman, 2003), pode estar associada ao tipo de lavoura praticada na região, como cana-de-açúcar, fumo, algodão e produção de aguardente, que exigiam força física e, portanto, demandavam mais mão de obra masculina.

Tabela 3: Origem e Sexo dos escravizados batizados na Freguesia de Santana do Catu, 1802-1853.

Masculino		Sexo do Escravizado			Total
		Feminino	Não informado		
Origem do	Brasil	719	589	1	1309
Escravizado	África	431	205	0	636
Total		1150	794	1	1945

Fonte: Livros de Batismo da Freguesia de Santana do Catu, 1802-1853.

Disponível em: <https://www.familyseach.org>

A quantidade de homens e mulheres escravizados poderia variar de acordo com o engenho e o tipo de atividade exercida. A historiografia tem evidenciado que, na produção de açúcar, predominava a presença masculina. O escravizado era identificado como viril, destemido, ousado e capaz de enfrentar todos os perigos. A menor participação feminina nos canaviais relacionava-se diretamente à imagem construída da mulher como frágil e pouco resistente ao trabalho árduo. Essa diferenciação se sustentava no padrão de masculinidade que estabelecia os papéis e funções sociais atribuídos aos homens, especialmente em atividades que exigiam esforço físico como o corte da cana, a exposição à fuligem gerada pela queima dos canaviais e o contato constante com as palhas cortantes, que feriam o corpo e tornavam o cotidiano do trabalho extremamente penoso (Dos Santos, 2015).

Essa composição de gênero no trabalho escravo canavieiro reflete não apenas as imposições do trabalho físico, mas também os papéis sociais e culturais vinculados à masculinidade e à feminilidade no período colonial. Como ressalta Stuart Schwartz (2010), o corpo masculino era simbolicamente associado à força e à resistência necessárias para os trabalhos pesados, reforçando uma construção social de gênero que restringia as mulheres às atividades domésticas ou menos extenuantes.

Por outro lado, estudos recentes têm demonstrado que essa divisão não era absoluta e que as mulheres escravizadas, mesmo

excluídas dos canaviais em larga escala, desempenhavam papéis essenciais na economia doméstica e na reprodução social das comunidades cativas, conforme enfatiza Sidney Mintz (1985) na sua análise sobre as dinâmicas de gênero na escravidão.

Além disso, a baixa taxa de reprodução natural entre as escravizadas, apontada por Schwartz (2011), reflete não só as condições de vida adversas e o trabalho extenuante, mas também as estratégias de controle e coerção impostas pelas instituições escravistas que visavam limitar a autonomia reprodutiva das mulheres negras.

Ademais, é provável que as mulheres escravizadas não tivessem um índice de reprodução suficiente para garantir o crescimento natural da população cativa, o que tornava indispensável a reposição constante por meio do tráfico de escravizados (Schwartz, 2011, p. 297).

Retornando à análise da Tabela 3, observamos que, entre os homens adultos africanos batizados no período de 1826 a 1831, houve predominância da nação Nagô, seguidos pelos Jeje, Angola e Mina. Em Mangaratiba, até 1813, os angolanos eram a maioria entre os africanos escravizados, mas a partir de 1814, os oriundos da Guiné passaram a predominar (Andrade, 2008, p. 2). Já segundo a análise de Joceneide dos Santos, o território sergipano recebeu expressivo número de africanos provenientes da Bahia, o que talvez explique a menor incidência de africanos angolanos na Freguesia de Santana do Catu (Santos, 2021).

Essa variação é coerente com as transformações dinâmicas do tráfico atlântico, marcado por diferentes ondas de captura e distribuição de grupos étnicos africanos, cada um carregando consigo suas línguas, culturas e práticas sociais específicas. Como destacado por John Thornton (1998) e Richard Reid (2002), os processos de criouliização no Brasil colonial envolviam a negociação constante dessas identidades, onde grupos como os nagôs e jejes tentavam preservar elementos culturais em meio à dispersão e repressão.

É importante ressaltar que essa heterogeneidade etnolinguística influenciava diretamente as formas de sociabilidade e estratégias de resistência dentro das comunidades cativas, especialmente por meio do batismo, do compadrio e dos laços de parentesco espiritual, como discutiremos a seguir.

Nos registros da freguesia, era mais comum a identificação apenas da mãe do batizando, sendo este registrado como “filho natural de”. A Tabela 3, referente à legitimidade e ilegitimidade, mostra que mais de 50% das crianças nascidas eram oriundas de uniões consensuais. O índice de legitimidade entre os batizados, isto é, filhos de pais legalmente casados, foi de apenas 10,1%, o que indica que parte significativa da população cativa não estava alheia aos costumes religiosos, mas encontrava-se à margem do matrimônio formal. Esse dado revela um panorama complexo das relações familiares nas comunidades escravizadas, que não podem ser interpretadas apenas a partir da lógica patriarcal e das normas coloniais europeias. Como mostram estudos de Renato Ortiz (2020) e Sandra Carula (2022), as mulheres escravizadas muitas vezes eram privadas de exercer plenamente a maternidade devido à sua exploração enquanto amas de leite e cuidadoras das crianças brancas, o que impactava diretamente nas configurações familiares e na legitimidade social dos filhos.

Todavia, mesmo em meio a essas adversidades, as redes de solidariedade materna e a maternagem entre mulheres negras escravizadas garantiram a sobrevivência de vínculos afetivos e sociais, reafirmando o papel central da mulher negra na reprodução das comunidades africanas no Brasil colonial.

Sobre o termo “filho natural”, Luna e Klein esclarecem que sua presença nos assentos de batismo indicava que os pais não tinham impedimentos canônicos para se casar, embora não o tivessem feito (Luna & Klein, s.d., p. 249). Robert Slenes, em *Na senzala, uma flor*, observou que os índices de nupcialidade entre cativos eram mais elevados em regiões de plantation. Considerando que a freguesia de Santana do Catu não apresentava uma economia de plantation em larga escala, predominando médias e pequenas propriedades, é possível que tais condições tenham favorecido o número elevado de uniões consensuais, em detrimento dos casamentos sacramentados (Slenes, s.d., p. 77–80).

A historiadora Maria Emília Vasconcelos dos Santos, ao estudar os processos judiciais em Ipojuca e Escada, na Mata Sul de Pernambuco, entre os anos de 1885 e 1893, delineou o perfil dos

trabalhadores nos canaviais e confirmou a predominância masculina. Dos 158 trabalhadores registrados, 130 eram homens e apenas 28 mulheres. A autora ainda destaca que esse desequilíbrio entre gêneros variava de acordo com o tamanho dos engenhos. Embora os censos de 1872 e 1890 apontassem um equilíbrio numérico entre homens e mulheres nos municípios mencionados, os processos judiciais revelam que o trabalho nos canaviais era majoritariamente exercido por homens — e isso se manteve mesmo durante o crescimento do tráfico interno e após o fim do tráfico internacional de escravizados (Santos, 2015, pp. 2–4).

Apesar disso, é importante refletir sobre a forma como a história tem representado as mulheres negras, especialmente as escravizadas. Frequentemente, seus papéis são narrados a partir de uma perspectiva que ignora sua capacidade de resistência, luta e articulação política, limitando-se a retratá-las como figuras passivas (Reis, 2019). Como ressalta Kimberlé Crenshaw (1989) ao desenvolver o conceito de interseccionalidade, as opressões baseadas em raça, gênero e classe se sobrepõem e interagem, produzindo experiências específicas para mulheres negras. O trabalho de João Reis (2019) reforça essa abordagem, evidenciando como a historiografia tradicional frequentemente desconsiderou as formas de resistência política e social das mulheres escravizadas, perpetuando estereótipos que as reduziram à passividade.

Mais recentemente, estudiosas como Djamila Ribeiro (2017) e bell hooks (2000) têm destacado a importância de reconhecer a agência das mulheres negras no enfrentamento do racismo e do sexismo, ressaltando que essas mulheres foram fundamentais na construção de redes comunitárias, na preservação cultural e na luta por liberdade.

A imagem da mulher negra foi socialmente construída a partir de mitos e estereótipos, que reduziram sua humanidade e complexidade. Sobre isso, Patricia Hill Collins propôs quatro imagens de controle social atribuídas às mulheres negras: a *mammy* (a mãe preta submissa), a *matriarca* (a mulher negra autoritária e responsável pelo fracasso familiar), a *welfare mother* (a mãe dependente da assistência estatal) e a *jezebel* (a mulher hipersexualizada) — todas

essas representações foram historicamente usadas para justificar sua exploração e marginalização (Marcondes, 2013).

Vejamos a seguir as definições desses estereótipos.

Ainda retratada como a figura da mãe preta em casas brancas do período da escravidão, adjetivada como uma servente fiel e obediente, a trabalhadora doméstica representa o critério normativo utilizado para avaliar o comportamento de todas as mulheres negras. A mulher que ama e cuida dos filhos brancos do senhor melhor do que a si própria, simboliza a percepção do grupo dominante da relação ideal de feminilidade negra frente ao poder masculino da elite branca. (...) Essa figura representa a mãe negra dentro da família negra, a mãe que não cumpre seus papéis de mãe adequadamente. Por passar muito tempo longe de casa, estas mães que trabalham muito para sustentar seus lares não podem supervisionar adequadamente seus filhos, gerando, portanto, um importante fator contribuinte ao fracasso escolar dos filhos. São adjetivadas como mulheres excessivamente agressivas, sem feminilidade, masculinizadas, que roubam a autoridade dos seus companheiros. Aos olhos da elite masculina branca, é a mulher que falhou, por sua incapacidade para se modelar a um comportamento apropriado do gênero – branco. Retrata a mulher negra como preguiçosa por conta de receberem assistência social do governo devido a seus muitos filhos e “por isto” não trabalham, com isso não passam a ética do trabalho aos seus filhos. Na representação da mãe dependente da assistência social não há qualquer figura de autoridade masculina para ajudá-la. Normalmente, é retratada como uma mãe solteira. (...) Mulher prostituta, promíscua, sexualmente agressiva. Elo central entre a elite masculina branca e as imagens

da mulher negra. Os brancos utilizavam a imagem da mulher negra sexual como justificativa aos ataques sexuais generalizados realizados por eles, fato tipicamente reportado nos livros de Gilberto Freire. No Brasil, esta figura é bem representada pelo estereótipo da “mulata”.⁷⁹

O fragmento acima evidencia a complexidade e a dor envolvidas nas representações sociais da mulher negra, em especial no que diz respeito aos estereótipos históricos que lhes foram atribuídos. Tais construções revelam o modo como, ao longo do tempo, a mulher negra foi sistematicamente marginalizada, desumanizada e transformada em símbolo de subalternidade, resultado da interseção entre racismo, sexismo e classismo.

A figura da “mãe preta” — servil, dócil e devotada — constitui um dos estereótipos mais recorrentes e danosos. Sua representação como cuidadora fiel dos filhos brancos, a ponto de se sacrificar mais por eles do que por seus próprios filhos, reflete um ideal forjado no contexto da escravidão, sustentado por uma lógica colonial que instrumentalizou o corpo e a afetividade das mulheres negras. Tal imagem, amplamente difundida, contribuiu para a naturalização das desigualdades raciais e de gênero, legitimando a exploração afetiva e laboral dessas mulheres no interior das casas-grandes.

Atribuir à mulher negra o papel de mãe excessivamente autoritária, agressiva e ineficaz como educadora de seus próprios filhos reforça um conjunto de violências simbólicas que lhes nega a feminilidade conforme os padrões brancos e burgueses, além de mascarar os impactos estruturais da desigualdade social. Essas representações constroem uma imagem distorcida, que ignora as condições materiais de vida dessas mulheres e transfere para elas a responsabilidade por suas dificuldades, como se fossem fruto de falhas morais ou comportamentais individuais, e não de um sistema de opressão historicamente consolidado.

79 REIS, Marina de Oliveira. O pacto narcísico da casa-grande: a representação das mulheres negras a partir de Lélia Gonzalez e Gilberto Freyre. *Humanidades em diálogo*, v. 9, n. 1, p. 93-101, 2019. p. 95.

Além disso, o estereótipo da mulher negra como sexualmente promíscua e predatória — representada pela figura da *jezebel* — teve (e ainda tem) um papel fundamental na legitimação de violências sexuais cometidas contra mulheres negras, desde o período escravista até os dias atuais. Essa construção narrativa, profundamente racista e misógina, serve para justificar a exploração dos seus corpos, negando-lhes o direito à dignidade, à proteção e ao respeito.

Tais imagens de controle — como conceituadas por Patricia Hill Collins — operam como dispositivos de dominação ideológica, mantendo o lugar social da mulher negra como inferiorizado. Elas são utilizadas não apenas para estigmatizar, mas também para regular comportamentos e restringir possibilidades de ascensão social, política e econômica. A persistência dessas representações até os dias atuais demonstra como as estruturas de poder continuam a produzir e reproduzir desigualdades de maneira interseccional, afetando diretamente a vida e a subjetividade das mulheres negras.

Tabela 4: Filho legítimos e naturais escravizados batizados na Freguesia de Santana do Catu, 1802-1853.

	#	%
Filhos Legítimos	197	10,1
Filhos naturais	1094	56,2
Pais incógnitos	654	33,6
Total	1945	100,0

Fonte: Livros de Batismo da Freguesia de Santana do Catu, 1802-1853. Disponível em: <https://www.familysearch.org>

A elevada taxa de 33,6% de “pais incógnitos” nos registros de batismo de africanos(as) adultos(as) na Freguesia de Santana do Catu, bem como a ausência da filiação em duas crianças, chama atenção para a precariedade das informações sobre a parentalidade escravizada. A ocorrência de múltiplos batismos de africanos(as) pertencentes ao mesmo senhor, registrados no mesmo dia, sugere que tais batismos foram realizados de maneira coletiva, provavelmente logo após a chegada dos cativos à propriedade ou à região. Essa prática

coletiva pode estar relacionada às distâncias entre os engenhos e a Matriz, especialmente quando as propriedades não dispunham de capela ou oratório próprio, nem contavam com a disponibilidade do padre para deslocar-se. Nessas circunstâncias, era necessário que os escravizados fossem levados até a sede paroquial para a realização do sacramento, geralmente aos domingos, dia da missa e, segundo os preceitos cristãos, dia sagrado e de descanso do trabalho.

O batismo e o apadrinhamento, longe de serem apenas instrumentos de controle colonial, constituíram espaços cruciais para a formação de redes sociais e de resistência cultural entre os africanos escravizados. Como assinala John Thornton (1998), a religião católica foi apropriada pelos cativos, que reinterpretaram os rituais e símbolos conforme seus próprios significados e necessidades.

Stephen Gudeman e Stuart Schwartz (1988) mostraram que, no Recôncavo Baiano, o compadrio entre escravizados frequentemente se dava entre membros do mesmo grupo étnico, revelando uma estratégia de manutenção da identidade e da solidariedade. Esse fenômeno também pode ser observado na Freguesia de Santana do Catu, onde a escolha dos padrinhos possuía componente identitário, conforme evidenciado por Moacir Maia (2020).

Outro dado relevante evidenciado na tabela é o somatório dos filhos naturais com os filhos de pais incógnitos, que resulta em 89,8% dos batizados — ou seja, quase a totalidade das crianças escravizadas registradas. Diante disso, impõe-se o questionamento: sob a responsabilidade de quem ficavam esses filhos e filhas? A resposta a essa indagação envolve uma reflexão profunda sobre gênero e raça. Estudos recentes têm revelado que mulheres escravizadas eram frequentemente forçadas a atuar como amas de leite para os filhos das mulheres brancas livres. Ao serem compelidas a priorizar o cuidado com filhos alheios, acabavam privadas de oferecer cuidados aos seus próprios descendentes. Nesse sentido, a maternidade e a maternagem das mulheres africanas, crioulas e pardas foram sistematicamente negadas ou dificultadas (Carula; Ariza, 2022).

Apesar disso, há indícios de que, mesmo sob tais condições adversas, as mães escravizadas permaneceram como figuras centrais na vida de seus filhos. Conforme argumenta Ortiz (2020), foram

elas, na maioria das vezes, as principais responsáveis pela criação, socialização e formação de vínculos afetivos com os filhos, ainda que de maneira precária e marcada por vigilância e restrições.

Jurema Mazuhy Gertze, historiadora dedicada ao estudo da infância escravizada, analisou os registros do recolhimento de crianças negras em Porto Alegre, no século XIX, entre os anos de 1838 e 1880. Nesse período, foram acolhidas 1.894 crianças, das quais apenas 74 foram identificadas como negras (Gertze, 1990). Embora não haja clareza quanto à filiação dessas crianças, a identificação racial pode indicar a provável condição de escravizadas, uma vez que, conforme as normas coloniais e imperiais, o status jurídico seguia a condição da mãe. Se considerarmos essa premissa como válida, é possível inferir que o número reduzido de crianças negras recolhidas indica que poucas mulheres escravizadas abandonaram seus filhos. Mesmo diante das inúmeras formas de violência física e simbólica impostas pela escravidão, essas mulheres resistiram, preservando o vínculo materno e garantindo, dentro das possibilidades impostas, o cuidado e o afeto às suas crias.

Tabela 5: Origem dos/as escravizados/as batizados/as na Freguesia de Santana do Catu, 1802-1853.

Ano Livro	Origem do Escravizado		Total
	Brasil	África	
1802-1809	70	6	76
1826-1831	383	283	666
1831-1839	219	67	286
1840-1849	593	244	837
1840-1849*	2	0	2
1850-1853	42	36	78
Total	1309	636	1945

Fonte: Livros de Batismo da Freguesia de Santana do Catu, 1802-1853. Disponível em: <https://www.familysearch.org>

Em 07 de novembro de 1831, foi promulgada a primeira lei nacional que proibia o tráfico de escravizados e declarava livres todos

os africanos introduzidos no Brasil a partir daquela data. Conhecida como Lei Feijó, essa medida, embora pioneira no campo legislativo, foi amplamente desrespeitada, dando origem à expressão consagrada na historiografia como “lei para inglês ver” — expressão que revela seu caráter meramente formal, voltado a atender às pressões diplomáticas da Inglaterra, principal potência abolicionista da época.

A chamada “Lei Feijó” e sua consequente ineficácia são exemplos paradigmáticos das tensões entre interesses econômicos e pressões políticas internacionais no século XIX. Conforme apontam Beatriz Mamigonian, Keila Grinberg, Elciene Azevedo e Tâmis Parron, essa “lei para inglês ver” não conseguiu deter o tráfico, que em alguns locais chegou a aumentar drasticamente (Couto, 2011).

Essas dinâmicas refletem o contexto mais amplo do Atlântico negro, onde o tráfico interprovincial complementava a redução do tráfico transatlântico, mantendo o sistema escravista ativo (Blackburn, 2018; Klein & Luna, 2010). Assim, o caso da Freguesia de Santana do Catu exemplifica as estratégias locais de adaptação e resistência às pressões políticas e econômicas internacionais.

Esses dados reforçam a necessidade de reavaliar as noções de legalidade da escravidão no Brasil oitocentista. No que se refere à Bahia, mais especificamente ao tráfico interprovincial, incluindo áreas do interior como o Alto Sertão, os estudos de Erivaldo Fagundes de Neves e Maria de Fátima Novaes Pires são considerados referências fundamentais para compreender a dinâmica da escravização e sua reconfiguração após 1831 (Neves, 2000; Pires, 2009).

Segundo Rafael Marquese (2004), a promulgação da Lei de 1831 provocou uma diminuição sensível no tráfico de escravizados na região do Rio de Janeiro, mas entre os anos de 1836 a 1840, o número de africanos traficados voltou a crescer, alcançando uma média anual de 40.560 indivíduos no centro-sul do país. Já na Freguesia de Santana do Catu, conforme indica a Tabela 5, o período de maior incidência de africanos recém-chegados ocorreu entre 1826 e 1831, justamente durante os anos dos primeiros acordos firmados entre o Brasil e a Inglaterra visando à supressão do tráfico transatlântico. Nesse intervalo, foram contabilizados 283 africanos batizados na

região — um número expressivo que reflete o auge da entrada de cativos africanos.

Observa-se, contudo, uma queda acentuada entre 1831 e 1836, o que pode indicar o impacto inicial da lei. Apesar disso, diferentemente de outras regiões do país, o tráfico não voltou a crescer na Freguesia até 1853, pelo menos segundo os dados até aqui analisados. No entanto, para que se possa avaliar com mais precisão os efeitos concretos da Lei de 1831 sobre o território da Freguesia, seria necessário estender a análise aos anos posteriores e considerar outros indicadores, como registros de batismos tardios, óbitos e movimentações entre freguesias, ampliando assim a compreensão dos impactos locais da legislação abolicionista.

Tabela 6: Origem e condição jurídica dos padrinhos e madrinhas dos escravizados africanos e afrodescendentes, Freguesia de Santana do Catu, 1802-1853.

Condição Jurídica da Madrinha	Origem da Madrinha			Total
	Brasil	África	Sem informação	
Livre	61	12	811	884
Forro ou Liberto	3	0	12	15
Escravizado	44	69	618	731
Sem informação	4	2	51	57
Total	112	83	1492	1687
Condição Jurídica do Padrinho	Origem do Padrinho			Total
	Brasil	África	Não informado	
Livre	109	16	952	1077
Forro ou liberto	3	0	7	10
Escravizado	32	63	610	705
Não informado	3	5	37	45
Total	147	84	1606	1837

Fonte: Livros de Batismo da Freguesia de Santana do Catu, 1802-1853. Disponível em: <https://www.familyseach.org>

O batismo da criança ou do adulto integrava o padrinho e a madrinha. Bluteau define o padrinho como “aquele que faz o ofício de pai, e impõe o nome nos sacramentos do batismo e confirmação”, sendo essa a concepção católica para padrinho e madrinha: deveriam instruir o novo convertido no caminho da retidão, atuando como pai ou mãe espiritual. Pais e padrinhos constituíam uma relação de compadres e comadres, originada do compadrio, que funcionava como um mecanismo de aparentar, ou seja, de tornar família. Essa aliança, desejada por pais e padrinhos, beneficiaria diretamente o batizando (Florentino, 2005).

O ato do batismo institucionalizava dois sistemas sociais: o apadrinhamento, que configura a relação entre afilhado e padrinhos; e o compadrio, que ligava os pais àqueles escolhidos para segurar a criança durante a celebração do batismo e para serem seus protetores. A principal pesquisa sobre batismo e compadrio de escravizados, realizada por Stephen Gudeman e Stuart Schwartz (1988) no Recôncavo Baiano colonial, apontou que a maioria dos afilhados teve padrinho também escravizado. Já Jonis Freire (2004), ao estudar o compadrio em Senhor Bom Jesus do Rio Pardo, Minas Gerais, entre 1838 e 1888, constatou que as relações de compadrio ocorreram prioritariamente entre livres e, em segundo lugar, entre cativos, em sua maioria pertencentes à mesma propriedade.

Na Tabela 6, observamos que as relações de compadrio na Freguesia de Santana do Catu ocorreram entre padrinhos e madrinhas com condição jurídica diferente de seus afilhados. Assim, “ter padrinhos livres nas imediações significava vantagens que podiam sobrepujar as associações íntimas ou o desejo por laços” (Schwartz, 1989, p. 332).

Embora o batismo servisse para libertar a alma, mantinha-se o corpo do africano escravizado. O apadrinhamento e o compadrio entre africanos do mesmo grupo étnico surgem, assim, como estratégias para manter boas relações. Moacir Maia avaliou que o batismo e o parentesco espiritual eram elementos importantes para compreender as relações tecidas pelos africanos adultos. Seu estudo mostrou forte evidência de que a escolha do padrinho para o escravizado adulto baseava-se no componente identitário, havendo, portanto, uma

procura por pessoas da mesma condição social ou grupo étnico. Isso, porém, não significa que as relações com pessoas livres não existissem, pois alguém com condição jurídica livre que ampliava sua rede social para além do grupo poderia ser entendido como uma forma de sobreviver à condição de cativo (Schettini, 2020).

A partir da tabela acima, constatamos que escravizados, padrinhos e madrinhas mantinham uma rede de laços familiares estendidos, visto que os padrinhos corresponderam a 55,4% e as madrinhas a 45,5% dos batizando escravizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos registros de batismo na Freguesia de Santana do Catu entre 1826 e 1853 oferece importantes insights sobre as complexas dinâmicas demográficas, sociais e culturais da população africana escravizada na Bahia do século XIX. As informações revelam um predomínio masculino, reflexo das exigências produtivas e das representações sociais vinculadas à masculinidade no trabalho escravo, especialmente nos engenhos de cana-de-açúcar. As origens geográficas dos africanos mostram a influência das rotas do tráfico transatlântico e interprovincial, ressaltando como fatores externos, como guerras e acessos aos portos, moldaram a composição étnica da população cativa.

As relações de compadrio e apadrinhamento emergem como estratégias fundamentais para a construção de redes de solidariedade e pertencimento dentro do sistema escravista, funcionando como mecanismos de sobrevivência que ultrapassavam os limites do grupo étnico e jurídico. A legitimação de filhos e a grande incidência de uniões consensuais indicam uma complexa negociação social e cultural, na qual a religiosidade católica se entrelaçava às práticas cotidianas e resistências dos africanos e seus descendentes.

Além disso, a análise evidencia as contradições presentes na experiência das mulheres negras escravizadas, que, embora frequentemente invisibilizadas ou marginalizadas nos registros oficiais, desempenhavam papéis essenciais na reprodução social e na sustentação das redes familiares e comunitárias, mesmo diante das múltiplas formas de opressão e exploração.

Por fim, este estudo reafirma a importância de articular dados demográficos com a historiografia contemporânea, reconhecendo a pluralidade de identidades, relações e estratégias que configuraram a vida dos africanos escravizados no Brasil, contribuindo para a construção de uma história mais inclusiva e sensível às especificidades das populações subalternizadas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rômulo Garcia de. *A população escrava e suas relações de parentesco em uma freguesia do Sul Fluminense Mangaratiba, 1802-1816*. XIII Encontro de História ANPUH-RIO, 2008.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. *Quarenta anos de demografia histórica*. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 339-350, jul./dez. 2005.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino...* Coimbra, 1712-1728.

CÓDIGO FILIPINO OU ORDENAÇÕES E LEIS DO REINO DE PORTUGAL: recompiladas por mandado d'el Rei D. Filipe I. Ed. fac-similar da 14. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. Livro V, Título XCIX.

COUTO, Ronaldo Teixeira do. *Os jesuítas e as suas relações com o cotidiano escravo: soberania doméstica e família escrava em Benci*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

DA VIDE, D. Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do*

Arcebispo da Bahia. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

DOS SANTOS, Maria Emília Vasconcelos. *Os trabalhadores dos engenhos e suas experiências entre a escravidão e o pós-abolição (Zona da Mata Sul de Pernambuco 1884-1893)*. Universitas Humanas, v. 11, p. 1-14, 2015.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVII – XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREIRE, Jonis. *Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-1888)*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: ABEP, 2004.

GONTIJO, Raquel Carvalho. *Famílias escravas do arraial de Nossa Senhora de Bom Despacho, Minas Gerais, c.1880 a c.1900*. III Conferência Internacional em História Econômica & V Encontro de Pós-graduação em História Econômica. Brasília, 2010.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. *Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravo na Bahia do século XVIII*. In: REIS, João José (Org.). *Escravidão e invenção da liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert; LUNA, Francisco Vidal. *Família, parentesco e comunidade*. In: *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial;

Edusp, 2010.

LARA, Silvia Hunold. *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*. Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Ibero-américa, Madrid, 2000. (Tempo, Rio de Janeiro, nº 17, pp. 217-222).

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2010.

MACHADO, Cacilda. *As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX*. Revista de História, v. 26, 2006.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. *Uma nova interpretação da chegada de escravos africanos à América Portuguesa (Minas Gerais, século XVIII)*.

MARCONDES, M. M. et al. (Orgs.). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras*. Brasília: Ipea, 2013.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários das mentes: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MATTOS, Regiane Augusto. *De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: Grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850)*. Dissertação (Mestrado) – USP, 2006.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres. Posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: *Comércio de escravos do Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista*. Afro-Ásia, Salvador, n. 24, p. 97-128, 2000.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. *O liberto: o seu mundo e os outros*. Salvador: Corrupio, 1997.

ORTIZ, Ivanice Teixeira Silva. *Meus filhos e minhas “crias”*: escravos “de leite e de pé” no seio da família, na rota do tráfico e na luta pela liberdade (Caetité, Alto Sertão, 1830-1871). Tese (Doutorado em História) – UFMG, 2020.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a História do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

REIS, Marina de Oliveira. *O pacto narcísico da casa-grande: a representação das mulheres negras a partir de Lélia Gonzalez e Gilberto Freyre*. Humanidades em diálogo, v. 9, n. 1, 2019.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Negra(os) da Guiné e de Angola: nações africanas, vivências e sociabilidades em Sergipe (1720-1835)*. Salvador: Edufba, 2021.

SANTOS, Sandi Ísis Santana dos. *Composições matrimoniais, familiares, afetivas e de compadrio dos africanos e afrodescendentes escravizados na Freguesia de Santana do Catu, 1800 a 1850: um olhar interseccional*. 2024. 254 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2024.

SCHETTINI, V. F. *A família escrava na região central da Zona da Mata mineira*. Resgate, Campinas, v. 28, p. e020021, 2020.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Rayssa Eutália Gurjão Coutinho Borges (Organizadora)

Graduada no Curso de Licenciatura em História (UEPB). Pós-Graduada em Estudos em História Local - Sociedade, Educação e Cultura na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Especialista em Docência Pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG). e-mail: rayssagurjao@gmail.com

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1926811148378434>

Jessica Kaline Oliveira Santos (Organizadora)

Doutoranda em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), mestra em História, Cultura e Sociedade pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Pós graduada em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo Do Trabalho e em Currículo e prática docente nos anos iniciais do ensino fundamental pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba e em Pedagogia pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). Desenvolve pesquisas na área da história das ferrovias com ênfase nas estações ferroviárias de Campina Grande-PB, trabalhadores ferroviários e patrimônios ferroviários. Email: Jko-santos@hotmail.com.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0197567403490517>

André Luiz Rocha Cardoso

Doutorando em História Social da Cultura Regional pela

UFRPE, é mestre e licenciado em História pela mesma instituição. Professor da Rede Municipal de São Lourenço da Mata, é membro da Direção do Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH - Brasil), Diretor Regional da OSCIP Amigos do Trem e idealizador do Projeto Memória Ferroviária de Pernambuco. Desenvolve pesquisas na área de Patrimônio Cultural, com ênfase no Patrimônio Ferroviário, tendo atuado no desenvolvimento e execução de projetos de educação patrimonial e museal. Email: andrecardoso.hist@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1911220277826255>

Alex Junio Marques de Araújo

Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e atualmente é Mestrando em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Desenvolve pesquisas na área de História Local e Memória, com ênfase em estudos culturais e práticas de sociabilidade. Possui experiência em projetos de resgate histórico e memória comunitária, com foco em Juazeirinho-PB e região. Email: alexdguitt60@gmail.com.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0870982385318400>

Amanda Borges Pereira

Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) pesquisando sobre Histórias em Quadrinhos no Ensino de História, na linha História Cultural e das Práticas Educativas. Especialista em Ensino de História do Brasil e do Mundo Contemporâneo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) em 2024. Graduada no curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em 2022. Fez parte do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) “História e Literatura de Cordel: nos tempos em os animais falavam?” em 2019 e 2020. Email: amanda29pereira98@gmail.com.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5473010155369706>.

Formada em História pela Universidade Federal de Campina Grande e Mestre em história pela mesma instituição, realiza pesquisas voltadas para a educação, ensino de História e a escravidão na segunda metade do século XIX, se atentando para questões relacionadas a resistências escravas com enfoque em mulheres negras e famílias escravizadas. Atualmente trabalha na rede pública municipal de educação da cidade de Serra Branca-PB. Email: fernandaborgesgpb@gmail.com.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7084781107461949>

Jaciara Azevedo Rodrigues

Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRRJ); Mestra em História, Cultura e Especialidades pela Universidade Estadual do Ceará (PPGHCE/UECE); Pós-graduada (Especialização) em Estudos de História Local pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) 2022; Pós-graduada (Especialização) em Historiografia Brasileira pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (Faveni) 2021; Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) (2021). Foi monitora na graduação das disciplinas de Historiografia Brasileira (2018.1-2018.2); História da América I (2019.1) e História do Brasil II (2019.2-2020.1). Atualmente é membro do Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial, o TICCIIH-Brasil. E-mail: jaciaraazevedorodrigues951@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8837714116311265>

Sandi Ísis Santana dos Santos

Graduação em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Mestra pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), pesquisa sobre História Social do Trabalho e tema da sua atual pesquisa é “Família, trabalho e poder: africanas, africanos e afrodescendentes escravizados tecendo relações sociais, familiares e afetivas na Freguesia de Santana do Catu na segunda metade do século XIX”. Email: sandi.isis.santana@gmail.com.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7498463077334018>

Maria Artenisia da Costa Lima

Graduada em Licenciatura em História pela UEPB e Mestre em História pela UFCG. Área de pesquisa: memória e gênero. E-mail: artenisialc@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1804531995527326>

Sobre o livro

Projeto gráfico, diagramação e capa Erick Ferreira Cabral

Mancha Gráfica 10,5 x 16,7 cm

Tipologias utilizadas Adobe Garamond Pro 11/13,2 pt

A História e suas interfaces: conexões entre narrativas, práticas e saberes históricos reúne pesquisas que, a partir de perspectivas diversas, refletem a riqueza e a complexidade do campo historiográfico contemporâneo. O livro promove diálogos entre diferentes abordagens teóricas, metodológicas e temáticas, evidenciando a pluralidade do fazer histórico e a diversidade de objetos e fontes estudados.



ISBN: 978-65-268-0067-6

